UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE NACIONAL-PROFIAP

LUCAS VIEIRA FERNANDES CORRÊA

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE BANCO DE ITENS PARA FORMALIZAÇÃO DE CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES ENTRE A REDE PROFIAP E USUÁRIOS DO CONHECIMENTO

UBERABA, 2025

LUCAS VIEIRA FERNANDES CORRÊA

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE BANCO DE ITENS PARA FORMALIZAÇÃO DE CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES ENTRE A REDE PROFIAP E USUÁRIOS DO CONHECIMENTO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientadora: Enfª. Drª. Fernanda Carolina Camargo.

UBERABA

2025

LUCAS VIEIRA FERNANDES CORRÊA

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE BANCO DE ITENS PARA FORMALIZAÇÃO DE CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES ENTRE A REDE PROFIAP E USUÁRIOS DO CONHECIMENTO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (PROFIAP/UFTM), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Aprovado em: ____de _____de_____.

Banca Examinadora

_____

Enfª. Drª. Fernanda Carolina Camargo - Docente Permanente PROFIAP/UFTM

_____

Profª. Drª. Rosana da Rosa Portella Tondolo - UFPel

_____

Profª. Drª. Regiane Máximo Siqueira - UNESP

_____

Profª. Drª. Lúcia Aparecida Ferreira - UFTM

Dedico esse trabalho ao meu filho, à minha esposa e aos meus pais, responsáveis por cada gota de dedicação a tudo que faço na vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a dádiva da vida e a coragem e força que me permitem correr atrás dos meus sonhos;
Ao meu filho que, embora ainda muito jovem, me permite ser uma pessoa melhor todos os dias, com amor incondicional;
A minha companheira de vida, que não hesitou em me apoiar em mais uma batalha e que me acompanha todos os dias;
Aos meus pais e meu irmão pelo exemplo de serenidade, humildade e persistência por toda vida;
À Universidade Federal do Triângulo Mineiro, onde iniciei minha carreira profissional há doze anos e que me proporcionou oportunidades de me especializar e realizar essa pós-graduação do PROFIAP;
Ao PROFIAP em nome da coordenadora Profª. Drª. Daniela de Castro Melo, que nos impulsionou a adentrar ainda mais no universo da Administração Pública;
À Lorraine, secretária do PROFIAP, pela gentileza no atendimento das solicitações;
Aos docentes do Programa por tamanha inspiração na arte de ensinar: Daniela, Gilberto, Érico, Luan, Jesisley e Ariane;
E, falando em docentes, um agradecimento especial à minha orientadora Fernanda Carolina, pessoa ímpar que, com seu jeito contagiante, sempre depositou energia e motivação extras no meu potencial para a execução desta pesquisa, de forma brilhante, em todos os pontos, com orientação de verdade, imprescindível na minha trajetória do Mestrado.

RESUMO

Introdução: Há uma relação tríade na contemporaneidade que visa cada vez mais integrar universidade, indústria e governo, para que as pesquisas científicas sejam propositivas a responder as complexas demandas sociais atuais. Essa colaboração evidencia o poder de inovação que surge da conexão entre esses três elementos. Os desafios no estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino e pesquisa e a sociedade é comum em diferentes localidades mundiais. **Problema de pesquisa:** Observa-se uma lacuna a partir de revisão de escopo atrelada a esta pesquisa, posto que retornou apenas três estudos com relação direta sobre o assunto, publicados previamente à vigência da nova Lei de Licitações e Contratos, o que imprime a necessidade de mais estudos sobre o tema, sendo necessárias investigações mais aprofundadas sobre a amplitude das parcerias, as principais necessidades de desenvolvimento e eventuais impasses internos das instituições. **Questão do estudo:** Como orientar os pontos sensíveis e oportunidades de melhorias no estabelecimento de convênios e instrumentos congêneres entre a Rede PROFIAP e os usuários do conhecimento? **Objetivos:** Construir e validar banco de itens para identificar pontos sensíveis e oportunidades de melhorias no estabelecimento de convênios e instrumentos congêneres entre a Rede PROFIAP e usuários do conhecimento. **Método:** Estudo metodológico de construção e validação de Banco de Itens, orientado por fases teórica e empírica: definição de um problema e das ideias dos conteúdos; estabelecimento da estrutura conceitual e a finalidade do constructo; construção dos itens em si e estruturação do conteúdo e sua operacionalização; e validade de conteúdo por Comitê de Especialistas, conforme referencial teórico de Pasquali (Teoria de Elaboração Instrumental). **Cenário e população de estudo:** O estudo foi conduzido no âmbito da Rede de Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFIAP, composta por 40 Universidades Associadas, cuja população alvo é adstrita aos respectivos Coordenadores (1ª etapa) e Coordenadores com experiência no tema (2ª etapa). O questionário foi aplicado em meio digital em ambas as etapas da pesquisa. **Proposta Analítica:** Na 1ª etapa houve análise sistemática e objetiva do conteúdo de um conjunto de dados, a fim de compreender o seu significado e identificar padrões ou tendências presentes nos dados, com o apoio do Processamento de Linguagem Natural da Inteligência Artificial (ChatGPT®). Na 2ª etapa houve validação de conteúdo por Comitê de Juízes Especialistas mediante os seguintes aspectos: como validade, clareza, praticabilidade, relevância e interpretabilidade. A avaliação foi realizada mediante escala Likert de quatro pontos, com posterior escore do Índice de Validade de Conteúdo (IVC). **Aspectos éticos:** Em observância às normas do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa com

Seres Humanos, obteve-se parecer favorável do Projeto de Pesquisa, em 08 de abril de 2025, pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital de Clínicas da UFTM. **Resultados Alcançados:** A presente pesquisa teve como primeiro resultado um artigo científico, de abordagem qualitativa, mediante aplicação de questionário digital a coordenadores e vice-coordenadores das 40 instituições associadas à Rede PROFIAP, com participação de 17 respondentes. A análise das respostas permitiu identificar categorias centrais relacionadas a estrutura e apoio institucional, burocracia e segurança jurídica, alinhamento de interesses, comunicação e articulação, além de avaliação e transparência. Os resultados evidenciaram fragilidades, como a desigualdade entre polos, ausência de convênios na maioria das instituições e baixa experiência dos coordenadores na formalização de parcerias. Como segundo resultado, apresenta-se artigo científico de construção e validação do Banco de Itens, mediante validação por Comitê, composto de quatro Juízes Especialistas previamente selecionados, com base em experiência no tema, como subsídio de todo o processo de interação. O Banco de Itens foi estruturado e validado em quatro elementos chave: Oportunidades; Áreas Temáticas; Ações Potenciais; e Atores e Competências. Por fim, foi elaborado o Relatório Técnico Conclusivo, como Produto Técnico-Tecnológico-PTT da pesquisa científica, protocolado na Coordenação Geral do PROFIAP.

Palavras chave: Parcerias. Rede PROFIAP. Inovação. Usuários do Conhecimento. Banco de Itens.

ABSTRACT

Introduction: There is a triadic relationship in contemporary times that increasingly aims to integrate universities, industry, and government, so that scientific research can be proactive in responding to today's complex social demands. This collaboration highlights the power of innovation that arises from the connection between these three elements. The challenges in establishing partnerships between educational and research institutions and society are common in different locations worldwide. **Research Problem**: A gap was observed based on a scoping review linked to this research, as it returned only three studies directly related to the subject, published prior to the new Bidding and Contracts Law taking effect. This highlights the need for further studies on the topic, requiring more in-depth investigations into the scope of partnerships, key development needs, and potential internal impasses within institutions. **Study Question**: How can we address sensitive points and opportunities for improvement in establishing agreements and similar instruments between the PROFIAP Network and knowledge users? **Objectives**: To construct and validate an item bank to identify sensitive points and opportunities for improvement in the establishment of agreements and similar instruments between the PROFIAP Network and knowledge users. **Method**: Methodological study of item bank construction and validation, guided by theoretical and empirical phases: definition of a problem and content ideas; establishment of the conceptual framework and purpose of the construct; construction of the items themselves and structuring of the content and its operationalization; and content validation by a Committee of Experts, according to Pasquali's theoretical framework (Theory of Instrumental Elaboration). **Setting and study population**: The study was conducted within the Professional Master's Network in Public Administration (PROFIAP), composed of 40 Associated Universities, whose target population is assigned to the respective Coordinators (1st stage) and Coordinators with experience in the topic (2nd stage). The questionnaire was administered digitally in both stages of the research. **Analytical Proposal**: The first stage involved a systematic and objective analysis of the content of a dataset to understand its meaning and identify patterns or trends, supported by Artificial Intelligence Natural Language Processing (ChatGPT®). The second stage involved content validation by a Committee of Expert Judges based on the following aspects: validity, clarity, practicality, relevance, and interpretability. The evaluation will be conducted using a four-point Likert scale, followed by a Content Validity Index (CVI) score. **Ethical Aspects**: In compliance with the standards of the National Council for Ethics in Research involving Human Beings, the

Research Ethics Committee of the Hospital de Clínicas of UFTM (Federal University of São Paulo) approved the Research Project on April 8, 2025. **Achieved Results**: The present research resulted in a scientific article, using a qualitative approach, through the application of a digital questionnaire to coordinators and vice-coordinators of the 40 institutions associated with the PROFIAP Network, with the participation of 17 respondents. The analysis of the responses allowed the identification of central categories related to institutional structure and support, bureaucracy and legal security, alignment of interests, communication and articulation, as well as evaluation and transparency. The results highlighted weaknesses, such as inequality between centers, the absence of agreements in most institutions, and the low experience of the coordinators in formalizing partnerships. As a second result, a scientific article is presented on the construction and validation of the Item Bank, through validation by a Committee composed of four previously selected Expert Judges, based on their experience in the subject, as a subsidy for the entire interaction process. The Item Bank was structured and validated in four key elements: Opportunities; Thematic Areas; Potential Actions; and Actors and Competencies. Finally, the Concluding Technical Report was prepared as the Technical-Technological Product (PTT) of the scientific research, and filed with the General Coordination of PROFIAP.

Keywords: Partnerships. PROFIAP Network. Innovation. Knowledge Users. Item Bank.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Estrutura da Pesquisa.....38
Quadro 2 - Matriz Metodológica.....48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

EC - Emenda Constitucional

GESEC - Revista de Gestão e Secretariado

IVC - Índice de Validade de Conteúdo

MEC- Ministério da Educação

OPAS - Organização Pan-americana de saúde

PRISMA - Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses

PROFIAP - Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE - Termo de consentimento livre esclarecido

UFG - Universidade Federal de Goiás

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

UFMT - Universidade Federal do Mato Grosso

FURG - Universidade Federal do Rio Grande

UFPe - Universidade Federal de Pelotas

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

UNIPAMPA - Fundação Universidade Federal do Pampa

UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul

UFV - Universidade Federal de Viçosa

UNIFAL - Universidade Federal de Alfenas

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

UFSJ - Universidade Federal de São João Del Rei

UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo

UFU - Universidade Federal de Uberlândia

UNIR - Universidade Federal de Rondônia

UFT - Universidade Federal do Tocantins

UFAC - Universidade Federal do Acre

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

UNIFESSPA - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará

UFRR - Universidade Federal de Roraima

UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia

UFS - Universidade Federal de Sergipe

UFCG - Universidade Federal de Campina Grande

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco

UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco

UFPI - Universidade Federal do Piauí

UFC - Universidade Federal do Ceará

UFCA - Universidade Federal do Cariri

UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

UFDPar - Universidade Federal do Delta do Parnaíba

UFMA - Universidade Federal do Maranhão

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UFAL - Universidade Federal de Alagoas

UFERSA - Universidade Federal Rural do Semi-Árido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....15
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....17
1.2 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA.....18
1.2.1 Lacunas do Conhecimento.....19
1.3 REVISÃO DA LITERATURA: PARCERIAS E TIPOLOGIAS.....19
1.3.1 Artigo Publicado - Revisão de Escopo.....19
1.4 QUESTÃO DE ESTUDO.....37
1.5 OBJETIVOS.....37
1.5.1 Objetivo geral.....37
1.5.2 Objetivos específicos.....37
1.6 ESTRUTURA DA PESQUISA.....38
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....39
2.1 HÉLICE TRÍPLICE E SUAS INCORPORAÇÕES.....39
2.2 PARCERIAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....41
3 MÉTODO.....42
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....42
3.2 ESTRATÉGIA DE PESQUISA.....44
3.2.1 População Alvo.....44
3.2.2 Local e período de realização da pesquisa.....45
3.2.3 Detalhamento dos critérios de inclusão e exclusão dos participantes.....46
3.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....47
3.3.1 Etapa 1: Fase Teórica – Construção do Banco de Itens.....47
3.3.2 Etapa 2: Fase Empírica – Validação do Banco de Itens.....47
3.4 ASPECTOS ÉTICOS.....47
3.5 MATRIZ METODOLÓGICA.....48
4 RESULTADOS.....49
4.1 ARTIGO A SUBMETER.....49
4.2 ARTIGO SUBMETIDO - EM *DESK REVIEW*.....64
4.3 PRODUTO TÉCNICO TECNOLÓGICO – PTT.....85
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....112
REFERÊNCIAS.....114
APÊNDICE A - Formulário PTT Sucupira - Produto Técnico.....117
APÊNDICE B - Capacitação em Mapa de Evidências.....123

APÊNDICE C - Folha de rosto do artigo publicado na Revista de Gestão e Secretariado.....124

APÊNDICE D - Aprovação do CEP.....125

APÊNDICE E - Comprovação de submissão e aceite em *desk review* de artigo à Revista Inovação, Projetos e Tecnologias.....127

APÊNDICE F - Artigo publicado como pré-requisito da qualificação do Projeto de Pesquisa.....128

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, visa-se cada vez mais integrar a universidade para que esteja mais voltada para a sociedade, para além da vida acadêmica. Que seja estabelecida uma relação tríade entre universidade, indústria e governo, para que as pesquisas científicas sejam propositivas a responder as complexas demandas sociais atuais. Essa colaboração evidencia o poder de inovação que surge da conexão entre esses três elementos. Os desafios no estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino e pesquisa e a sociedade é comum em diferentes localidades mundiais (Corrêa & Camargo, 2024).

E isso está intimamente relacionado ao novo desafio dos países em desenvolvimento, eis que políticas e práticas de pesquisa e inovação tecnológica são elementos estruturais, donde surgem batalhas políticas e econômicas, nas quais participam os países mais desenvolvidos - produtores, e aqueles em desenvolvimento - os que, normalmente, são mais dependentes de novas tecnologias (Freitas; Segatto, 2014; Buss *et al*., 2016). Assim, emerge o questionamento: *como aproximar a comunidade científica dos usuários do conhecimento?*

Antes de adentrar à questão, cumpre esclarecer que "usuários do conhecimento" é um termo que se refere à sociedade civil, ao público em geral e entidades, públicas e privadas, que utilizam, são impactadas e, especialmente, participam da formação da agenda de inovação. Assim, esta pesquisa se pauta na estratégia de estabelecimento de parcerias entre a tríade universidade, indústria e governo, haja vista a potencialidade de expansão que esta conexão pode proporcionar, além de fortalecer o desenvolvimento de pesquisas mais propositivas.

Construir vínculos com parceiros de diferentes setores é uma das dimensões mais importantes das missões das universidades. O potencial das universidades deve ser usado para aumentar a qualidade do capital humano, melhorar a qualidade dos serviços públicos, fortalecer a imagem das cidades, regiões e países e fornecer à economia novas soluções tecnológicas e organizacionais (Stuss *et al*., 2019).

Neste sentido, as universidades têm o desafio de cumprir um papel perante a sociedade, zelando pela autonomia, para que continue sendo um espaço de reflexões, problematizações, trocas e construção do conhecimento, atuando como propulsora para o desenvolvimento em um mundo marcado por incertezas, complexidades e ambiguidades. E, para que a universidade tenha condições de contribuir significativamente com a evolução da sociedade, é fundamental que esta tenha a sua atuação articulada e boas relações com governo e setores sociais (Silva *et al.*, 2020).

A legislação brasileira regulamenta a formalização de parcerias com universidades públicas no Brasil em diversos atos normativos, complementares entre si. Neste contexto, a

Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Brasil, 2021).

Referida Lei revogou expressamente a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, que já trazia previsões básicas sobre convênios e instrumentos congêneres, o que não foi previsto na inovação legal (Brasil, 1993). Por este motivo, tornou-se necessária sua regulamentação, efetivada recentemente pelo Decreto 11.531, de 16 de maio de 2023, que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão (Brasil, 2023).

Tais inovações legislativas são fundamentadas na Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, mais especificamente no art. 219-A, incluído pela Emenda Constitucional n. 85/2015, ao possibilitar a pactuação de instrumentos de cooperação com órgãos e entidades públicos e com entidades privadas, inclusive para o compartilhamento de recursos humanos especializados e capacidade instalada, para a execução de projetos de pesquisa, de desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação, com ou sem contrapartida financeira, na forma da lei (Brasil, 1988).

Assim, na atualização constitucional, as políticas de estímulo à inovação foram colocadas como centro do desenvolvimento nacional, com ampliação da articulação entre o setor produtivo e a academia, aproximação da pesquisa científica básica para com a inovação tecnológica, assim como pela possibilidade de compartilhamento de infraestrutura e conhecimento para a atividade de pesquisa em si (Ortiz, 2021). Em síntese, no entender de Lenza (2018) “a EC nº 85, de 26.02.2015, reforça a necessidade de valorização da ciência, da tecnologia e da inovação, com destaque para essa última”.

No mesmo sentido do referencial teórico desta pesquisa, Minghelli (2018) alerta que referida valorização é impulsionada com a articulação entre os entes públicos e privados, principal intuito da Emenda, em prestígio ao arranjo da hélice tríplice. É o modelo que defende que uma maior taxa de desenvolvimento tecnológico só é possível a partir da parceria entre governo, empresas e centros de pesquisas, como as universidades (Ortiz, 2021).

Para apoiar a execução de projetos de pesquisa, de desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação entre órgãos e entidades públicos e com entidades privadas e demais entidades da sociedade civil, o presente projeto de pesquisa se preocupa em identificar pontos

sensíveis e oportunidades de melhorias no estabelecimento dessas parcerias, a fim de melhor qualificar os seus instrumentos como convênios e instrumentos congêneres.

Para compreender o fenômeno, o presente projeto de pesquisa busca trabalhar como cenário de estudo um recorte de um programa de pós-graduação *stricto sensu*: Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública (PPROFIAP), o qual se desenvolve em Rede de universidades públicas. O cenário será devidamente caracterizado na seção da metodologia deste projeto de pesquisa.

Assim, objetiva-se criar e validar banco de itens para identificar pontos sensíveis e oportunidades de melhorias no estabelecimento de convênios e instrumentos congêneres entre a Rede PROFIAP e usuários do conhecimento.

O Banco de Itens, na pretendida pesquisa, consubstanciará como um instrumento que consolida o máximo de elementos para a gestão, sujeitos e profissionais que lidam direta ou indiretamente na formalização de parcerias, a fim de enaltecer a identificação e possibilidade de ação sobre pontos sensíveis e oportunidades de melhorias. Trata-se de um recurso técnico-tecnológico utilizado em pesquisas que buscam essa consolidação, a exemplo de Barreto *et al.* (2024), que contempla estudo com objetivo de construir um banco de itens para mensuração da automedicação de risco e realizar sua validação de conteúdo. Azevedo *et al.* (2022) também se valeu do instrumento em pesquisa que objetivou a validação de banco de itens para avaliação da situação programática na perspectiva da vulnerabilidade em saúde.

Outros estudos também têm se valido do processo de construção de Banco de Itens como apoio no desenvolvimento de exames educacionais, a fim de garantir maior nível de validade de conteúdo, confiabilidade, imparcialidade e mais eficiência na elaboração dos materiais, bem como no processo de avaliação e desdobramento da alfabetização (Bahrom *et al*., 2024; Yim, Lye, & Koh, 2024; Chen *et al.*, 2023).

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A aproximação, cooperação e a atuação integrada de diversas organizações não ocorrem espontaneamente, sendo necessário repensar a formalização de parcerias entre os mais diversos entes. Ter uma “porta de entrada” nas universidades (uma estrutura ou setor especializado para acolher demandas) afeta o número de experiências no estabelecimento de parcerias. Ter instâncias de aprovação das parcerias negociadas dentro das universidades também gera maior formalidade (Palotti; Joppert; Machado, 2024).

A revisão de escopo atrelada a esta pesquisa demonstrou que o convênio vem sendo considerado o principal instrumento de formalização das parcerias, sendo mais recorrente o objeto de alocação de recursos financeiros, entre participantes nacionais e internacionais, com foco nos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Como pontos sensíveis e oportunidades de melhorias, a revisão apresentou a necessidade de se repensar a burocratização dos processos de formalização de parcerias, bem como investir na sua previsão nos planos institucionais (Corrêa & Camargo, 2024).

Ao se pensar em um programa de Administração Pública, como o PROFIAP, que tem como missão contribuir para o aprimoramento contínuo da administração pública e para o desenvolvimento socioeconômico do país, como a Rede propõe o estabelecimento de tais relações? Existe algum mecanismo específico de avaliação de viabilidade no estabelecimento de parcerias? Como identificar os pontos sensíveis e oportunidades de melhorias em tais pactuações? O que precisa ser melhorado no âmbito desta rede de pós-graduação sobre o tema?

Assim, precisa-se aprofundar na temática a nível de instituições ou áreas específicas, como é o caso da Rede PROFIAP, a fim de compreender os pontos sensíveis e oportunidades de melhorias no estabelecimento de parcerias.

1.2 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

A presente pesquisa é relevante para os coordenadores locais das instituições associadas, como possíveis responsáveis e/ou interlocutores de parcerias institucionais e, especialmente, à Coordenadoria Geral do PROFIAP, para otimizar as ações e proceder a possíveis ajustes nas estruturas de formalização e execução dos instrumentos de parceria, bem como para outros programas de pós-graduação organizados em rede.

Isso porque o Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP) tem como objetivo capacitar profissionais para o exercício da prática administrativa avançada nas organizações públicas, contribuir para aumentar a produtividade e a efetividade das organizações públicas e disponibilizar instrumentos, modelos e metodologias que sirvam de referência para a melhoria da gestão pública, com área de concentração em Administração Pública. Atualmente a rede é composta por 40 Universidades Associadas distribuídos pelas 5 regiões no Brasil.

Essa concepção tem sido referendada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2025), ao elencar, na problematização de seu processo de planejamento estratégico, questões relativas ao compromisso do programa com a geração do

conhecimento, à natureza da pesquisa desenvolvida na formação de mestres e doutores, bem como sobre qual o perfil do profissional que o programa deseja formar.

1.2.1 Lacunas do conhecimento

Há considerável lacuna de produção científica sobre a temática em âmbito nacional, considerando que atual revisão de escopo retornou apenas três estudos com relação direta com o tema, e o fato de que tais pesquisas foram publicadas previamente à vigência da nova Lei de Licitações e Contratos, o que imprime a necessidade de mais estudos sobre o assunto, conforme aprofundamento no tópico a seguir.

1.3 REVISÃO DA LITERATURA: PARCERIAS E TIPOLOGIAS

Como etapa inicial da pesquisa, realizou-se revisão de escopo, após capacitação em Mapa de Evidências (Apêndice B) - objetivando entender como o tema das parcerias de universidades públicas está sendo abordado no âmbito científico e identificar eventuais pontos sensíveis e oportunidades de melhoria. A seleção foi realizada em agosto de 2024, cuja estratégia de pesquisa foi delimitada no período dos últimos dez anos - 2014 a 2024, com artigos publicados na língua portuguesa, nas bases de dados: EMBASE, Web of Science, SciELO, Oasisbr, Scopus e Pubmed. Este estudo foi publicado na Revista de Gestão e Secretariado, em dezembro de 2024, conforme Apêndice C.

Além da teoria da Hélice Tríplice e suas incorporações, a revisão também apresentou a multiplicidade de instrumentos de parceria disponíveis na Administração Pública, o que evidencia um cenário de grande complexidade normativa e operacional. Nesse contexto de Rede de Instituições, busca-se, portanto, por uma ferramenta gerencial estratégica para mitigar os riscos e otimizar a escolha do instrumento de parceria mais adequado a cada realidade. Isso pode reduzir a subjetividade, aumentar a segurança jurídica da decisão e otimizar o processo, permitindo que o gestor selecione com maior precisão e confiança a opção mais adequada, eficiente e legal para cada necessidade específica de parceria. Segue o artigo na íntegra:

1.3.1 Artigo Publicado - Revisão de Escopo

Corrêa, L. V. F., & Camargo, F. C. (2024). Parcerias entre universidades públicas e usuários do conhecimento: revisão de escopo. *Revista De Gestão E Secretariado*, *15*(12), e4420. https://doi.org/10.7769/gesec.v15i12.4420

Resumo

Objetiva-se entender como o tema das parcerias de universidades públicas está sendo abordado no âmbito científico e identificar eventuais pontos sensíveis e oportunidades de melhoria. Utilizou-se como referencial a teoria da Hélice Tríplice (universidade-indústria-governo), que prospecta a aproximação das instituições criadoras de conhecimento para com o processo de inovação e desenvolvimento socioeconômico. Trata-se de uma revisão de escopo, conduzida de acordo com o protocolo PRISMA. As buscas foram realizadas nas bases de dados: EMBASE, Web of Science, SciELO, Oasisbr, Scopus e Pubmed. Foram incluídos artigos completos, no recorte temporal dos últimos dez anos. Foram identificados 1.192 estudos, sendo excluídos aqueles que não responderam à questão norteadora, por abordarem outros aspectos organizacionais na universidade. Ao final, foram selecionados três estudos que abordaram a formalização de parcerias entre universidades públicas e a sociedade. O convênio foi o principal instrumento de formalização utilizado, sendo mais recorrente o objeto de alocação de recursos financeiros, entre participantes nacionais e internacionais, com foco nos programas de pós-graduação *stricto sensu.* Como pontos sensíveis e oportunidades de melhorias, há que se repensar a burocratização dos processos de formalização de parcerias, bem como investir na sua previsão nos planos institucionais. Há considerável lacuna de produção científica sobre a temática em âmbito nacional, o que enseja além de fomento às discussões entre atores envolvidos – pesquisas futuras sobre o comportamento das universidades púbicas brasileiras e desenvolvimento de produtos técnico-tecnológicos que potencializem as parcerias.

Palavras-chave: Parcerias. Cooperação. Universidades Públicas. Instituições de Ensino e Pesquisa.

Abstract

The aim of this study is to understand how the topic of public university partnerships is being addressed in the scientific field and to identify potential sensitive points and opportunities for improvement. The Triple Helix theory (university-industry-government) was used as a reference, which aims to bring knowledge-creating institutions closer to the process of innovation and socioeconomic development. This is a scoping review conducted in accordance with the PRISMA protocol. The searches were conducted in the following databases: EMBASE, Web of Science, SciELO, Oasisbr, Scopus and Pubmed. Full articles covering the last ten years were included. A total of 1,192 studies were identified,

and those that did not answer the guiding question because they addressed other organizational aspects in the university were excluded. In the end, three studies that addressed the formalization of partnerships between public universities and society were selected. The agreement was the main instrument used for formalization, and was the most common object of allocation of financial resources between national and international participants, with a focus on stricto sensu graduate programs. As sensitive points and opportunities for improvement, it is necessary to rethink the bureaucratization of the processes of formalizing partnerships, as well as investing in their provision in institutional plans. There is a considerable gap in scientific production on the subject at the national level, which leads, in addition to fostering discussions among the actors involved, to future research on the behavior of Brazilian public universities and the development of technical-technological products that enhance partnerships.

Keywords: Partnerships. Cooperation. Public Universities. Educational and Research Institutions.

Resumen

El objetivo es comprender cómo se aborda el tema de las colaboraciones entre universidades públicas en el ámbito científico e identificar puntos sensibles y oportunidades de mejora. Se utilizó como referencia la teoría de la Triple Hélice (universidad-industria-gobierno), que busca acercar las instituciones creadoras de conocimiento al proceso de innovación y desarrollo socioeconómico. Esta es una revisión de alcance, realizada de acuerdo con el protocolo PRISMA. Las búsquedas se realizaron en las siguientes bases de datos: EMBASE, Web of Science, SciELO, Oasisbr, Scopus y Pubmed. Se incluyeron artículos completos que abarcan los últimos diez años. Se identificaron 1.192 estudios, siendo excluidos aquellos que no respondieron a la pregunta orientadora, por tratar otros aspectos organizativos de la universidad. Al final, se seleccionaron tres estudios que abordaron la formalización de alianzas entre las universidades públicas y la sociedad. El convenio fue el principal instrumento de formalización utilizado, siendo el objeto más recurrente la asignación de recursos financieros, entre participantes nacionales e internacionales, con foco en programas de posgrado estricto sensu. Como puntos sensibles y oportunidades de mejora, es necesario repensar la burocratización de los procesos de formalización de alianzas, así como invertir en planes institucionales en su previsión. Existe un vacío considerable en la producción científica sobre el tema a nivel nacional, lo que no sólo estimula el debate entre los actores involucrados, sino que también prevé futuras investigaciones sobre el comportamiento de las universidades públicas brasileñas y el desarrollo de productos técnico-tecnológicos que potencien las alianzas.

Palabras clave: Asociaciones. Cooperación. Universidades públicas. Instituciones de Educación e Investigación.

Introdução

São paradoxas as relações entre as produções científicas e a sua aplicação prática. Observa-se vasta disponibilização de produção e de resultados de pesquisas, em especial através dos meios digitais (Bento; Oliveira, 2014; Cunha *et al*., 2016; Gasque, 2016). Entretanto, ainda há muitas barreiras na utilização crítica das pesquisas e na sua translação ao mundo vivido. Diante de tal realidade, surge um novo paradigma para a pesquisa e a descoberta científica: o valor social da pesquisa, com a finalidade de integrar o pesquisador e os usuários do conhecimento (Dudziak, 2003; Bento; Oliveira, 2014).

Neste passo, a sociedade, composta de potenciais demandantes dos achados científicos, é alçada a um degrau elevado nesta inter-relação, considerando ser o respectivo elemento de destaque para impulsionar a evolução do conhecimento científico (Bento; Oliveira, 2014; Freitas; Segatto, 2014; Oelke; Lima; Acosta, 2015).

Há uma relação tríade na contemporaneidade que visa cada vez mais integrar universidade, indústria e governo, para que as pesquisas científicas sejam propositivas a responder as complexas demandas sociais atuais. Essa colaboração evidencia o poder de inovação que surge da conexão entre esses três elementos.

Outro fato que preocupa é que o conhecimento novo, quando isolado, não gera impacto na sociedade. Assim, urge discutir a importância desta aproximação e suas consequências (Zanetti, 2013; Freitas; Segatto, 2014; Oelke; Lima; Acosta, 2015). Ademais, a pesquisa concebida tradicionalmente pode ser considerada obsoleta aos ensejos atuais, alargando o distanciamento entre o que é conhecido e o que é habitualmente realizado no mundo prático (Dudziak, 2003; Bento; Oliveira, 2014; Oelke; Lima; Acosta, 2015; Marziale, 2016).

Os desafios no estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino e pesquisa e a sociedade é comum em diferentes localidades mundiais. Para exemplificar, já se constatou, em um *survey* com 66 representantes de governos locais na Polônia, exponencial diferença entre expectativas e necessidades para cooperação com universidades (Lis, 2021).

E isso está intimamente relacionado ao novo desafio dos países em desenvolvimento, eis que políticas e práticas de pesquisa e inovação tecnológica são elementos estruturais, donde surgem batalhas políticas e econômicas, nas quais participam os países mais desenvolvidos - produtores, e aqueles em desenvolvimento - os que, normalmente, são mais dependentes de novas tecnologias (Freitas; Segatto, 2014; Buss *et al*., 2016). Assim, emerge o questionamento: *como aproximar a comunidade científica dos usuários do conhecimento?*

Uma alternativa é o estabelecimento de parcerias entre a tríade universidade, indústria e governo, haja vista a potencialidade de expansão que esta conexão pode proporcionar, além

de fortalecer o desenvolvimento de pesquisas mais propositivas. Tradicionalmente, os estabelecimentos de ensino e pesquisa do Brasil representam espaços institucionais de concepção e disseminação de conhecimento. Inclusive, houve aumento significativo no número de instituições de ensino e pesquisa no Brasil, com a constituição de diversas universidades e institutos federais a partir dos anos 2000 (Rueda *et al*., 2020).

Porém, a cooperação e a atuação integrada de diversas organizações não ocorrem espontaneamente, sendo necessário repensar a formalização de parcerias entre universidades, governo, indústria. Ter *campi* descentralizados aumenta a capilaridade e, consequentemente, a possibilidade de firmar parcerias. Ter uma "porta de entrada" nas universidades (uma estrutura ou setor especializado para acolher) afeta o número de experiências no estabelecimento de parceriais. Ter instâncias de aprovação das parcerias negociadas dentro das universidades também gera maior formalidade nas parcerias (Palotti, 2024).

Acrescenta-se que a legislação brasileira regulamenta a formalização de parcerias com universidades públicas no Brasil em diversos atos normativos, complementares entre si. Neste contexto, a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Brasil, 2021).

Referida Lei revogou expressamente a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, que já trazia previsões básicas sobre convênios e instrumentos congêneres, o que não foi previsto na inovação legal (Brasil, 1993). Por este motivo, tornou-se necessária sua regulamentação, efetivada recentemente pelo Decreto 11.531, de 16 de maio de 2023, que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão (Brasil, 2023).

Tais inovações legislativas são fundamentadas na Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, mais especificamente no art. 219-A, incluído pela Emenda Constitucional n. 85/2015, ao possibilitar a pactuação de instrumentos de cooperação com órgãos e entidades públicos e com entidades privadas, inclusive para o compartilhamento de recursos humanos especializados e capacidade instalada, para a execução de projetos de pesquisa, de desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação, com ou sem contrapartida financeira, na forma da lei (Brasil, 1988).

Todavia, o tema das parcerias da Administração Pública vem ganhando espaço nas organizações atuais, considerando os impactos relacionados à expansão da educação,

reestruturação da relação com o Estado frente ao neoliberalismo, mediações com o mercado e o empreendedorismo, como uma atividade política e social (Robertson, 2012).

Desta forma, o Estado se vale de mecanismos específicos, a exemplo dos convênios e instrumentos congêneres, para assegurar não apenas a execução, mas também a efetividade na formação de parcerias. Assim, pretende-se entender como o tema das parcerias de universidades públicas está sendo abordado no âmbito científico e identificar eventuais pontos sensíveis e oportunidades de melhoria.

Referencial Teórico

2.1 Teoria da interação entre Universidade, Indústria e Governo

A aproximação entre ciência e sociedade está cada vez mais aclamada, e já se fala, inclusive, que tal ônus está inserido na responsabilidade da Universidade, junto às missões tradicionais de ensino e pesquisa (Sakashita, 2019).

O nascimento do modelo da Hélice Tríplice (universidade-indústria-governo), em 1920, teve origem na Inglaterra, cujo objetivo, à época, era o de retomar uma economia industrial em declínio. O modelo ganhou força e passou a ser reconhecido internacionalmente, especialmente pelos impactos positivos no crescimento econômico e no desenvolvimento social, haja vista a aproximação das instituições criadoras de conhecimento para com o processo de inovação propriamente dito (Etzkowitz & Zhou; 2017). Ainda de acordo com Etzkowitz & Zhou (2017):

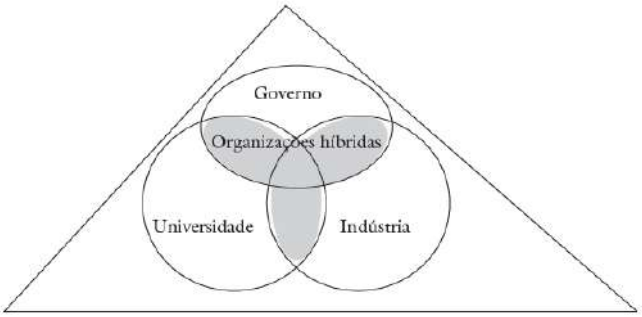
> "[...] a universidade está adotando um formato empreendedor comum que incorpora e transcende suas missões tradicionais de educação e pesquisa. A "Segunda Revolução Acadêmica" contemporânea segue a Primeira Revolução Acadêmica, de meados do século XIX e ainda em curso, que legitimou a pesquisa como missão acadêmica. A Segunda Revolução surge da confluência do desenvolvimento interno das instituições de ensino superior como a estruturação de grupos de pesquisa como "quasi-empresas", e de influências externas sobre as estruturas acadêmicas associadas à eclosão da inovação "baseada no conhecimento". Políticas, práticas e inovações organizacionais destinadas a traduzir conhecimento em atividade econômica e a resolver problemas da sociedade espalharam-se pelo mundo todo. A Academia é assim inspirada a desempenhar um papel criativo no desenvolvimento econômico e social, a partir de uma perspectiva independente no trato das prioridades do governo, da indústria e do cidadão."

O modelo é considerado como um processo contínuo de inovação centrado nos elementos: conhecimento, consenso e inovação. A inovação, inclusive, deve ir além do desenvolvimento de novos produtos pela indústria, pois também engloba a criação de arranjos organizacionais que otimizem o próprio processo inovador, a exemplo do que se verifica com as incubadoras e os parques tecnológicos (Etzkowitz & Zhou; 2017).

Fato é que as estruturas da Hélice Tríplice (Figura 1) vêm ganhando força no mundo todo, ainda que em diferentes níveis de desenvolvimento, dadas as condições locais de cada região e tendências no desenvolvimento acadêmico e social. A interseção apresentada preconiza a existência de mecanismos adequados para promover a aproximação e a devida atuação Governamental quando da relação com os usuários do conhecimento e com a comunidade científica (Etzkowitz & Zhou; 2017).

Figura 1

Estrutura social da Hélice Tríplice



Fonte: Etzkowitz & Zhou; 2017.

Assim, a partir da premência de desenvolvimento de ações e respostas às demandas da sociedade, ideias e propostas jurídicas passaram a ser formalizadas via pactos bilaterais, o que deu origem à instituição dos convênios e instrumentos congêneres, como mecanismos destinados à formalização e concretização das manifestações de vontade (Filho, 2011).

A colaboração é considerada fator essencial na condução e execução de projetos entre governo e universidades, ao passo que o envolvimento da indústria tende a complementar a tríplice hélice de inovação (Moreira & Macke, 2023).

À proporção que crescem as parcerias nas universidades, repercutem impactos nos programas de pós-graduação. Tais parcerias proporcionam, ademais, a oferta de cursos de acordo com as necessidades atuais do mundo globalizado, viabilizando investimentos de maneira mais consistente na qualificação profissional, o que favorece diretamente o desenvolvimento social e econômico (Rodrigues & Costa, 2022). Ou seja, as parcerias formalizadas por instituições públicas, como as universidades, são relevantes instrumentos de execução das atividades do Estado, a partir da identificação de necessidades e possibilidades de ampliação de resultados esperados.

2.2 Tipologias instrumentais

O termo ‘Convênio’ é utilizado para designar os ajustes que a Administração Pública, nessa qualidade, celebra com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, para a consecução de objetivos de interesse comum, mediante mútua colaboração, nos termos do regime jurídico de direito público (Pietro, 2023).

Ocorre que a legislação brasileira prevê uma série de instrumentos jurídicos disponíveis quando da intenção de formalização de parcerias com a Administração Pública, conforme caracterização e fundamentação da Figura 2 a seguir. São 12 espécies instrumentais disponíveis para situações específicas.

Neste sentido, cabe ao administrador público a decisão sobre o instrumento jurídico adequado a ser celebrado, considerando, principalmente, o objeto, os partícipes, a forma de execução e demais características de cada espécie.

Devem ser considerados também os elementos acessórios, porém essenciais, como plano de trabalho e previsão de formas e prazos para prestação de contas, além da viabilidade de realização de gestão de riscos inerentes.

Figura 2

Caracterização dos instrumentos de parceria

INSTRUMENTO	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	OBJETO
Acordo de Parceria	Lei 10.973/2004	Incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo
Contrato de Concessão	Lei 11.079/2004	Formalização de Parceria Público-Privada no âmbito da Administração Pública
Consórcio Público	Lei 11.107/2005	Contratação de Consórcios Públicos
Convênio de Estágio	Lei 11.788/2008	Contratação de Estágiários
Termo de Colaboração	Lei 13.019/2014	Parceria com Organização da Sociedade Civil com repasse de recursos financeiros proposta pela Administração Pública
Termo de Fomento	Lei 13.019/2014	Parceria com repasse de recursos financeiros proposta pela Organização da Sociedade Civil
Acordo de Cooperação	Lei 13.019/2014	Parceria com Organização da Sociedade Civil sem repasse de recursos financeiros
Contrato	Lei 14.133/2021	Procedimentos para Licitação e formalização de Contratos Administrativos

Convênio	Decreto 11.531/2023	Transferência de recursos financeiros para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco e em regime de mútua colaboração
Acordo de Cooperação Técnica	Decreto 11.531/2023	Execução de ações de interesse recíproco e em regime de mútua colaboração, a título gratuito, sem transferência de recursos ou doação de bens
Acordo de Adesão	Decreto 11.531/2023	Execução de ações de interesse recíproco e em mútua colaboração, a título gratuito, sem transferência de recursos ou doação de bens
Contrato de Repasse	Decreto 11.531/2023	Transferência dos recursos financeiros é processada por intermédio de instituição ou de agente financeiro oficial federal que atue como mandatário da União

Fonte: planalto.gov.br, acesso em 07/10/2024.

A relevância do tema reside na potencialidade de contribuições para a sociedade que podem surgir a partir da formalização de parcerias - na esteira de condução dos atores da Hélice Tríplice: universidade, indústria e governo.

Metodologia

Apresenta-se revisão de escopo, de modo a elucidar as principais estratégias, pontos sensíveis e oportunidades de melhoria na formalização de parcerias de Universidades Públicas e eventual lacuna de conhecimento sobre o tema, de acordo com o protocolo PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses). O protocolo desta revisão ocorreu em setembro de 2024, no Open Framework (OSF): https://doi.org/10.17605/OSF.IO/7C5PQ

Quanto aos aspectos éticos, sob o sistema do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa do SUS/Brasil, considerando a sua resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, parágrafo único: "Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP", alínea VI, "pesquisa realizada exclusivamente com textos científicos para revisão da literatura científica."

A respeito da estratégia de busca, denota-se como questão de estudo: "Quais as evidências sobre a formalização de parcerias das universidades públicas brasileiras nos últimos dez anos?", atendendo a estratégia de busca PCC: P (population) – Instrumentos de formalização; C (concept) - Parcerias; C (contexto) - Universidades públicas brasileiras.

Na etapa de planejamento foram definidos os descritores: *("Universidades públicas" OR "public universities" OR "public college") AND (Parcerias OR contratos OR acordos OR tratados OR convênios OR Contracts OR agreements OR covenant OR convention OR pact OR Partnerships OR deal OR accord OR pactos OR Asociaciones OR acuerdos OR alianzas).*

A seleção foi realizada em agosto de 2024, cuja estratégia de pesquisa foi delimitada no período dos últimos dez anos - 2014 a 2024, com artigos publicados na língua portuguesa, nas bases de dados: EMBASE, Web of Science, SciELO, Oasisbr, Scopus e Pubmed.

Os resultados das pesquisas foram extraídos das bases de dados em formato ".ris", sendo inseridos, em seguida, no RAYYAN – um aplicativo da web para auxílio em pesquisas de revisão, do Qatar Computing Research Institute (QCRI). O aplicativo disponibiliza instrumentos para que o gerenciamento seja feito por análise de duplicatas dos métodos de pesquisa e palavras chave, registrando as tomadas de decisão de inclusão, exclusão ou talvez, para futura avaliação.

Como critério de inclusão foram inseridos artigos na íntegra, em língua portuguesa, sobre estudos teóricos, de revisão, empíricos e tecnológicos, desde que abordassem a formalização de parcerias entre universidades públicas e a sociedade. Foram excluídos aqueles que apresentaram contexto diferente das universidades públicas ou que não retratassem estabelecimento de parcerias, além de editoriais, cartas ao editor e protocolos de pesquisa.

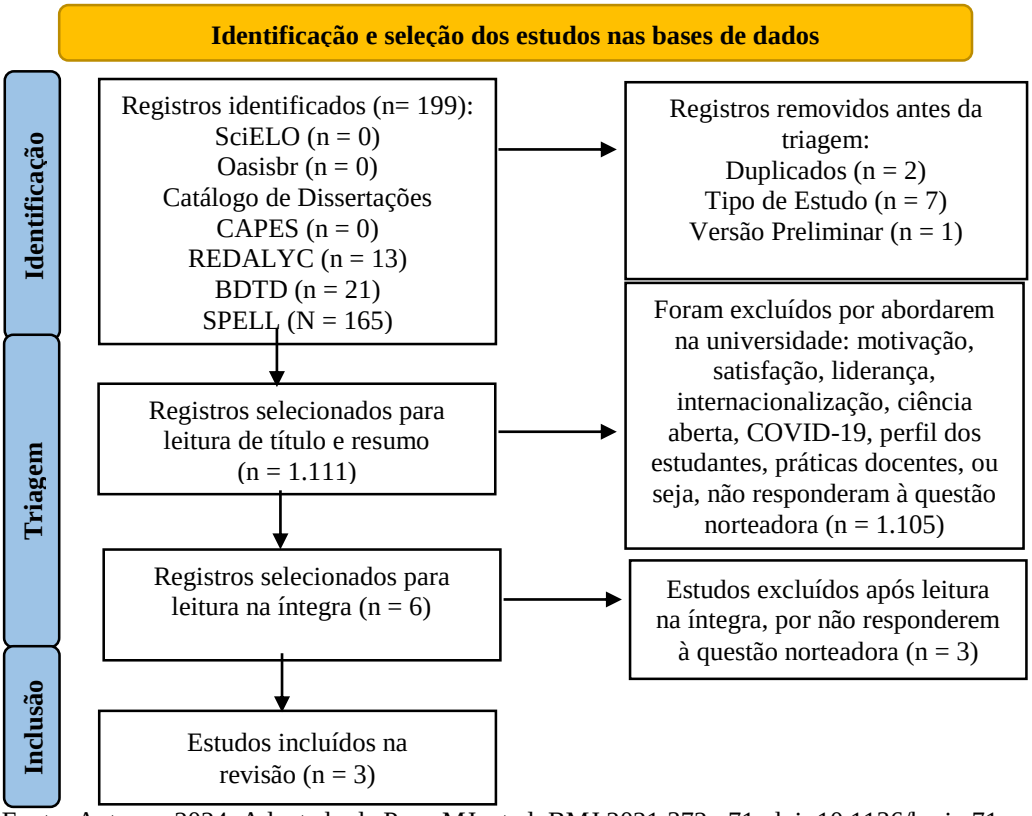
A primeira etapa de análise dos achados, aos pares, se deu pela leitura de títulos e resumos e as dúvidas foram discutidas em reunião. Em seguida, foi realizada leitura na íntegra dos artigos previamente selecionados, para sistematizar o processo de seleção e inclusão dos estudos. Além dos filtros mencionados, como critério de exclusão, foram descartados os artigos duplicados e, em maior número, os que não estavam relacionados ao tema proposto.

Quanto a extração dos dados, integração e síntese das evidências, foi elaborado um fichamento, contendo informações sobre: identificação do estudo, autores, ano, objetivo e tipo de estudo e periódico. Também houve análise das características da formalização das parcerias, bem como pontos sensíveis e oportunidades de melhoria, por meio de leitura profunda dos artigos incluídos, de forma narrativa descritiva.

Resultados e Discussões

Figura 3

Fluxograma PRIMSA



Fonte: Autores, 2024. Adaptado de Page MJ, et al. BMJ 2021;372:n71. doi: 10.1136/bmj.n71.

Conforme Figura 3, foram identificados 1.192 artigos, a maioria na base Oasisbr (88,4%)- portal brasileiro de publicações e dados científicos abertos, e apenas três estudos atenderam ao critério de inclusão. Justificam-se esses resultados, no sentido de que para aumentar a sensibilidade na captura dos artigos foi adotada uma estratégia de busca com boleamento de descritores mais abrangentes à temática pesquisada. E, todo o refinamento da pertinência dos achados à questão norteadora se sucedeu pela revisão por pares na leitura de títulos, resumos e dos artigos na íntegra. Percebe-se que o tema das parcerias de Universidades Públicas é pouco explorado, dado o baixo número de artigos encontrados, o que denota lacuna de conhecimento sobre o assunto. A Figura 4 elenca os estudos selecionados para análise profunda, conforme sequencial, autoria, ano de publicação, título, periódico, desenho do estudo-abordagem e objetivo:

Figura 4

Caracterização dos estudos selecionados

AUTOR/ ANO (Artigo$_n$)	TÍTULO	PERIÓDICO	ABORDAGEM	OBJETIVO
Andrade, E., *et al*. (2020) **(Artigo 1)**	Alocação estratégica de recursos institucionais para a pós-graduação stricto	Future Studies Research Journal	Qualitativo exploratório	Analisar como as pró-reitorias de pós-graduação de universidades federais

	sensu e o desempenho dos programas na avaliação CAPES: um estudo em universidades federais			alocaram recursos institucionais em busca do desenvolvimento de seus programas de pós-graduação *stricto sensu.*
Sakashita, C. *et al*. (2019) **(Artigo 2)**	Convênios como mecanismo de relacionamento entre universidade e sociedade no brasil: o caso da Universidade Estadual de Campinas	Centro de Estudos Educação e Sociedade	Quantitativo descritivo	Entender como a aproximação entre sociedade e universidade se manifesta em convênios.
Ferreira, C. *et al.* (2017) **(Artigo 3)**	Desafios para o processo de transferência de tecnologia na Universidade de Brasília	Revista Cadernos de Prospecção	Estudo de caso qualitativo	Apresentar um relato de transferências de tecnologias realizados pelo Núcleo de Inovação Tecnológica da Universidade de Brasília.

Pode ser evidenciada lacuna de conhecimento e o fato de que os estudos identificados foram publicados previamente à vigência da nova Lei de Licitações e Contratos, o que imprime a necessidade de mais estudos sobre o tema.

Em sequência, a Figura 5 apresenta uma síntese dos resultados propriamente ditos, com informações sobre instrumento, objeto, transferência de recursos financeiros, natureza e origem dos partícipes.

Figura 5

Elementos estruturantes

Item	Artigo 1	Artigo 2	Artigo 3
Instrumento	Convênio	Convênio	Convênio
Objeto	Alocação de recursos para desenvolvimento da pós-graduação	Transferência de recursos financeiros	Transferência de Tecnologia
Recursos Financeiros	Sim	Sim	Não
Natureza jurídica dos convenentes	Públicos e Privados	Públicos	Privados

Origem dos partícipes	Nacionais e Internacionais	Nacionais e Internacionais	Nacionais

O resultado direciona a maior parte das contribuições quanto à potencialidade de expansão e qualificação das Universidades Públicas do Brasil, através da celebração de parcerias com foco nos programas de pós-graduação s*tricto sensu*, haja vista o conhecimento e os impactos gerados a partir da pesquisa científica.

É exatamente este o escopo da pesquisa de Andrade (2020), cujo estudo de caso múltiplo teve por objeto a investigação sobre o uso de recursos institucionais na pós-graduação *stricto sensu*, a fim de identificar elementos estratégicos prioritários – tanto de custeio quanto de investimento, para qualificação e expansão dos respectivos programas. Analisou-se também a importância de incentivar a ampliação das ações de internacionalização, através do estabelecimento de parcerias com instituições de ensino estrangeiras (Andrade, 2020).

Sakashita (2019), por sua vez, discute a aproximação entre governo, indústria e universidade, a partir da terceira missão desta, junto às missões de ensino e pesquisa. Porém, o objeto principal está relacionado a dados quantitativos de convênios celebrados, além de classificá-los quanto à natureza dos recursos, área de conhecimento e valores recebidos por instituto.

Por fim, Ferreira (2017) apresentou um estudo descritivo qualitativo, com objetivo de esclarecer os principais desafios enfrentados em processos de pactuação de parcerias de transferência de tecnologias, a fim de indicar pontos críticos de maior impacto e oportunidades de melhoria. Alicerçado no fato de que a Universidade no Brasil é, sem dúvidas, grande indutora das inovações tecnológicas, referido estudo priorizou a melhoria de fluxos e desburocratização de processos de transferência de tecnologias, com o propósito de alcançar melhores índices de eficiência (Ferreira, 2017).

Como se percebe, todos os estudos, embora com objetos diversos, se valeram do instrumento de Convênio para concretizar as estratégias propostas, com ou sem envolvimento de recursos financeiros e alguns inclusive em âmbito internacional. O acordo de vontades é o elemento comum entre os contratos e os convênios (Pietro, 2023).

Porém, o que chama mais atenção é o item referente aos pontos sensíveis e oportunidades de melhoria verificados, considerando que cada estudo elencou aspectos únicos, quando da análise sob o prisma da eficiência na condução de estratégias pela Administração Pública, conforme síntese da Figura 6:

Figura 6

Pontos sensíveis e oportunidades de melhoria

Item	Artigo 1	Artigo 2	Artigo 3
Pontos Sensíveis	Necessidade de aumento na alocação de força de trabalho e recursos financeiros	Ineficiência na obtenção e irregularidade quanto ao repasse de recursos financeiros	Burocratização excessiva dos processos de transferência de tecnologia
Oportunidades de Melhoria	Previsão das parcerias nos Planos Estratégicos Institucionais	Criação de instrumento de captação de recursos junto à iniciativa privada	Criação de estrutura dedicada, com recursos humanos exclusivos, para efetivação das demandas de transferência de tecnologia

Todos os pontos levantados estão relacionados ao macroprocesso da gestão pública das universidades, com vistas à tomada de decisão sobre determinada parceria. Foram considerados os elementos estratégicos e estrutura dedicada para acompanhamento efetivo das obrigações assumidas nos instrumentos, desde a avaliação inicial de viabilidade até as fases finais de execução e prestação de contas.

A respeito dessa conjuntura de gestão pública, cumpre ressaltar que, independentemente da modalidade, a formalização de parcerias caracteriza-se como atividade administrativa, donde sobressaem os critérios de conveniência e oportunidade (Filho, 2011).

Para o tema das parcerias de universidades públicas, não há norma específica regulamentadora, e sim um conjunto de legislação ordinária com subsunção vinculada ao tipo de objeto pretendido - sendo altamente recomendado que cada instituição mantenha em vigência seu respectivo instrumento regulador da matéria (Santos, 2024).

Nos moldes apresentados, o conceito de Hélice Tríplice combina a aplicação dos conhecimentos obtidos através de universidades, mantendo a retroalimentação do ecossistema de inovação, assim como do bem-estar social, econômico e sustentável de toda a coletividade (Santos, 2024).

Portanto, é indubitável que as parcerias estimulam as conexões entre os atores da Hélice Tríplice (universidade-indústria-governo), cujas formalizações, para garantia de maior controle e efetividade, devem pautar-se, exemplificativa e preventivamente, nos elementos dispostos na Figura 6, como alternativa ao desenvolvimento de pesquisas mais propositivas às demandas sociais e econômicas.

Conclusão

Pode ser evidenciada lacuna de conhecimento e o fato de que os estudos identificados foram publicados previamente à vigência da nova Lei de Licitações e Contratos, o que imprime a necessidade de mais estudos sobre o tema.

A pesquisa pretendeu entender como o tema das parcerias de universidades públicas está sendo abordado no âmbito científico, haja vista o poder de inovação percebido a partir da conexão dos elementos da Hélice Tríplice - envolvidos em negociações, experiências e práticas.

As abordagens das pesquisas que integraram a presente revisão de escopo foram diversificadas: qualitativa, quantitativa e estudo de caso. O convênio foi o principal instrumento de formalização utilizado, sendo mais recorrente o objeto de alocação de recursos financeiros, entre participantes nacionais e internacionais, com foco nos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Também foram identificados pontos sensíveis e oportunidades de melhoria, para potencializar as interações entre usuários do conhecimento (administração pública/administração empresarial) e a comunidade científica (universidade), sendo necessário, portanto, injetar uma carga extra de investimento em: força de trabalho capacitada; eficiência na arrecadação e utilização de recursos financeiros; otimização de processos burocráticos; existência de estrutura dedicada; e previsão de parcerias nos planos diretores institucionais.

Os achados do presente estudo são relevantes para os gestores e coordenadores de gestão pública responsáveis por parcerias institucionais, com vistas, especialmente, a prevenir riscos na formalização e execução dos instrumentos de parceria, subsidiar a alta gestão na tomada de decisão e vislumbrar oportunidades de melhoria sobre toda a estrutura procedimental.

Tem-se como limitação da pesquisa o número reduzido de estudos encontrados, o que denota atualidade e particularidade do tema, por estar num campo muito específico da Administração Pública, ainda pouco explorado. Outras bases científicas poderiam ser incluídas para a revisão de escopo, apesar do esforço em se pesquisar as principais bases concernentes ao tema em âmbito nacional.

Sugere-se, a partir do presente estudo, em futuras pesquisas, aprofundamento sobre o comportamento de universidades públicas brasileiras na formalização de parcerias, bem como estudos de caso das universidades e suas estruturas, principais desafios e soluções adotadas.

Há que se pensar em produtos técnico-tecnológicos que potencializem as parcerias e previsão de áreas específicas na estrutura das universidades para acolhimento destas demandas, assim como elaboração de normativas específicas sobre todo o processo de planejamento, formalização e execução de parcerias, com incorporação de processo de avaliação e gestão de riscos.

Referências

Andrade, E., Lobato, J., Maccari, E., & Mazieri, M. (2020). A Alocação Estratégica de Recursos Institucionais para a Pós-Graduação Stricto Sensu e o Desempenho dos Programas na Avaliação Capes: Um Estudo em Universidades Federais. *Future Studies Research Journal: Trends and Strategies* [FSRJ], 12(1), 175-202. doi:https://doi.org/10.24023/FutureJournal/2175-5825/2020.v12i1.444.

Bento, F. M. S.; Oliveira, L. J. (2014). Pesquisa 4.0: novas dinâmicas de pesquisa e descoberta de informação científica e cooperação entre investigadores. *Perspectivas em Ciências da Informação*, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 4-14.

Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 05 de outubro de 1988. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 27 ago. 2024.

Brasil. *Decreto 11.531*, de 16 de maio de 2023. Dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11531.htm> Acesso em: 27 ago. 2024.

Brasil. Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. Revogada pela Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021. *Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm>. Acesso em: 27 ago. 2024.

Brasil. Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021. *Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm>. Acesso em: 27 ago. 2024.

Brasil. Presidência da República. (2018) *Guia da política de governança pública*. Brasília, DF: Presidência da República.

Buss, P. M. et al. (2016) Desenvolvimento, saúde e política internacional: a dimensão da pesquisa & inovação. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 32, supl. 2, e00046815.

Cunha, F. J. A. P. et al. (2016) Social network analysis as a strategy for monitoring the dissemination of information between hospitals. *Transinformação,* Campinas, v. 28, n. 3, p. 309-22.

Dudziak, E. A. Information literacy: princípios, filosofia e prática. (2003) *Ci. Inf.*, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35.

Etzkowitz, H.; Zhou, C. (2017) Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-ndústria-governo. *Estudos Avançados* 31 (90), 10.1590/s0103-40142017.3190003.

Ferreira, C.L.D.; Ghesti, G.F.; Braga, P.R.S. (2017) Desafios para o processo de transferência de tecnologia na Universidade de Brasília. *Cad. Prospec.*, Salvador, v. 10, n. 3, p. 341-355, D.O.I.: http://dx.doi.org/10.9771/cp.v10i3.22148.

Filho, J. S. C. (2010) *Manual de Direito Administrativo*. Editora Lumen Juris. Rio de Janeiro, 2011. 24ª edição. Revista, ampliada e atualizada até 31.12.2010.

Freitas, C. C. G.; Segatto, A. P. (2014) Ciência, tecnologia e sociedade pelo olhar da Tecnologia Social: um estudo a partir da Teoria Crítica da Tecnologia. *Cad. EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 302-20.

Gasque, K. C. G. D. (2016) Information literacy for inquiry-based learning. *Transinformação*, Campinas, v. 28, n. 3, p. 253-62.

Lis, M. (2021) Higher education institutions as partners in growing innovation of local economy. *Social Sciences*, 10(8), 316.

Marziale, M. H. P. (2016) El conocimiento científico modificando la práctica de la Enfermería. *Metas Enferm*., Madrid, v. 19, n.4, p.3.

Moreira, L. F., & Macke, J. (2023). Proposta de um *framework* conceitual baseado na hélice tripla de inovação para cidades inteligentes: um estudo no sul do Brasil. *Rev. Gest. Amb. e Sust. – GeAS, 12*(1), 1-28, e22796. https://doi.org/10.5585/2023.22796.

Oelke, N. D.; Lima, M. A. D. S.; Acosta, A. M. (2015) Translação do conhecimento: traduzindo pesquisa para uso na prática e na formulação de políticas. *Rev. Gaúch. Enferm*., v.36, n.3, p. 113-7.

Palotti, P. L. M.; Joppert, M. P.; Machado, J. A. (2024) A influência de aspectos organizacionais das instituições de ensino e pesquisa sobre os custos de transação na formação de parcerias com governos locais. *Revista de Administração Pública*. DOI: https://doi.org/10.1590/0034-761220230344.

Pietro, Maria Sylvia Zanella D. (2023) *Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559646784. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646784/. Acesso em: 30 jul. 2024.

Robertson, S.; Verger, A. (2012) A origem das parcerias público privada na governança global da educação. *Educ. Soc., Campinas*, v. 33, n. 121, p. 1133-1156. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br.

Rodrigues, A. P. L.; Costa, D. V. F. (2022) Educação corporativa por meio de convênios entre universidade e empresas parceiras. *Revista Valore*, Volta Redonda, 7 (edição especial).

Rueda, I., Acosta, B., & Cueva, F. (2020). Las universidades y sus prácticas de vinculación con la sociedad. *Educação e Sociedade*, 41, e218154.

Sakashita, C. N.; Campos, A. S.; Sandoval, S. A. M.; Greco, L. F. (2019) Convênios como mecanismo de relacionamento entre universidade e sociedade no brasil: o caso da universidade estadual de campinas. *Educ. Soc., Campinas*, v.40, e0188572, 2019, DOI: 10.1590/ES0101-73302019188572.

Santos, E. M. D.; Santos, M. S. (2024) Convênios administrativos em ifes brasileiras: conceituação, estado da arte e desafios. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro*, v.04, 2024 ISSN 2178-6925.

Vieira, J. A. N.; Arenas, M. V. S.; Souza, V. B. P. (2023) Acordo de Cooperação e Convênio: um estudo sobre os documentos firmados e a figura do fiscal, sobre o aspecto da interpretação da legislação, na Fundação Universidade Federal de Rondônia. *Revista Foco*. Curitiba (PR) v.16. n. 6|e2116.

Zanetti, M. L. (2013) Teaching and Research in the preparation of future professionals. *Rev. Latino-Am. Enferm.*, Ribeirão Preto, v. 21, n. 3, p. 653-54.

1.4 QUESTÃO DE ESTUDO

Como orientar os pontos sensíveis e oportunidades de melhorias no estabelecimento de convênios e instrumentos congêneres entre a Rede PROFIAP e os usuários do conhecimento?

1.5 OBJETIVOS

Os objetivos do estudo foram elaborados a partir das questões de estudo apresentadas anteriormente.

1.5.1 Objetivo Geral

Construir e validar banco de itens para identificar pontos sensíveis e oportunidades de melhorias no estabelecimento de convênios e instrumentos congêneres entre a Rede PROFIAP e usuários do conhecimento.

1.5.2 Objetivos Específicos

a) Identificar os pontos sensíveis e oportunidades de melhorias na pactuação de Convênios e instrumentos congêneres entre a Rede PROFIAP e usuários do conhecimento;
b) Construir Banco de Itens para orientar melhorias no estabelecimento de Convênios e instrumentos congêneres entre a Rede PROFIAP e usuários do conhecimento; e
c) Validar Banco de Itens por Comitê de Especialistas.

1.6 ESTRUTURA DA PESQUISA

Quadro 1. Estrutura da Pesquisa

Questão de Estudo	*Como orientar os pontos sensíveis e oportunidades de melhorias no estabelecimento de convênios e instrumentos congêneres entre a Rede PROFIAP e os usuários do conhecimento?*			
Objetivo Geral	Construir e validar banco de itens para identificar pontos sensíveis e oportunidades de melhorias no estabelecimento de convênios e instrumentos congêneres entre a Rede PROFIAP e usuários do conhecimento.			
Referencial Teórico	Convênios e instrumentos congêneres - Universidades Públicas – Cooperação – Usuários do conhecimento			
Cenário de Estudo	Universidades Públicas - Rede PROFIAP			
Tipo de Estudo	Revisão de Escopo	Estudo Exploratório	Estudo Metodológico	Relatório Técnico Conclusivo
Abordagem	Estudo de revisões	Qualitativa	Metodológica	
População	Artigos científicos completos indexados nas bases: Embase; Web of Science; SciELO; Oasisbr; Scopus; Pubmed	Coordenadores das Instituições Associadas da Rede PROFIAP	Comitê de Juízes Especialistas	Resultante de uma análise crítica dos dados coletados, em que serão determinadas convergências, diferenças e combinações . Proposição de material didático
Tipo de amostra	Protocolo Internacional PRISMA	Amostragem intencional	Amostragem intencional	
Tabulação e Análise de Dados	Análise qualitativa dos pontos sensíveis e oportunidades de melhoria	Leitura profunda das respostas e organização dos núcleos de sentido e categorias temáticas	Avaliação mediante escala Likert e cálculo de score com Índice de Validade de Conteúdo - IVC	
Produtos Técnicos-Tecnológicos	Artigo Científico	Artigo Científico	Artigo Científico	Relatório Técnico Conclusivo

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HÉLICE TRÍPLICE E SUAS INCORPORAÇÕES

A aproximação entre ciência e sociedade está cada vez mais aclamada, e já se fala, inclusive, que tal ônus está inserido na responsabilidade da Universidade, junto às missões tradicionais de ensino e pesquisa (Sakashita *et al.*, 2019).

O nascimento do modelo da Hélice Tríplice (universidade-indústria-governo), em 1920, teve origem na Inglaterra, cujo objetivo, à época, era o de retomar uma economia industrial em declínio. O modelo ganhou força e passou a ser reconhecido internacionalmente, especialmente pelos impactos positivos no crescimento econômico e no desenvolvimento social, haja vista a aproximação das instituições criadoras de conhecimento para com o processo de inovação propriamente dito (Etzkowitz & Zhou; 2017). Ainda de acordo com Etzkowitz & Zhou (2017):

> "[...] a universidade está adotando um formato empreendedor comum que incorpora e transcende suas missões tradicionais de educação e pesquisa. A "Segunda Revolução Acadêmica" contemporânea segue a Primeira Revolução Acadêmica, de meados do século XIX e ainda em curso, que legitimou a pesquisa como missão acadêmica. A Segunda Revolução surge da confluência do desenvolvimento interno das instituições de ensino superior como a estruturação de grupos de pesquisa como "quasi-empresas", e de influências externas sobre as estruturas acadêmicas associadas à eclosão da inovação "baseada no conhecimento". Políticas, práticas e inovações organizacionais destinadas a traduzir conhecimento em atividade econômica e a resolver problemas da sociedade espalharam-se pelo mundo todo. A Academia é assim inspirada a desempenhar um papel criativo no desenvolvimento econômico e social, a partir de uma perspectiva independente no trato das prioridades do governo, da indústria e do cidadão."

O modelo é considerado como um processo contínuo de inovação centrado nos elementos: conhecimento, consenso e inovação. A inovação, inclusive, deve ir além do desenvolvimento de novos produtos pela indústria, pois também engloba a criação de arranjos organizacionais que otimizem o próprio processo inovador, a exemplo do que se verifica com as incubadoras e os parques tecnológicos (Etzkowitz & Zhou; 2017).

Fato é que as estruturas da Hélice Tríplice vêm ganhando força no mundo todo, ainda que em diferentes níveis de desenvolvimento, dadas as condições locais de cada região e tendências no desenvolvimento acadêmico e social. Assim, a partir da premência de desenvolvimento de ações e respostas às demandas da sociedade, ideias e propostas jurídicas passaram a ser formalizadas via pactos bilaterais, o que deu origem à instituição dos convênios e instrumentos congêneres, como mecanismos destinados à formalização e concretização das manifestações de vontade (Filho, 2011).

A colaboração é considerada fator essencial na condução e execução de projetos entre governo e universidades, ao passo que o envolvimento da indústria tende a complementar a

tríplice hélice de inovação (Moreira & Macke, 2023). Ou seja, há interferência e colaboração – mais que propositivas, a partir da integração entre ambientes acadêmico e prático, posto que os estudantes, integrantes de um ambiente acadêmico, buscam por capacitação, instrumentos e técnicas adequados para atuar com desenvoltura, com repercussão favorável num ambiente de trabalho profissional (Malmegrin, 2010).

Todo esse movimento de colaboração e desenvolvimento conjunto contribuem para o avanço do modelo da Teoria da Hélice Quádrupla, que busca justamente ampliar o protagonismo da sociedade civil, incorporando também o papel da mídia e do público fundamentado na cultura. Trata-se de uma abordagem que integra políticas *top-down* (de cima para baixo) com iniciativas *bottom-up* (de baixo para cima), promovendo a cocriação de conhecimento e valor com potencial de aplicação tanto em países desenvolvidos quanto em nações em desenvolvimento (Yun & Liu, 2019).

Sob uma ótica mais abrangente, a dimensão social se revela como um dos alicerces essenciais da sustentabilidade. A Teoria da Hélice Quádrupla destaca essa dimensão ao reconhecer a atuação ativa da sociedade civil, incluindo a mídia, os usuários, as agências e os elementos culturais na promoção da inovação. Esse modelo sublinha a relevância de incorporar a perspectiva social à tradicional tríade Estado-Empresa-Universidade, visando à constituição de um ecossistema dinâmico de conhecimento e inovação, alinhado às exigências da economia e da sociedade do conhecimento (da Rosa, Allebrandt & Knebel, 2023).

Embora o modelo da Hélice Quádrupla já aponte para a necessidade de que o desenvolvimento econômico ocorra com sensibilidade social e ambiental, é o modelo da Hélice Quíntupla que torna essa premissa explícita, ao integrar de forma mais direta as interações entre o meio ambiente natural, a sociedade e a economia. Essa abordagem amplia a compreensão dos ecossistemas de inovação ao incorporar a perspectiva da ecologia social no processo de geração de conhecimento e inovação. Dessa forma, a concepção da Hélice Quíntupla indica que, além de os desafios ambientais influenciarem os sistemas de valores e os discursos comunicacionais, as ações sociais — entre outros elementos — também desempenham um papel determinante nas transformações ambientais (Yuzhuo, 2022).

Assim, o modelo da Hélice Tríplice e suas evoluções fundamentam e impulsionam o estabelecimento de parcerias, importante instrumento de execução das atividades do Estado, especialmente no contexto institucional de ensino e pesquisa, ao possibilitar a identificação de necessidades sociais e a construção de soluções colaborativas, ampliando as possibilidades de alcance e efetividade dos resultados esperados. Dessa forma, essas articulações fortalecem a

capacidade das instituições de ensino superior em cumprir sua função social, promovendo a integração entre conhecimento acadêmico e demandas concretas da sociedade.

2.2 PARCERIAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Administração Pública brasileira, como se apresenta na atualidade, é resultado de um processo de transformações, tal qual ocorre com a própria noção do Estado e da sociedade. No período colonial foi imposto ao Brasil o modelo de administração patrimonialista que se adotava em Portugal, com os devidos ajustes para a administração de uma colônia. Em 1808, com a vinda da família real, o Brasil passa a ser sede da Administração Monárquica, e inaugura-se uma nova perspectiva, ainda que mantendo o mesmo modelo patrimonialista, porém com maiores complexidades (Vipievski Júnior & Tomporoski, 2023).

Com início na década de 1930 e seguindo até a década de 1990, com o objetivo de romper com o modelo patrimonialista, e já dentro da perspectiva republicana, constitui-se no Brasil o modelo burocrático de Weber, para o qual as organizações podem tornar-se mais eficientes a partir da implementação de regramentos bem definidos e de estruturação hierárquica (Weber, 2015).

A partir de 1990, surge no Brasil o modelo gerencial, sobretudo no ano de 1995, momento em que foi criado o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, no qual foi elaborado o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, idealizado pelo Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira. O referido plano diretor foi fundamentado no pensamento neoliberal (Pereira, 1996, *apud* Vipievski Júnior & Tomporoski, 2023).

Recentemente surgiu uma nova terminologia - governança pública, que tem por caraterística a continuidade dos movimentos neoliberais iniciados na década de 1990, e marcados cada vez mais pela ideia de imposição do mercado e esvaziamento do Estado. A ascensão de uma fase ou modelo não implica no esvaziamento de seu antecessor, pois os paradigmas supostamente vencidos deixaram fragmentos ainda muito presentes, e os novos modelos não conseguem imediatamente ser implementados em sua plenitude. E isso se deve à peculiaridade da Administração Pública brasileira contemporânea, eis que consegue manter características de todas as fases mencionadas (Vipievski Júnior & Tomporoski, 2023).

Nesse sentido, a administração pública tem como função primordial o gerenciamento do patrimônio público, visando assegurar maiores índices de bem-estar social, além de impulsionar maior desenvolvimento socioeconômico. A gerência adequada e eficiente dos recursos públicos apresenta-se como um princípio básico para que a gestão pública conquiste

suas metas. O gestor público, em seus vários níveis, deve adotar estratégias que atendam às demandas da população (Silva & Crisóstomo, 2019).

Fato é que o tema das parcerias da Administração Pública vem ganhando espaço nas organizações atuais, especialmente sob a ótica da cooperação entre instituições e academia, considerando os impactos relacionados à expansão da educação, reestruturação da relação com o Estado frente ao neoliberalismo, mediações com o mercado e o empreendedorismo, e ainda desenvolvimento equilibrado e sustentável (Lis, 2021).

Assim, é indubitável que as parcerias estimulam as conexões entre os atores da Hélice Tríplice (universidade-indústria-governo), como alternativa ao desenvolvimento de pesquisas mais propositivas às demandas sociais e econômicas. Desta forma, o Estado se vale de mecanismos específicos, a exemplo dos convênios e instrumentos congêneres, para assegurar não apenas a execução, mas também a efetividade na formalização de parcerias (Corrêa & Camargo, 2024; Palotti; Joppert; Machado, 2024).

A formalização de tais parcerias enfrenta o desafio de combinar a opção de desenvolvimento global decorrente de altas aspirações científicas com a opção local/regional relacionada à capacidade de cooperar com entidades em sua vizinhança direta. As universidades não são estabelecidas apenas para definir tendências de pesquisa, mas também para identificar e responder às necessidades da economia "comum". Isso requer diálogo bidirecional constante e o desenvolvimento de canais de comunicação que permitam colaborações úteis (Grimaldi *et al.*, 2020).

3 MÉTODO

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Trata-se de um estudo metodológico de construção e validação de Banco de Itens. O percurso metodológico sustenta-se pela Teoria de Elaboração Instrumental de Pasquali, abrange procedimentos teóricos e empíricos para a construção e validação de constructo de interesse (Pasquali, 2010; Colucci, Alexandre & Milani, 2015). O presente estudo foi orientado por fases teórica e empírica: definição de um problema e das ideias dos conteúdos; estabelecimento da estrutura conceitual e a finalidade do constructo; construção dos itens em si e estruturação do conteúdo e sua operacionalização (Banco de Itens); e validade de conteúdo por Comitê de Especialistas (Pasquali, 2010; Colucci, Alexandre & Milani, 2015), conforme delineamento a seguir.

A identificação de um problema e das ideias dos conteúdos se desdobrou a partir de experiência profissional de um dos pesquisadores em atuar com Governança Pública, desenvolvimento e análise de Convênios e instrumentos congêneres em cenários de instituição de ensino. Durante sua participação como pós-graduando do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, realizou análise de situação-problema, inferindo no desenvolvimento do produto: Banco de Itens.

Houve estabelecimento da estrutura conceitual e finalidade do constructo, sendo utilizado como recurso busca na literatura sistematizada por uma revisão de escopo, conduzida de acordo com o protocolo PRISMA, sobre a formalização de parcerias entre universidades públicas e usuários do conhecimento, que teve por objetivo elucidar as principais estratégias, pontos sensíveis e oportunidades de melhoria na formalização de parcerias com Universidades Públicas (Corrêa & Camargo, 2024).

Outro recurso utilizado foi o relato da população alvo, por abordagem qualitativa, aqui composta pelos Coordenadores e Vice Coordenadores da Rede PROFIAP, com leitura profunda das respostas dos questionários junto aos participantes. Foi realizada análise do conteúdo em unidades sistemáticas e sua categorização conforme núcleo de sentido, com os resultados da revisão de escopo e as respostas dos questionários, e para a construção dos itens os pesquisadores contaram com apoio do Processamento de Linguagem Natural da Inteligência Artificial (ChatGPT®). Assim, a partir da definição do núcleo de sentido e unidades temáticas, foi organizado um quadro como primeira versão do Banco de Itens;

Em seguida, quanto à validade de conteúdo por comitê de especialistas, os juízes foram identificados, dentre os Coordenadores e Vice Coordenadores que sinalizaram ter experiência na formalização de Convênios e instrumentos congêneres. Foram avaliados critérios do Banco de Itens, como validade, clareza, praticabilidade, relevância, interpretabilidade. Para a validação do conteúdo utilizou-se da escala likert com 4 pontos progressivos para avaliação de cada item do banco, em que os juízes definiram as respostas: 1. Não representativo; 2. Necessita de grande revisão para ser representativo; 3. Necessita de pequena revisão para ser representativo; 4. Item representativo. O Indice de Validade de Conteúdo (IVC) deverá ter concordância mínima de 0,80 ou superior e será calculado por número de respostas (3 ou 4) / número total de respostas. Também foi permitido que os juízes ofertassem comentários livres sobre as percepções quanto ao Banco de Itens. No início do questionário semiestruturado também constaram informações para caracterização sociodemográfica dos participantes.

3.2 ESTRATÉGIA DE PESQUISA

A pesquisa foi realizada em duas etapas, a de construção do Banco de Itens e posteriormente de validação do constructo, conforme delineamento a seguir de coleta e produção dos dados:

3.2.1 População Alvo

Nesta primeira etapa procedeu-se à construção do Banco de Itens, via aplicação de questionário (https://forms.gle/njZoYQPVpMeszgBP6) junto aos Coordenadores e Vice Coordenadores do PROFIAP de cada Instituição Associada. A busca dos Coordenadores e Vice Coordenadores foi realizada no sítio eletrônico da Rede PROFIAP, cujo programa de pós-graduação é oferecido por 40 Universidades Associadas em todo o Brasil, após sua expansão ocorrida em 2024:

- Universidade Federal de Goiás - UFG;
- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS;
- Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD;
- Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT;
- Universidade Federal do Rio Grande - FURG;
- Universidade Federal de Pelotas - UFPe;
- Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;
- Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA;
- Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS;
- Universidade Federal de Viçosa - UFV;
- Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL;
- Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF;
- Universidade Federal de São João Del Rei - UFSJ;
- Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM;
- Universidade Federal Fluminense - UFF;
- Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG;
- Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP;
- Universidade Federal de Uberlândia - UFU;
- Universidade Federal de Rondônia - UNIR;
- Universidade Federal do Tocantins - UFT;

- Universidade Federal do Acre - UFAC;
- Universidade Federal do Amazonas - UFAM;
- UNIFESSPA Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA;
- Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA;
- Universidade Federal de Roraima - UFRR;
- Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA;
- Universidade Federal de Sergipe - UFS;
- Universidade Federal de Campina Grande - UFCG;
- Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE;
- Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF;
- Universidade Federal do Piauí - UFPI;
- Universidade Federal do Ceará - UFC;
- Universidade Federal do Cariri - UFCA;
- Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB;
- Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPar;
- Universidade Federal do Maranhão - UFMA;
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN;
- Universidade Federal da Paraíba - UFPB;
- Universidade Federal de Alagoas - UFAL; e
- Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA.

A segunda etapa consistiu na validação do Banco de Itens, com aplicação de questionário (https://forms.gle/pEE6Vyb9QZ8xSWoZ6) junto ao Comitê de Especialistas. Os participantes foram incluídos conforme respostas do questionário de caracterização sociodemográfica aplicado junto à população na fase teórica – primeira etapa, em especial quanto aos Coordenadores e Vice Coordenadores que sinalizaram ter experiência na formalização de Convênios e instrumentos congêneres. Assim, seis participantes da primeira etapa responderam positivamente àquela questão – de experiência, e receberam o Banco de Itens para validação, dos quais retornaram quatro respostas, uma abstenção e uma negativa de participação.

3.2.2 Local e período de realização da pesquisa

Na primeira etapa o formulário foi enviado inicialmente através de e-mail, bem como via contato individual no Whats App, para os que não responderam na primeira chamada do correio eletrônico após 15 dias corridos, constando no questionário as seções: 1. Boas-vindas, carta convite e perfil profissiográfico e sociodemográfico; 2. Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE); 3. Roteiro de instrução; 4. Formulário para preenchimento. O rol das variáveis profissiográficas presentes no formulário compõe-se de: nome; sexo; cor da pele/raça/etnia autodeclarada; estado civil; instituição; função no PROFIAP; tempo de atuação na Rede PROFIAP; tempo de atuação na coordenadoria do PROFIAP; formação principal; maior titulação concluída e se possui experiência na formalização de parcerias. E, em especial, às perguntas centrais: "Na sua opinião, quais são os pontos sensíveis no contexto da formalização de parcerias entre a Rede PROFIAP e os usuários do conhecimento?" e "Na sua opinião, quais são as oportunidades de melhorias no processo de formalização de parcerias entre a Rede PROFIAP e os usuários do conhecimento?".

Na segunda etapa o formulário foi enviado inicialmente através de e-mail, bem como via contato individual no Whats App, para os que não responderam na primeira chamada do correio eletrônico após 15 dias corridos, constando no questionário as seções: 1. Boas-vindas, carta convite e perfil profissiográfico e sociodemográfico; 2. Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE); 3. Roteiro de instrução; 4. Formulário para preenchimento.

3.2.3 Detalhamento dos critérios de inclusão e exclusão dos participantes

Na primeira etapa foram incluídos Coordenadores e Vice Coordenadores do PROFIAP com mandato vigente de representação de cada instituição associada, conforme listagem disponível em sítio eletrônico da Rede PROFIAP e das respectivas universidades, por se tratar de informação de domínio público. Foram excluídos aqueles que se encontravam em eventual afastamento no momento da coleta de dados.

Na segunda etapa, os participantes foram incluídos conforme respostas do questionário de caracterização sociodemográfica aplicado junto à população na fase teórica – primeira etapa, em especial quanto aos Coordenadores e Vice Coordenadores que sinalizaram ter experiência na formalização de Convênios e instrumentos congêneres. Foram excluídos aqueles que sinalizaram, na primeira etapa, pela inexistência de experiência na formalização de Convênios e instrumentos congêneres.

3.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

3.3.1 Etapa 1: Fase Teórica – Construção do Banco de Itens

Os constructos foram elaborados conforme leitura profunda das respostas e organização dos núcleos de sentido e categorias temáticas em convergência ao método de análise temática proposta por Bardin (2016), isto é, realizar uma análise sistemática e objetiva do conteúdo de um conjunto de dados, buscando compreender o seu significado e identificar padrões ou tendências presentes nos dados, com o apoio do Processamento de Linguagem Natural da Inteligência Artificial (ChatGPT®).

3.3.2 Etapa 2: Fase Empírica – Validação do Banco de Itens junto ao Comitê de Especialistas

Por se tratar de validação de conteúdo por Comitê de Juízes Especialistas, foram considerados os seguintes aspectos: validade, clareza, praticabilidade, relevância, interpretabilidade. A avaliação foi realizada mediante escala Likert, de acordo com a seguinte valoração: 1. Não representativo; 2. Necessita de grande revisão para ser representativo; 3. Necessita de pequena revisão para ser representativo; 4. Item representativo.

Para viabilizar a validação do conteúdo, foi calculado o escore do Índice de Validade de Conteúdo (IVC), que mensura a proporção de concordância entre juízes especialistas quanto à adequação dos aspectos analisados. A Validade de Conteúdo dos Itens Individuais (I-VCI) é calculada mediante a soma de concordância dos itens marcados em 3 e 4, divididos pelo número de juízes especialistas, trazendo a proporção de especialistas que concordaram sobre a relevância ou não de determinados aspectos do conteúdo do Banco de Itens. A fórmula: IVC = número de respostas 3 ou 4 na escala Likert dividido pelo número total de respostas.

Para atestar a validade do banco de itens, a taxa de concordância aceitável entre os juízes para avaliação dos itens individualmente deve ser superior a 0,78, e para confirmação da validade do instrumento, de forma global, deve haver concordância de pelo menos 0,80, escores recomendados em estudo de Colucci, Alexandre & Milani (2015).

3.4 ASPECTOS ÉTICOS

A divulgação e o envio de link para resposta aos questionários foram precedidos de submissão do Projeto de Pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital de Clínicas da

UFTM, com emissão de parecer favorável, em 08 de abril de 2025 (CAAE 86943425.0.0000.8667), conforme Apêndice D. Todos os docentes que aceitaram participar da pesquisa responderam virtualmente que concordavam com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, bem como sobre o caráter voluntário da pesquisa.

3.5 MATRIZ METODOLÓGICA

Para a definição dos aspectos metodológicos que compõem a presente pesquisa, foi utilizado o recurso visual da matriz metodológica, que representa a lógica das relações entre os diferentes elementos que compõem a pesquisa, alinhando objetivos, método, técnicas de coleta e análise dos dados com os resultados alcançados (Quadro 2).

Quadro 2. Matriz Metodológica

Objetivo Geral
Construir e validar banco de itens para identificar pontos sensíveis e oportunidades de melhorias no estabelecimento de convênios e instrumentos congêneres entre a Rede PROFIAP e usuários do conhecimento.
Objetivo Específico 1: Analisar pontos sensíveis e oportunidades de melhorias para o estabelecimento de parcerias no âmbito da Rede PROFIAP para com a sociedade.
Estudo 1
Título: Pontos sensíveis e oportunidades de melhorias no estabelecimento de parcerias entre um programa de pós-graduação em rede e a sociedade
Método e Técnicas: Estudo qualitativo por entrevista aberta em questionário digital. Os resultados integram uma das etapas de uma pesquisa maior intitulada por "Construção e validação de Banco de Itens para formalização de convênios e instrumentos congêneres entre a Rede PROFIAP e usuários do conhecimento"
Status de Publicação: A submeter na Revista de Administração, Ensino e Pesquisa – RAEP, (Qualis A3), após a análise da Banca de Defesa. Apresentado na íntegra como resultado deste trabalho.
Objetivo Específico 2: Construir e validar banco de itens para identificar pontos sensíveis e oportunidades de melhorias no estabelecimento de convênios e instrumentos congêneres entre a Rede PROFIAP e usuários do conhecimento.
Estudo 2
Título: Proposta de Banco de Itens para formalização de convênios e instrumentos congêneres entre a Rede PROFIAP e usuários do conhecimento.

Método e Técnicas: Artigo técnico-tecnológico de construção e validação de Banco de Itens, pela Teoria de Elaboração Instrumental de Pasquali, abrangendo procedimentos teóricos e empíricos para a construção e validação de constructo de interesse, por Comitê de Especialistas.
Status de Publicação: Em *desk review* (setembro de 2025) na Revista Inovação, Processos e Tecnologia – IPTEC, (Qualis B1). Apêndice E. Apresentado na íntegra como resultado deste trabalho.
Atividades Complementares
1 - Realização de curso online em Mapa de Evidências, pela Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS, com carga horária de 20h, como capacitação prévia à realização de Revisão de Escopo.
2 - Publicação de artigo científico de Revisão de Escopo, a fim de entender como o tema das parcerias de universidades públicas está sendo abordado no âmbito científico e identificar eventuais pontos sensíveis e oportunidades de melhoria. Título: Parcerias entre universidades públicas e usuários do conhecimento: revisão de escopo. Metodologia conforme recomendação do *Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews*, no período de agosto de 2014 a agosto de 2024, nas bases EMBASE, Web of Science, SciELO, Oasisbr, Scopus e Pubmed. Foram identificados 1.192 artigos, com 3 estudos respondendo aos critérios de inclusão. Publicado na Revista de Gestão e Secretariado – GESEC, (Qualis A4) em dezembro de 2024: DOI: https://doi.org/10.7769/gesec.v15i12.4420. Apresentado na íntegra no item 1.3, de Revisão da Literatura.

4 RESULTADOS

Os resultados que compõe a presente dissertação, apresentada na modalidade “artigo”, serão apresentados na íntegra como se segue.

4.1 ARTIGO A SUBMETER

A partir dos achados da revisão de escopo realizada no início da pesquisa, foi possível estabelecer o referencial teórico e metodologia relativos ao caso, com aplicação de questionário na primeira etapa do estudo, com vistas, especialmente, a identificar e analisar os itens de maior relevância na formalização de parcerias, conforme exposto em minuta de artigo a seguir, cuja proposta é a de submetê-lo à Revista RAEP após a defesa final de Trabalho de Conclusão de Curso.

Pontos sensíveis e oportunidades de melhorias no estabelecimento de parcerias entre um programa de pós-graduação em rede e a sociedade

Lucas Vieira Fernandes Corrêa
Fernanda Carolina Camargo
Rosana da Rosa Portella Tondolo
Regiane Máximo Siqueira
Lúcia Aparecida Ferreira

Resumo

O estudo analisa os pontos sensíveis e as oportunidades de melhoria no estabelecimento de parcerias entre um programa de pós-graduação em rede e a sociedade, tendo como foco o Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP). Fundamentado nos modelos da Hélice Tríplice e suas ampliações, o artigo destaca a relevância das interações entre universidade, governo e sociedade para a inovação e o desenvolvimento social. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, utilizando questionário digital aplicado a coordenadores e vice-coordenadores das 40 instituições associadas à Rede PROFIAP, resultando em 17 respondentes. A análise das respostas, orientada pela Análise de Conteúdo, permitiu identificar categorias centrais relacionadas a estrutura e apoio institucional, burocracia e segurança jurídica, alinhamento de interesses, comunicação e articulação, além de avaliação e transparência. Os resultados evidenciaram fragilidades, como a desigualdade entre polos, ausência de convênios na maioria das instituições e baixa experiência dos coordenadores na formalização de parcerias. Por outro lado, emergiram recomendações estratégicas, incluindo a criação de modelos padronizados de minutas, definição de critérios claros para seleção de parceiros, fortalecimento da comunicação integrada, implantação de sistemas de monitoramento e maior apoio institucional. Constatou-se que a atuação em rede potencializa a inovação, otimiza recursos públicos e amplia a efetividade social das ações acadêmicas. Conclui-se que a consolidação das parcerias exige esforços coordenados e contínuos, sustentados pela tríplice missão universitária e pela integração com atores sociais e governamentais. O fortalecimento de programas em rede, como o PROFIAP, revela-se não apenas uma estratégia de gestão acadêmica, mas um compromisso com a promoção do desenvolvimento sustentável e a democratização do conhecimento.

Palavras-chave: Parcerias; Pós-graduação; PROFIAP; Hélice Tríplice; Gestão pública.

Abstract

The study analyzes sensitive points and opportunities for improvement in establishing partnerships between a networked graduate program and society, focusing on the Professional Master's in Public Administration (PROFIAP). Grounded in the Triple Helix model and its developments, the article highlights the relevance of interactions among universities, government, and society for innovation and social development. A qualitative approach was adopted, applying an online questionnaire to

coordinators and vice-coordinators of the 40 institutions associated with the PROFIAP Network, resulting in 17 respondents. Content Analysis guided the categorization of answers, which revealed central themes related to institutional support, bureaucracy and legal security, alignment of interests, communication and articulation, as well as evaluation and transparency. The results showed fragilities such as inequality among campuses, lack of formal agreements in most institutions, and low experience of coordinators in establishing partnerships. On the other hand, strategic recommendations emerged, including the creation of standardized templates, clear criteria for partner selection, strengthening of integrated communication, implementation of monitoring systems, and greater institutional support. It was found that networked programs enhance innovation, optimize public resources, and expand the social effectiveness of academic actions. The study concludes that the consolidation of partnerships requires coordinated and continuous efforts, sustained by the university's threefold mission and integration with social and governmental actors. Strengthening networked programs such as PROFIAP proves to be not only a strategy for academic management but also a commitment to sustainable development and the democratization of knowledge.

Keywords: Partnerships; Graduate education; PROFIAP; Triple Helix; Public management.

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, visa-se cada vez mais integrar a universidade para que esteja mais voltada para a sociedade, para além da vida acadêmica. Que seja estabelecida uma relação tríade entre universidade, indústria e governo, para que as pesquisas científicas sejam propositivas a responder as complexas demandas sociais atuais. Essa colaboração evidencia o poder de inovação que surge da conexão entre esses três elementos. Os desafios no estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino e pesquisa e a sociedade é comum em diferentes localidades mundiais (Corrêa & Camargo, 2024).

Essa questão está fortemente ligada ao novo desafio enfrentado pelos países em desenvolvimento, uma vez que as políticas e práticas voltadas à pesquisa e à inovação tecnológica constituem elementos estruturais que dão origem a disputas políticas e econômicas, envolvendo tanto as nações mais desenvolvidas, tradicionalmente produtoras, quanto aquelas em desenvolvimento, que costumam apresentar maior dependência em relação às novas tecnologias (Buss *et al*., 2016). O estabelecimento de parcerias passa a se apresentar como importante diretriz para aproximar a comunidade científica dos usuários do conhecimento, considerando o grande potencial de expansão que esta interação pode impulsionar, além de fomentar o desenvolvimento de pesquisas mais assertivas (Corrêa & Camargo, 2024).

Construir vínculos com parceiros de diferentes setores é uma das dimensões mais importantes das missões das universidades. O potencial das universidades deve ser usado para aumentar a qualidade do capital humano, melhorar a qualidade dos serviços públicos, fortalecer a imagem das cidades, regiões e países e fornecer à economia novas soluções tecnológicas e organizacionais (Stuss, Szczepańska-Woszczyna & Makieła, 2019).

Neste sentido, as universidades têm o desafio de cumprir um papel perante a sociedade, zelando pela autonomia, para que continue sendo um espaço de reflexões, problematizações, trocas e construção do conhecimento, atuando como propulsora para o desenvolvimento em um mundo marcado por incertezas, complexidades e ambiguidades. E, para que a universidade

tenha condições de contribuir significativamente com a evolução da sociedade, é fundamental que esta tenha a sua atuação articulada e boas relações com governo e setores sociais (Silva *et al.*, 2020).

A legislação brasileira regulamenta a formalização de parcerias com universidades públicas no Brasil em diversos instrumentos normativos. Neste sentido, a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, dispõe de normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Brasil, 2021).

Citada Lei revogou expressamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a qual já estabelecia diretrizes básicas sobre convênios e instrumentos similares — aspectos não contemplados pela nova legislação (Brasil, 1993). Diante disso, tornou-se necessária sua regulamentação, que foi realizada recentemente por meio do Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023. Esse decreto trata dos convênios e contratos de repasse relacionados às transferências de recursos da União, bem como das parcerias sem repasse de recursos, firmadas por meio de acordos de cooperação técnica ou de adesão (Brasil, 2023).

Essas inovações legislativas encontram respaldo na Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, especialmente no artigo 219-A, inserido pela Emenda Constitucional nº 85/2015. Tal dispositivo autoriza a formalização de instrumentos de cooperação entre órgãos e entidades públicas e privadas, incluindo o compartilhamento de recursos humanos especializados e de infraestrutura, para a execução de projetos voltados à pesquisa, ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação, com ou sem contrapartida financeira, conforme previsto em lei (Brasil, 1988).

Assim, na atualização constitucional, as políticas de estímulo à inovação foram colocadas como centro do desenvolvimento nacional, com ampliação da articulação entre o setor produtivo e a academia, aproximação da pesquisa científica básica para com a inovação tecnológica, assim como pela possibilidade de compartilhamento de infraestrutura e conhecimento para a atividade de pesquisa em si (Ortiz, 2021). Em síntese, no entender de Lenza (2018) “a EC nº 85, de 26.02.2015, reforça a necessidade de valorização da ciência, da tecnologia e da inovação, com destaque para essa última”.

Minghelli (2018) alerta que referida valorização é impulsionada com a articulação entre os entes públicos e privados, principal intuito da Emenda, em prestígio ao arranjo da hélice tríplice. É o modelo que defende que uma maior taxa de desenvolvimento tecnológico só é possível a partir da parceria entre governo, empresas e centros de pesquisas, como as universidades (Ortiz, 2021).

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, garantida no art. 207 da Constituição Federal, incentivou ainda mais a interação dos atores envolvidos, ao passo que as ações de extensão possibilitam levar o conhecimento produzido pelas instituições às comunidades em seu entorno, ao mesmo tempo em que promovem a geração de novos saberes por meio da aprendizagem prática (Palotti, Joppert & Machado, 2024).

Diversos fatores podem impactar a cooperação dos atores organizacionais. Através da realização de um *survey* online, enviado para 406 instituições de ensino indicadas nas listas da Rede Nacional de Escolas de Governo, constatou-se que a presença de *campi* descentralizados

amplia a capilaridade institucional e, por consequência, favorece a celebração de parcerias. A existência de uma "porta de entrada" nas universidades, representada por uma estrutura ou setor especializado para acolhimento, influencia positivamente o volume de experiências no estabelecimento dessas colaborações. Além disso, a adoção de instâncias internas de aprovação para as parcerias negociadas contribui para conferir maior formalidade a esses acordos (Palotti, Joppert & Machado, 2024).

Apesar da relevância do tema, já se constatou lacunha de conhecimento em revisão de escopo sobre a formalização de parcerias entre universidades públicas e usuários do conhecimento, que teve por objetivo elucidar as principais estratégias, pontos sensíveis e oportunidades de melhoria na formalização de parcerias com Universidades Públicas. Utilizou-se o protocolo PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), sendo identificados inicialmente 1.192 artigos, porém apenas 3 estudos atenderam ao critério de inclusão (Corrêa & Camargo, 2024).

A fim de compreender os fenômenos dessas interações na prática de um programa de pós-graduação *stricto sensu*, como representante de um dos eixos dos modelo de Hélices, abordado a seguir, optou-se pelo Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública (PPROFIAP), desenvolvido em Rede de universidades públicas. O PROFIAP tem como objetivo capacitar profissionais para o exercício da prática administrativa avançada nas organizações públicas, contribuir para aumentar a produtividade e a efetividade dessas instituições e disponibilizar instrumentos, modelos e metodologias que sirvam de referência para a melhoria da gestão pública, com área de concentração em Administração Pública. Atualmente a rede é composta por 40 Universidades Associadas distribuídos pelas 5 regiões no Brasil.

A Portaria nº 214/2017 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, em seu artigo 1º, define os programas de pós-graduação stricto sensu em formato associativo como aqueles oferecidos conjuntamente por duas ou mais instituições, públicas ou privadas, que, de forma articulada e oficial, criam e mantêm programas de mestrado e/ou doutorado, com responsabilidades definidas e compartilhadas entre as associadas. Nesse sentido, o funcionamento estratégico de uma rede de universidades associadas, deve considerar as potencialidades e os pontos de melhoria de cada instituição, respeitando seus contextos locais e regionais, de modo a potencializar os resultados por meio do engajamento coletivo (Malheiros *et al*., 2020).

A presente pesquisa é relevante para os gestores e coordenadores de gestão pública responsáveis por parcerias institucionais, com vistas, especialmente, a prevenir e mitigar riscos na formalização e execução dos instrumentos de parceria e subsidiar a alta gestão na tomada de decisão. Objetiva-se, portanto, analisar pontos sensíveis e oportunidades de melhorias para o estabelecimento de parcerias no âmbito da Rede PROFIAP para com a sociedade.

2 A HÉLICE TRÍPLICE E SUAS INCORPORAÇÕES

A conexão entre ciência e sociedade é cada vez mais evidente, atribuindo-lhe, inclusive, parte do ônus desta interação no rol de responsabilidades das Universidades, juntamente com as missões inerentes de ensino e pesquisa (Sakashita, 2019).

O surgimento do modelo da Hélice Tríplice (universidade-indústria-governo), advém de movimento na Inglaterra, em 1920, visando a retomada, à época, de uma economia industrial em declínio. O modelo se consolidou e alcançou reconhecimento internacional, sobretudo pelos efeitos positivos no crescimento econômico e no desenvolvimento social, uma vez que promoveu maior integração entre as instituições produtoras de conhecimento e o próprio processo de inovação (Etzkowitz & Zhou; 2017).

O modelo é concebido como um processo contínuo de inovação, fundamentado nos pilares do conhecimento, do consenso e da própria inovação. Essa, por sua vez, não se limita ao desenvolvimento de novos produtos pela indústria, mas abrange também a criação de arranjos organizacionais que aprimorem o processo inovador. Além disso, envolve a implementação de mecanismos eficazes para estreitar a relação entre o governo, os usuários do conhecimento e a comunidade científica, assegurando sua atuação adequada nesse ecossistema. (Etzkowitz & Zhou; 2017).

A colaboração é reconhecida como elemento fundamental para a condução e a execução de projetos entre governo e universidades, enquanto a participação da indústria contribui para completar a tríplice hélice da inovação (Moreira & Macke, 2023).

À medida que se intensificam as parcerias nas universidades, observam-se impactos significativos nos programas de pós-graduação. Essas colaborações possibilitam a oferta de cursos alinhados às demandas do mundo globalizado, promovendo investimentos mais consistentes na qualificação profissional e contribuindo diretamente para o desenvolvimento social e econômico (Rodrigues & Costa, 2022).

Esse processo de desenvolvimento contribui para o avanço do modelo da Teoria da Hélice Quádrupla, que busca justamente ampliar o protagonismo da sociedade civil, incorporando também o papel da mídia e do público fundamentado na cultura. Trata-se de uma abordagem que integra políticas top-down (de cima para baixo) com iniciativas bottom-up (de baixo para cima), promovendo a cocriação de conhecimento e valor com potencial de aplicação tanto em países desenvolvidos quanto em nações em desenvolvimento (Yun & Liu, 2019).

Sob uma ótica mais abrangente, a dimensão social se revela como um dos alicerces essenciais da sustentabilidade. A Teoria da Hélice Quádrupla destaca essa dimensão ao reconhecer a atuação ativa da sociedade civil, incluindo a mídia, os usuários, as agências e os elementos culturais na promoção da inovação. Esse modelo sublinha a relevância de incorporar a perspectiva social à tradicional tríade Estado-Empresa-Universidade, visando à constituição de um ecossistema dinâmico de conhecimento e inovação, alinhado às exigências da economia e da sociedade do conhecimento (da Rosa, Allebrandt & Knebel, 2023).

Embora o modelo da Hélice Quádrupla já aponte para a necessidade de que o desenvolvimento econômico ocorra com sensibilidade social e ambiental, é o modelo da Hélice Quíntupla que torna essa premissa explícita, ao integrar de forma mais direta as interações entre o meio ambiente natural, a sociedade e a economia. Essa abordagem amplia a compreensão dos ecossistemas de inovação ao incorporar a perspectiva da ecologia social no processo de geração

de conhecimento e inovação. Dessa forma, a concepção da Hélice Quíntupla indica que, além de os desafios ambientais influenciarem os sistemas de valores e os discursos comunicacionais, as ações sociais — entre outros elementos — também desempenham um papel determinante nas transformações ambientais (Yuzhuo, 2022).

Assim, o modelo da Hélice Tríplice e suas evoluções fundamentam e impulsionam o estabalecimento de parcerias, importante instrumento de execução das atividades do Estado, especialmente no contexto institucional de ensino e pesquisa, ao possibilitar a identificação de necessidades sociais e a construção de soluções colaborativas, ampliando as possibilidades de alcance e efetividade dos resultados esperados. Dessa forma, essas articulações fortalecem a capacidade das instituições de ensino superior em cumprir sua função social, promovendo a integração entre conhecimento acadêmico e demandas concretas da sociedade.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo qualitativo por entrevista aberta em questionário digital. Os resultados integram uma das etapas de uma pesquisa maior intitulada por "Construção e validação de Banco de Itens para formalização de convênios e instrumentos congêneres entre a Rede PROFIAP e usuários do conhecimento". Sustenta-se pela Teoria de Elaboração Instrumental de Pasquali, que abrange procedimentos teóricos e empíricos para a construção de constructo de interesse, contemplando: definição de um problema e das ideias dos conteúdos, estabelecimento da estrutura conceitual e a finalidade do constructo, identificação dos pontos sensíveis e oportunidades de melhorias (Pasquali, 2010; Colucci, Alexandre & Milani, 2015).

O estudo foi realizado no âmbito das Instituições Associadas da Rede PROFIAP, por amostra de conveniência, cujo programa de pós-graduação é oferecido por 40 Universidades Associadas em todo o Brasil. Assim, a participação se deu via Coordenador ou Vice Coordenador, para obtenção da maior representatividade possível. Foram incluídos Coordenadores e Vice Coordenadores do PROFIAP com mandato vigente de representação de cada instituição associada, conforme listagem disponível em sítio eletrônico da Rede PROFIAP e das respectivas universidades, por se tratar de informação de domínio público. Foram excluídos aqueles que se encontravam em eventual afastamento no momento da coleta de dados.

A obtenção dos dados se deu via formulário online, enviado inicialmente através de e-mail, bem como via contato individual no Whats App, para os que não responderam na primeira chamada do correio eletrônico. O acesso ao público alvo foi efetivado via sítio eletrônico da Rede PROFIAP, constando no questionário as seções: 1. Boas-vindas, carta convite e perfil profissiográfico e sociodemográfico; 2. Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE); 3. Roteiro de instrução; 4. Formulário para preenchimento. O rol das variáveis profissiográficas presentes no formulário compõe-se de: nome; sexo; cor da pele/raça/etnia autodeclarada; estado civil; instituição; função no PROFIAP; tempo de atuação na Rede PROFIAP; tempo de atuação na coordenadoria do PROFIAP; formação principal; maior titulação concluída e se possui experiência na formalização de parcerias. Complementarmente, inseriu-se a região do país das instituições representadas no tópico de apresentação dos resultados.

A pesquisa se espelhou em amostra intencional por maximização de participação, sendo que o relato foi orientado por questionário dirigido, disponibilizado no prazo de 15 dias para resposta às questões de caracterização sociodemográfica dos participantes e, em especial, às perguntas centrais: "Na sua opinião, quais são os pontos sensíveis no contexto da formalização de parcerias entre a Rede PROFIAP e os usuários do conhecimento?" e "Na sua opinião, quais são as oportunidades de melhorias no processo de formalização de parcerias entre a Rede PROFIAP e os usuários do conhecimento?".

A divulgação e o envio de link (https://forms.gle/njZoYQPVpMeszgBP6) para resposta ao questionário foram precedidos de submissão do Projeto de Pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital de Clínicas da UFTM, com emissão de parecer favorável, em 08 de abril de 2025 (CAAE 86943425.0.0000.8667). Todos os docentes que aceitaram participar da pesquisa responderam virtualmente que concordavam com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, bem como sobre o caráter voluntário da pesquisa. O questionário foi elaborado no Google Forms, com posterior geração de uma planilha excel em que foram extraídos e organizados os dados para análise.

A interpretação dos dados visa justamente a identificação dos itens em si e estruturação do conteúdo e sua operacionalização, com avaliação dos conteúdos em unidades sistemáticas e sua categorização conforme núcleo de sentido (Bardin, 2016). Assim, partiu-se de leitura profunda das respostas dos questionários pelos pesquisadores, que com apoio do Processamento de Linguagem Natural da Inteligência Artificial (ChatGPT®) organizaram as categorias e núcleos de sentido, a fim de compreender o seu significado. Os resultados processados pela inteligencia artificial foram revisados pelos pesquisadores e, conforme leitura e discussão, ajustados ou validados para a sua apresentação.

4 RESULTADOS

Participaram da pesquisa 17 docentes, dentre Coordenadores (70,6%) e Vice Coordenadores (29,4%), de Instituições Associadas da Rede PROFIAP. Quase metade dos participantes (47%) informou possuir pelo menos um ano de atuação na Rede PROFIAP, com área de formação principal em Administração (41,2%), seguida por Economia (17,6%), Ciências Contábeis (17,6%) e demais com 5,9 % cada uma: Administração Pública; Direito; Ciências Ambientais e Enfermagem.

Quanto à maior titulação concluída, 94,1% dos participantes informaram possuir o Doutorado e 5,9% o Pós-Doutorado. A maioria dos participantes (64,7%) afirmou não possuir experiência na formalização de parcerias. E, no mesmo sentido, a maioria das instituições ali representadas (82,4%) não possui qualquer Convênio e/ou Acordo de Cooperação estabelecido, conforme Quadro x a seguir:

Quadro 1 – Perfil dos participantes

Código	Área de formação profissional	Tempo na Coordenação do PROFIAP (em anos)	Experiência na formalização de parcerias	Se há na instituição parceria vigente	Região da Instituição
C1	Economia	1	Não	Não	Sul
C2	Administração	1	Não	Não	Sul
C3	Ciências Contábeis	0,5	Não	Não	Sul
C4	Enfermagem	0,5	Sim	Sim	Sudeste
C5	Administração	0,5	Não	Não	Nordeste
C6	Administração	3,5	Sim	Sim	Centro-Oeste
C7	Administração Pública	1	Sim	Não	Nordeste
C8	Administração	0,5	Não	Não	Nordeste
C9	Direito	1	Não	Não	Nordeste
C10	Ciências Ambientais	2,5	Sim	Não	Centro-Oeste
C11	Economia	0,7	Não	Não	Norte
C12	Administração	2	Não	Não	Norte
C13	Ciências Contábeis	0	Não	Não	Nordeste
C14	Administração	4	Sim	Sim	Nordeste
C15	Administração	1	Não	Não	Sul
C16	Economia	1	Não	Não	Centro-Oeste
C17	Ciências Contábeis	1	Sim	Não	Norte

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A análise das respostas dos coordenadores revela uma série de pontos sensíveis e ameaças que dificultam ou limitam o estabelecimento de parcerias entre universidades (via PROFIAP) e a sociedade. Além disso, também revela um conjunto diverso de percepções, experiências e sugestões, que apontam para várias oportunidades concretas de fortalecimento das parcerias entre universidades e a sociedade. Os pontos foram agrupados em eixos temáticos, de acordo com as repostas dos participantes, para melhor visualização e tratamento estratégico, conforme Tabela 1:

Tabela 1 – Síntese das respostas ao questionário

Id.	Eixo Temático	Pontos Sensíveis	Ameaças	Oportunidades de Melhoria	Ações Recomendadas
C1, C3, C4, C6,	**Estrutura e Apoio Institucional**	Desequilíbrio entre polos estruturados e menos	Desigualdade na capacidade de	Diretrizes claras para equidade entre polos. Alocação de	Criar um fundo de apoio para polos menos estruturados.

C7, C12, C13		estruturados. Sobrecarga de trabalho e custos operacionais elevados.	articulação. Risco de baixa efetividade das parcerias.	recursos específicos para apoio operacional.	Estabelecer núcleos de apoio regionalizados.
C7, C8, C9, C10, C14, C15, C17	**Burocracia e Segurança Jurídica**	Falta de modelos padrão e orientação jurídica.	Burocracia e Segurança Jurídica	Falta de modelos padrão e orientação jurídica.	Criar modelos padrão de minutas e ofertar orientação jurídica
C4, C6, C9	**Alinhamento de Interesses**	Parcerias voltadas a interesses privados ou formais (CAPES). Falta de avaliação de impacto.	Desvio da finalidade pública. Projetos sem criticidade acadêmica.	Critérios claros para seleção de parceiros (foco no interesse público). Mecanismos de avaliação contínua.	Criar comitês éticos para análise de projetos. Implementar indicadores de impacto social.
C2, C5, C6, C11, C15, C16	**Comunicação e Articulação**	Falta de divulgação e desalinhamento interno. Perda de oportunidades por falha de comunicação.	Oportunidades perdidas. Fragilidade na imagem institucional.	Portfólio digital de projetos e cases de sucesso. Fóruns estratégicos para alinhamento.	Campanhas de comunicação integrada. Plataforma de compartilhamento de boas práticas.
C4 e C12	**Avaliação e Transparência**	Ausência de instrumentos de avaliação. Falta de registro público.	Baixa prestação de contas. Dificuldade em ajustes estratégicos.	Sistema de monitoramento com indicadores quantitativos e qualitativos. Banco de dados público de parcerias.	Implantar um dashboard de acompanhamento. Publicar relatórios anuais de impacto.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A Tabela apresentada pode proporcionar aos gestores visualização rápida dos problemas e soluções para tomada de decisão, bem como priorização de ações com base em ameaças e oportunidades.

5 DISCUSSÃO

Os resultados encontrados consideram importantes a adoção de uma série de ações para a melhoria de todos os aspectos e fases inerentes ao processo de estabelecimento de parcerias entre um programa de pós-graduação em rede e a sociedade.

Conforme se denota das respostas obtidas, as ações recomendadas na Tabela 1 ganham força e representatividade especialmente por envolver eixos temáticos frente à um sistema de pós-graduação organizado em Rede, com diversas instituições, dotadas de peculiaridades inerentes ao seu processo de origem e capacidades desenvolvidas ao longo de sua evolução.

Isso porque a atuação em Rede tem a potencialidade de otimizar os investimentos públicos e o próprio arranjo institucional que envolve universidades e parceiros. Nesse contexto, existem casos de formalização de parceria com vistas à integração por meio da oferta de um curso de extensão, sob responsabilidade das universidades associadas, com a participação dos discentes na função de tutores, além da inserção continuada dos produtos educacionais oriundos do mestrado profissional (Malheiros *et al*., 2020).

A análise do perfil dos participantes apresenta variabilidade quanto à área de formação dos Coordenadores, bem como baixo índice de experiência na formalização de parcerias. Como possível consequência, a maioria das instituições ali representadas (82,4%) não possui qualquer Convênio e/ou Acordo de Cooperação estabelecido.

Uma iniciativa que tem se mostrado bastante positiva para enfrentar essa situação e promover o fortalecimento de programas de pós-graduação em rede é o intercâmbio de docentes entre as instituições participantes, especialmente na oferta de disciplinas, participação em bancas e em eventos acadêmicos locais. Esse movimento tem favorecido tanto a troca de experiências entre os docentes quanto o contato dos discentes com professores de outras instituições. De forma progressiva, têm sido implementadas ações no sentido de alinhar esse intercâmbio ao fortalecimento de projetos estruturantes, promovendo maior integração entre as pesquisas desenvolvidas pelas associadas (Malheiros *et al*., 2020). Tais proposições vão ao encontro das ações recomendadas, especialmente nos eixos de Estrutura e Apoio Institucional e Comunicação e Articulação.

No mesmo sentido, a atuação em Rede de Mestrado também possibilita o direcionamento de esforços para a celebração de parcerias e convênios em nível local e regional, envolvendo prefeituras, Secretarias Estaduais de Educação e de Meio Ambiente, movimentos sociais, organizações do terceiro setor, museus, unidades de conservação e empresas privadas (Malheiros *et al*., 2020).

Outro ponto relevante abordado pelos participantes, no eixo de Alinhamento de Interesses, se consubstancia na necessidade de definição de critérios claros para seleção de parceiros (foco no interesse público) e previsão de mecanismos de avaliação contínua. Também merece destaque a opinião dos participantes quanto à falta de modelos padrão e orientação jurídica, insertos no eixo de Burocracia e Segurança Jurídica.

Isso porque a criação e o estabelecimento de parcerias a partir de um mestrado profissional em rede possibilita a revisão do processo formativo, contemplando tanto as demandas teóricas quanto práticas, além de suscitar reflexões sobre as dimensões social, política, cultural e econômica de instituições federais. Essa perspectiva amplia o potencial de transformação, favorecendo o desenvolvimento integral da cidadania ativa e a consolidação de uma sociedade livre e democrática (Castaman & Rodrigues, 2020).

Westphal e Gisi (2019) aduzem que é inconcebível, hoje, pensar em um processo de desenvolvimento desvinculado da cooperação, inclusive em âmbito internacional,

especialmente considerando o papel estratégico do Estado. Essa necessidade imperativa é o resultado direto das transformações que moldaram o mundo nas últimas décadas: das guerras mundiais e da globalização à queda de barreiras culturais, econômicas e ao avanço tecnológico.

Nesse contexto, é importante compreender que a atuação do Estado na consolidação de um sistema de pós-graduação pode ser concebida como um investimento de longo prazo, o qual tem potencialidade de promover avanços significativos nesse nível de ensino. Tal sistema se apoia nesse aporte estatal, que implica custos, mas que tem se revelado um elemento fundamental para a qualificação da carreira acadêmica de docentes e pesquisadores (Cury, 2020).

E, para que se mantenha retorno neste nível de investimento estrutural da pós-graduação, destacam-se os elementos abordados pelos participantes, ao alertar pela necessidade de avaliação e transparência, com monitoramento de indicadores, banco de dados, aptos a gerar maior grau de segurança na formalização de parcerias, mediante relatórios públicos de avanços e impactos observados.

Assim, a própria expansão da pós-graduação está diretamente vinculada ao crescimento da graduação e à ampliação do ensino superior em sua totalidade. Esse movimento de crescimento relaciona-se, ainda, à tradição de oferta conduzida por agências qualificadas e qualificadoras, bem como às exigências legais para o fortalecimento do desenvolvimento científico e tecnológico do país, abrangendo a pesquisa básica, a pesquisa aplicada e a inovação, em benefício do desenvolvimento nacional (Cury, 2020).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas evidenciam que o estabelecimento de parcerias entre programas de pós-graduação em rede e a sociedade constitui-se em processo complexo, permeado por fatores institucionais, jurídicos e de articulação organizacional. O estudo demonstrou que, embora haja avanços na normatização e nas possibilidades de integração universidade-governo-sociedade, persistem fragilidades estruturais e operacionais que dificultam a consolidação de práticas colaborativas mais efetivas. Tais desafios demandam atenção estratégica das instituições, de modo a alinhar suas potencialidades às demandas sociais contemporâneas.

Ao mesmo tempo, os resultados apontam que a atuação em rede, como no caso do PROFIAP, amplia o potencial de inovação e de impacto social, sobretudo quando articulada a mecanismos de comunicação, transparência e monitoramento de resultados. A diversidade de experiências relatadas pelos coordenadores revelou tanto a necessidade de apoio institucional quanto a oportunidade de se desenvolver instrumentos padronizados para formalização de parcerias, fortalecendo a segurança jurídica e o alinhamento de interesses públicos.

Diante disso, recomenda-se que gestores e coordenadores priorizem estratégias de comunicação integrada, mecanismos de avaliação contínua e ações de capacitação para os envolvidos no processo. A construção de núcleos regionais de apoio, a definição de indicadores de impacto e a disseminação de boas práticas emergem como caminhos promissores para aumentar a efetividade das parcerias e reduzir desigualdades entre as instituições participantes

da rede. Assim, amplia-se não apenas a legitimidade das ações, mas também a capacidade de retorno social do conhecimento produzido.

Por fim, conclui-se que a consolidação das parcerias exige um esforço coletivo e coordenado, sustentado pela tríplice missão da universidade, ensino, pesquisa e extensão, e pela articulação com atores governamentais e sociais. Mais do que responder às exigências normativas, trata-se de reconhecer a universidade como agente transformador, capaz de impulsionar soluções inovadoras para problemas públicos complexos. Nesse sentido, o fortalecimento de programas em rede representa não apenas uma estratégia de gestão, mas um compromisso ético e político com a promoção do desenvolvimento social, econômico e ambiental sustentável.

7 REFERÊNCIAS

BARDIN, L.; Análise de Conteúdo. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 28 jul. 2025.

BRASIL. *Decreto 11.531*, de 16 de maio de 2023. Dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11531.htm> Acesso em: 27 jul. 2025.

BRASIL. Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. Revogada pela Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021. *Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm>. Acesso em: 27 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021. *Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm>. Acesso em: 27 jul. 2025.

BUSS, P. M.; CHAMAS, C.; FAID, M.; MOREL, C. (2016) Desenvolvimento, saúde e política internacional: a dimensão da pesquisa & inovação. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 32, supl. 2, e00046815, http://dx.doi.org/10.1590/0103-311X00046815.

CASTAMAN, A. S., RODRIGUES, R. A. (2020) FORMANDO FORMADORES: PROGRAMA DE PÓSGRADUAÇÃO EM REDE NA ÁREA DE ENSINO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Sertão DOI: 10.15628/rbept.2020.8520.

COLUCCI, M. Z. O.; ALEXANDRE, N. M. C.; MILANI, D. (2015) Construção de instrumentos de medida na área da saúde. Ciência e Saúde Coletiva, 20(3):925-936,2015.

CORRÊA, L. V. F., & CAMARGO, F. C. (2024). Parcerias entre universidades públicas e usuários do conhecimento: revisão de escopo. Revista De Gestão e Secretariado, 15(12), e4420. https://doi.org/10.7769/gesec.v15i12.4420.

CURY, C. R. J. A Pós-Graduação no Brasil: itinerários e desafios. (2020). *Movimento-Revista De educação* , *7*(14). https://doi.org/10.22409/mov.v7i14.42346

DA ROSA, C., ALLEBRANDT, S. L., & KNEBEL B. D. (2023). A governança colaborativa no enfrentamento da pandemia de covid-19: um estudo a partir do modelo Hélice Quádrupla. Gestão & Regionalidade.

ETZKOWITZ, H.; ZHOU, C. (2017) Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. Estudos Avançados 31 (90), 10.1590/s0103-40142017.3190003.

LENZA. Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 22º Edição. Versão eletrônica. São Paulo: Saraiva, 2018.

MALHEIROS, T. F., KASHIWAGI, H. M., ORTÊNCIO FILHO, H., SILVA, J. G., MARTINELLI FILHO, J. E., CAVALCANTE, K. V., & SANTANA, O. A. Desafios e aprendizados do Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais. Revista NUPEM, Campo Mourão, v. 12, n. 27, p. 300-318, set./dez. 2020.

MINGUELLI, Marcelo. A nova estrutura normativa de ciência, tecnologia e inovação no Brasil. Revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação. V. 23, n. esp., p. 143-151. Florianópolis, 2018.

MOREIRA, L. F., & MACKE, J. (2023). Proposta de um framework conceitual baseado na hélice tripla de inovação para cidades inteligentes: um estudo no sul do Brasil. Rev. Gest. Amb. e Sust. – GeAS, 12(1), 1-28, e22796. https://doi.org/10.5585/2023.22796.

ORTIZ, R. M. (2021). A constitucionalização da inovação tecnológica: análise da EC nº 85/2015 a partir do contexto inovador nacional. Revista da AGU, Brasília-DF, v. 20, n. 01. p. 287-308, jan./mar. 2021.

PALOTTI, P. L. M.; JOPPERT, M. P.; MACHADO, J. A. (2024) A influência de aspectos organizacionais das instituições de ensino e pesquisa sobre os custos de transação na formação de parcerias com governos locais. Revista de Administração Pública. DOI: https://doi.org/10.1590/0034-761220230344.

PASQUALI, L. (2010). Instrumentação psicológica - Fundamentos e práticas. Porto Alegre, Brasil: Artmed, ISBN: 978-85-363-2252-0.

RODRIGUES, A. P. L.; COSTA, D. V. F. (2022) Educação corporativa por meio de convênios entre universidade e empresas parceiras. Revista Valore, Volta Redonda, 7 (edição especial).

SAKASHITA, C. N.; CAMPOS, A. S.; SANDOVAL, S. A. M.; GRECO, L. F. (2019) Convênios como mecanismo de relacionamento entre universidade e sociedade no brasil: o caso da universidade estadual de campinas. Educ. Soc., Campinas, v.40, e0188572, 2019.

SILVA, G. A. B.; SILVA, S. R. A.; SOUZA, I. L.; MONTEIRO, L. S. Parceria entre governo local e universidades: formação do Observatório da Cidade de Macaé no contexto de rede colaborativa interinstitucional e intersetorial. Vértices, Campos dos Goytacazes/RJ, v.22, n.3, p. 412-428, set./dez. 2020.

STUSS, M. M., SZCZEPAŃSKA-WOSZCZYNA, K., & MAKIEŁA, Z. J. (2019). Competences of Graduates of Higher Education Business Studies in Labor Market I (Results of Pilot Cross-Border Research Project in Poland and Slovakia). Sustainability, 11(18), 4988. https://doi.org/10.3390/su11184988.

SUGAMOSTO WESTPHAL, Angela Mara; GISI, Maria Lourdes. A educação superior no contexto da cooperação acadêmica internacional. Interações, Campo Grande, v. 20, n. 2, p. 369–382, 2019. Disponível em:

https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/1822. Acesso em: 19 set. 2025.

YUN, J. J., & LIU, Z. (2019). Micro- and Macro-Dynamics of Open Innovation with a Quadruple-Helix Model. *Sustainability*, *11*(12), 3301. https://doi.org/10.3390/su11123301.

YUZHUO, C., Neo-Triple Helix Model of Innovation Ecosystems: Integrating Triple, Quadruple and Quintuple Helix Models, Triple Helix, Volume 9, Issue 1, 2022, ISSN 2197-1927, https://doi.org/10.1163/21971927-bja10029.

4.2 ARTIGO SUBMETIDO - EM *DESK REVIEW*

Além da análise dos conteúdos obtidos com a aplicação do questionário, é necessário refletir e apresentar uma proposta de instrumento que consolide as informações adquiridas e, visando maior confiabilidade, proceder à devida validação de conteúdo, com um produto técnico-tecnológico, conforme artigo a seguir.

Proposta de Banco de Itens para formalização de convênios e instrumentos congêneres entre a Rede Profiap e usuários do conhecimento

Lucas Vieira Fernandes Corrêa
https://orcid.org/0009-0008-7659-8746
Fernanda Carolina Camargo
https://orcid.org/0000-0002-1048-960X

Resumo

O artigo tem por objetivo construir e validar Banco de Itens destinado à formalização de convênios e instrumentos congêneres entre a Rede PROFIAP e usuários do conhecimento, configurando-se como um produto técnico-tecnológico de natureza não patenteável. A pesquisa fundamenta-se na Teoria de Elaboração Instrumental de Pasquali, articulando etapas teóricas e empíricas para identificar pontos sensíveis e oportunidades de melhoria nesse processo. Inicialmente, realizou-se revisão de escopo sobre parcerias entre universidades públicas e sociedade, complementada pela aplicação de questionário a coordenadores e vice-coordenadores da Rede PROFIAP. Os dados foram analisados por meio de análise temática, com apoio de processamento de linguagem natural. Em seguida, procedeu-se à validação do constructo por Comitê de Especialistas, considerando critérios como clareza, relevância, interpretabilidade e validade de conteúdo, mensurados pelo Índice de Validade de Conteúdo (IVC). Os resultados evidenciam fragilidades relacionadas à falta de clareza normativa, ausência de modelos padronizados e insuficiente capacitação dos atores envolvidos. Entre as oportunidades destacam-se a criação de diretrizes claras, desenvolvimento de modelos padronizados de convênio, capacitação institucional e ampliação da democratização do acesso ao PROFIAP. O Banco de Itens consolidado traduz percepções práticas em parâmetros avaliativos aplicáveis, contribuindo para a governança, transparência e eficiência das parcerias. Conclui-se que o instrumento desenvolvido fortalece a Rede PROFIAP como referência na articulação entre universidade, governo e sociedade, ampliando seu impacto social e sua capacidade de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas.

Palavras-chave: Banco de Itens, PROFIAP, convênios, parcerias, gestão pública.

Abstract

The article aims to build and validate an Item Bank intended for the formalization of agreements and similar instruments between the PROFIAP Network and knowledge users, configuring itself as a technical-technological product of a non-patentable nature. The research is based on Pasquali's Theory of Instrumental Elaboration, articulating theoretical and empirical stages to identify sensitive points and opportunities for improvement in this process. Initially, a scoping review of partnerships between public universities and society was conducted, complemented by a questionnaire administered to PROFIAP Network coordinators and vice-coordinators. The data were analyzed through thematic analysis, supported by natural language processing. Subsequently, the construct was validated by an Expert Committee, considering criteria such as clarity, relevance, interpretability, and content validity, measured by the Content Validity Index (CVI). The results highlight weaknesses related to the lack of normative clarity, the absence of standardized models, and insufficient training of the stakeholders involved. Opportunities include creating clear guidelines, developing standardized partnership models, building institutional capacity, and expanding access to PROFIAP. The consolidated Item Bank translates practical insights into applicable evaluation parameters, contributing to the governance, transparency, and efficiency of partnerships. The conclusion is that the developed instrument strengthens the PROFIAP Network as a benchmark for connecting universities, government, and society, expanding its social impact and its ability to inform the formulation and implementation of public policies.

Keywords: Item Bank, PROFIAP, agreements, partnerships, public management.

Introdução

Na atualidade, busca-se fortalecer o papel da universidade em uma dimensão que ultrapassa os limites da vida acadêmica, aproximando-a cada vez mais da sociedade. Nessa perspectiva, a articulação entre universidade, indústria e governo configura-se como essencial, de modo que a produção científica possa oferecer respostas às complexas demandas sociais contemporâneas. Essa interação evidencia o potencial inovador resultante da integração desses três agentes. Contudo, os desafios para consolidar parcerias entre instituições de ensino e pesquisa e a sociedade são recorrentes em diferentes contextos ao redor do mundo (Corrêa & Camargo, 2024).

Esse tema relaciona-se diretamente ao novo desafio vivenciado pelos países em desenvolvimento, pois as políticas e práticas direcionadas à pesquisa e à inovação tecnológica configuram-se como fatores estruturantes que alimentam disputas de natureza política e econômica. Nesse cenário, participam tanto as nações mais desenvolvidas, historicamente reconhecidas como produtoras, quanto os países em desenvolvimento, que frequentemente revelam maior grau de dependência frente às tecnologias emergentes (Buss *et al*., 2016).

Assim, as universidades enfrentam o desafio de reafirmar seu compromisso com a sociedade, preservando a autonomia que lhes garante a função de espaço de reflexão crítica, questionamentos, trocas e produção de conhecimento. Nesse contexto, assumem também o papel de impulsionadoras do desenvolvimento em um cenário marcado por incertezas, complexidades e ambiguidades. Para que possam contribuir de forma efetiva com a evolução social, torna-se essencial que mantenham sua atuação de maneira articulada e estabeleçam relações construtivas com o governo e os diferentes setores da sociedade (Silva *et al.*, 2020).

Essas diretrizes encontram respaldo na Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, especialmente no artigo 219-A, inserido pela Emenda Constitucional nº 85/2015. Tal dispositivo autoriza a formalização de instrumentos de cooperação entre órgãos e entidades públicas e privadas, incluindo o compartilhamento de recursos humanos especializados e de infraestrutura, para a execução de projetos voltados à pesquisa, ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação, com ou sem contrapartida financeira, conforme previsto em lei (Brasil, 1988).

A atualização constitucional, desta forma, alocou as políticas de estímulo à inovação como centro do desenvolvimento nacional, com ampliação da articulação entre o setor produtivo e a academia, aproximação da pesquisa científica básica para com a inovação tecnológica, assim como pela possibilidade de compartilhamento de infraestrutura e conhecimento para a atividade de pesquisa em si (Ortiz, 2021). Em síntese, no entender de Lenza (2018) “a EC nº 85, de 26.02.2015, reforça a necessidade de valorização da ciência, da tecnologia e da inovação, com destaque para essa última”.

Minghelli (2018) alerta que referida valorização é impulsionada com a articulação entre os entes públicos e privados, principal intuito da Emenda, em prestígio ao arranjo da hélice tríplice. É o modelo que defende que uma maior taxa de desenvolvimento tecnológico só é possível a partir da parceria entre governo, empresas e centros de pesquisas, como as universidades (Ortiz, 2021).

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, garantida no art. 207 da Constituição Federal, incentivou ainda mais a interação dos atores envolvidos, ao passo que as ações de extensão possibilitam levar o conhecimento produzido pelas instituições às comunidades em seu entorno, ao mesmo tempo em que promovem a geração de novos saberes por meio da aprendizagem prática (Palotti, Joppert & Machado, 2024).

O estabelecimento de parcerias é considerado, neste sentido, como um potente instrumento de para aproximar a comunidade científica dos usuários do conhecimento,

considerando o grande potencial de expansão que esta interação pode impulsionar, além de incentivar o desenvolvimento de pesquisas mais propositivas (Corrêa & Camargo, 2024).

A fim de compreender os fenômenos dessas interações na prática de um programa de pós-graduação *stricto sensu*, como representante de um dos eixos dos modelo de Hélices, abordado a seguir, optou-se pelo Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública (PPROFIAP), desenvolvido em Rede de universidades públicas.

O Banco de Itens, na pretendida pesquisa, consubstanciará como um instrumento que consolida o máximo de elementos para a gestão, sujeitos e profissionais que lidam direta ou indiretamente na formalização de parcerias, a fim de enaltecer a identificação e possibilidade de ação sobre pontos sensíveis e oportunidades de melhorias. Trata-se de um recurso técnico-tecnológico utilizado em pesquisas que buscam essa consolidação, a exemplo de Barreto *et al.* (2024), que contempla estudo com objetivo de construir um banco de itens para mensuração da automedicação de risco e realizar sua validação de conteúdo. Azevedo *et al.* (2022) também se valeu do instrumento em pesquisa que objetivou a validação de banco de itens para avaliação da situação programática na perspectiva da vulnerabilidade em saúde.

Outros estudos também têm se valido do processo de construção de Banco de Itens como apoio no desenvolvimento de exames educacionais, a fim de garantir maior nível de validade de conteúdo, confiabilidade, imparcialidade e mais eficiência na elaboração dos materiais, bem como no processo de avaliação e desdobramento da alfabetização (Bahrom *et al*., 2024; Yim, Lye, & Koh, 2024; Chen *et al.*, 2023).

Pontos sensíveis são os elementos estratégicos relacionados ao macroprocesso da gestão pública das universidades, com interferência na tomada de decisão sobre a formalização de determinada parceria. E, oportunidades de melhoria estão mais relacionadas aos possíveis ajustes nas ações de formalização das parcerias, especialmente quanto à potencialidade de expansão e qualificação das Universidades através de tais instrumentos (Corrêa & Camargo, 2024).

Assim, objetiva-se construir e validar banco de itens para identificar pontos sensíveis e oportunidades de melhorias no estabelecimento de convênios e instrumentos congêneres entre a Rede PROFIAP e usuários do conhecimento.

Metodologia

Trata-se de um artigo técnico-tecnológico de construção e validação de Banco de Itens. O percurso metodológico sustenta-se pela Teoria de Elaboração Instrumental de Pasquali,

abrange procedimentos teóricos e empíricos para a construção e validação de constructo de interesse (Pasquali, 2010; Colucci, Alexandre & Milani, 2015). O presente estudo foi orientado por fases teórica e empírica: definição de um problema e das ideias dos conteúdos; estabelecimento da estrutura conceitual e a finalidade do constructo; construção dos itens em si e estruturação do conteúdo e sua operacionalização (Banco de Itens); e validade de conteúdo por Comitê de Especialistas (Pasquali, 2010; Colucci, Alexandre & Milani, 2015), conforme delineamento a seguir.

A identificação de um problema e das ideias dos conteúdos se desdobrou a partir de experiência profissional de um dos pesquisadores em atuar com Governança Pública, desenvolvimento e análise de Convênios e instrumentos congêneres em cenários de instituição de ensino. Durante sua participação como pós-graduando do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, realizou análise de situação-problema, inferindo no desenvolvimento do produto: Banco de Itens.

Houve estabelecimento da estrutura conceitual e finalidade do constructo, sendo utilizado como recurso busca na literatura sistematizada por uma revisão de escopo, conduzida de acordo com o protocolo PRISMA, sobre a formalização de parcerias entre universidades públicas e usuários do conhecimento, que teve por objetivo elucidar as principais estratégias, pontos sensíveis e oportunidades de melhoria na formalização de parcerias com Universidades Públicas (Corrêa & Camargo, 2024).

Outro recurso utilizado foi o relato da população alvo, aqui composta pelos Coordenadores e Vice Coordenadores da Rede PROFIAP, com leitura profunda dos resultados da revisão de escopo e das respostas dos questionários junto aos participantes. Foi realizada análise do conteúdo em unidades sistemáticas e sua categorização conforme núcleo de sentido, com os resultados da revisão de escopo e as respostas dos questionários, e para a construção dos itens os pesquisadores contaram com apoio do Processamento de Linguagem Natural da Inteligência Artificial (ChatGPT®). Assim, a partir da definição do núcleo de sentido e unidades temáticas, foi organizado um quadro como primeira versão do Banco de Itens;

Em seguida, quanto à validade de conteúdo por comitê de especialistas, os juízes foram identificados, dentre os Coordenadores e Vice Coordenadores que sinalizaram ter experiência na formalização de Convênios e instrumentos congêneres. Foram avaliados critérios do Banco de Itens, como validade, clareza, praticabilidade, relevância, interpretabilidade. Para a validação do conteúdo utilizou-se da escala *likert* com 4 pontos progressivos para avaliação de cada item do banco, em que os juízes definiram as respostas: 1. Não representativo; 2. Necessita de grande revisão para ser representativo; 3. Necessita de pequena revisão para ser

representativo; 4. Item representativo. O Indice de Validade de Conteúdo (IVC) deverá ter concordância mínima de 0,80 ou superior e será calculado por número de respostas (3 ou 4) / número total de respostas. Também foi permitido que os juízes ofertassem comentários livres sobre as percepções quanto ao Banco de Itens. No início do questionário semiestruturado também constaram informações para caracterização sociodemográfica dos participantes.

A pesquisa foi realizada em duas etapas, a de construção do Banco de Itens e posteriormente de validação do constructo, conforme delineamento a seguir de coleta e produção dos dados:

1ª Etapa – Construção do Banco de Itens

Nesta primeira etapa procedeu-se à construção do Banco de Itens, via aplicação de questionário (https://forms.gle/njZoYQPVpMeszgBP6) junto aos Coordenadores e Vice Coordenadores do PROFIAP de cada Instituição Associada. A busca dos Coordenadores e Vice Coordenadores foi realizada no sítio eletrônico da Rede PROFIAP, cujo programa de pós-graduação é oferecido por 40 Universidades Associadas em todo o Brasil, após sua expansão ocorrida em 2024.

Assim, a participação se deu via Coordenador ou Vice Coordenador, para obtenção da maior representatividade possível. Foram incluídos Coordenadores e Vice Coordenadores do PROFIAP com mandato vigente de representação de cada instituição associada, conforme listagem disponível em sítio eletrônico da Rede PROFIAP e das respectivas universidades, por se tratar de informação de domínio público. Foram excluídos aqueles que se encontravam em eventual afastamento no momento da coleta de dados.

O formulário foi enviado inicialmente através de e-mail, bem como via contato individual no Whats App, para os que não responderam na primeira chamada do correio eletrônico, constando no questionário as seções: 1. Boas-vindas, carta convite e perfil profissiográfico e sociodemográfico; 2. Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE); 3. Roteiro de instrução; 4. Formulário para preenchimento. O rol das variáveis profissiográficas presentes no formulário compõe-se de: nome; sexo; cor da pele/raça/etnia autodeclarada; estado civil; instituição; função no PROFIAP; tempo de atuação na Rede PROFIAP; tempo de atuação na coordenadoria do PROFIAP; formação principal; maior titulação concluída e se possui experiência na formalização de parcerias. E, em especial, às perguntas centrais: “Na sua opinião, quais são os pontos sensíveis no contexto da formalização de parcerias entre a Rede PROFIAP e os usuários do conhecimento?” e “Na sua opinião, quais são as oportunidades de

melhorias no processo de formalização de parcerias entre a Rede PROFIAP e os usuários do conhecimento?".

Quanto à análise e interpretação dos dados, os constructos foram elaborados conforme leitura profunda das respostas e organização dos núcleos de sentido e categorias temáticas em convergência ao método de análise temática proposta por Bardin (2016), isto é, realizar uma análise sistemática e objetiva do conteúdo de um conjunto de dados, buscando compreender o seu significado e identificar padrões ou tendências presentes nos dados, com o apoio do Processamento de Linguagem Natural da Inteligência Artificial (ChatGPT®).

2ª Etapa – Validação do Banco de Itens

A segunda etapa consistiu na validação do Banco de Itens, com aplicação de questionário (https://forms.gle/pEE6Vyb9QZ8xSWoZ6) junto ao Comitê de Especialistas. Os participantes foram incluídos conforme respostas do questionário de caracterização sociodemográfica aplicado junto à população na fase teórica – primeira etapa, em especial quanto aos Coordenadores e Vice Coordenadores que sinalizaram ter experiência na formalização de Convênios e instrumentos congêneres. Assim, seis participantes da primeira etapa responderam positivamente àquela questão – de experiência, e receberam o Banco de Itens para validação, dos quais retornaram quatro respostas, uma abstenção e uma negativa de participação. Foram excluídos aqueles que sinalizaram, na primeira etapa, pela inexistência de experiência na formalização de Convênios e instrumentos congêneres.

O formulário foi enviado inicialmente através de e-mail, bem como via contato individual no Whats App, para os que não responderam na primeira chamada do correio eletrônico, constando no questionário as seções: 1. Boas-vindas, carta convite e perfil profissiográfico e sociodemográfico; 2. Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE); 3. Roteiro de instrução; 4. Formulário para preenchimento.

Por se tratar de validação de conteúdo por Comitê de Juízes Especialistas, foram considerados os seguintes aspectos: validade, clareza, praticabilidade, relevância, interpretabilidade. A avaliação foi realizada mediante escala Likert, de acordo com a seguinte valoração: 1. Não representativo; 2. Necessita de grande revisão para ser representativo; 3. Necessita de pequena revisão para ser representativo; 4. Item representativo.

Para viabilizar a validação do conteúdo, foi calculado o escore do Índice de Validade de Conteúdo (IVC), que mensura a proporção de concordância entre juízes especialistas quanto à adequação dos aspectos analisados. A Validade de Conteúdo dos Itens Individuais (I-VCI) é

calculada mediante a soma de concordância dos itens marcados em 3 e 4, divididos pelo número de juízes especialistas, trazendo a proporção de especialistas que concordaram sobre a relevância ou não de determinados aspectos do conteúdo do Banco de Itens. A fórmula: IVC = número de respostas 3 ou 4 na escala Likert dividido pelo número total de respostas.

Para atestar a validade do banco de itens, a taxa de concordância aceitável entre os juízes para avaliação dos itens individualmente deve ser superior a 0,78, e para confirmação da validade do instrumento, de forma global, deve haver concordância de pelo menos 0,80, escores recomendados em estudo de Colucci, Alexandre & Milani (2015).

Para ambas as etapas, os dados foram organizados em planilha do *Microsoft Excel*®, constando identificação sociodemográfica e profissiográfica dos especialistas, por frequência absoluta e relativa conforme as variáveis categóricas, e para medidas de tendência central e dispersão, conforme as variáveis numéricas.

A divulgação e o envio de link para resposta aos questionários foram precedidos de submissão do Projeto de Pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital de Clínicas da UFTM, com emissão de parecer favorável, em 08 de abril de 2025 (CAAE 86943425.0.0000.8667). Todos os docentes que aceitaram participar da pesquisa responderam virtualmente que concordavam com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, bem como sobre o caráter voluntário da pesquisa.

Aplicação Prática

A construção de um Banco de Itens, concebido como produto técnico-tecnológico de natureza não patenteável, representa uma inovação incremental pautada na modificação e reorganização de conhecimentos já estabelecidos. Sua baixa complexidade técnica decorre da combinação de saberes previamente existentes, articulados por diferentes atores, o que amplia a aplicabilidade e favorece sua utilização em múltiplos contextos. Espera-se que este produto apresente elevado grau de facilidade de emprego, permitindo alcançar seus objetivos específicos de forma prática e eficiente, sobretudo ao subsidiar processos de tomada de decisão no âmbito da gestão pública.

Nesse sentido, a pesquisa contribui diretamente para a formação profissional e para o aprimoramento de serviços e organizações públicas, ao oferecer instrumentos que auxiliem gestores e coordenadores na prevenção e mitigação de riscos inerentes à formalização e execução de parcerias institucionais. O Banco de Itens poderá servir como referência metodológica, fornecendo subsídios concretos para a alta gestão, ao mesmo tempo em que

reforça a capacidade de atuação das instituições na formulação e implementação de políticas públicas. Dessa forma, consolida-se um elo entre conhecimento acadêmico e aplicabilidade prática, com reflexos positivos para a sociedade.

No contexto do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP), os resultados esperados assumem ainda maior relevância. O programa, voltado à capacitação de profissionais para práticas administrativas avançadas em organizações públicas, atua na elevação da produtividade e efetividade institucional. Com uma rede de 40 universidades associadas distribuídas pelas cinco regiões do Brasil, o PROFIAP possui ampla capilaridade para disseminar e aplicar as medidas propostas por meio do Banco de Itens, potencializando seu impacto social. Dessa forma, o programa contribui não apenas para o fortalecimento da gestão pública, mas também para a consolidação de práticas inovadoras com alcance nacional.

Resultados e Discussão

1ª Etapa – Construção do Banco de Itens

Participaram da primeira etapa 17 docentes, dentre Coordenadores (70,6%) e Vice Coordenadores (29,4%), de Instituições Associadas da Rede PROFIAP. Quase metade dos participantes (47%) informou possuir pelo menos um ano de atuação na Rede PROFIAP, com área de formação principal em Administração (41,2%), seguida por Economia (17,6%), Ciências Contábeis (17,6%) e demais com 5,9 % cada uma: Administração Pública; Direito; Ciências Ambientais e Enfermagem. Os 17 docentes representaram todas as regiões do país, sendo 6 do Nordeste, 4 do Sul, 3 do Centro-Oeste, 3 do Norte e 1 do Sudeste. A maioria dos participantes (64,7%) afirmou não possuir experiência na formalização de parcerias. E, no mesmo sentido, a maioria das instituições ali representadas (82,4%) não possui qualquer Convênio e/ou Acordo de Cooperação estabelecido.

A análise das respostas dos coordenadores revela uma série de pontos sensíveis e ameaças que dificultam ou limitam o estabelecimento de parcerias entre universidades (via PROFIAP) e a sociedade. Além disso, também revela um conjunto diverso de percepções, experiências e sugestões, que apontam para várias oportunidades concretas de fortalecimento das parcerias entre universidades e a sociedade. Destacam-se a seguir, no Quadro 1, as principais contribuições, *ipsis litteris*, dos participantes nos campos abertos de manifestação:

Quadro 1 – Identificação dos itens

(continua)

Id.	Pontos Sensíveis	Oportunidades de Melhorias
C1	Capacidade de assumir mais trabalho na Instituição.	Ampliar oportunidades para a Rede.
C2	Atender as exigências da Rede e da IES ao mesmo tempo.	Ainda não tivemos experiência então não tenho como opinar.
C3	Os dados disponibilizados e utilização pelas instituições de forma que atendem a legislação.	Estabelecer cláusulas que resguardem os dados disponibilizados em atendimento a legislação
C4	No caso de instituições privadas, ou mesmo públicas, mas capturadas por interesses privados e individuais, há o risco de os temas de pesquisa serem direcionados para atender a agendas específicas, em vez de promover o bem público. (...) Não identifiquei um instrumento que permita mensurar, de forma sistemática, os impactos das parcerias no desenvolvimento institucional, na formação discente e nos objetivos estratégicos do PROFIAP. Não identifiquei o registro público das parcerias para acompanhamento e prestação de contas.	Talvez seja necessário que a rede PROFIAP elabore uma diretriz com critérios mais claros para a escolha de parceiros, regras sobre contrapartidas e um conjunto de perguntas para o colegiado refletir antes de aprovar uma parceria. (...) Apesar da rede oferecer modelos e indicar o fluxo, a responsabilidade pela formalização parece cair mesmo sobre os polos. Acaba sobrando para o polo fazer a mediação, pressionar por respostas e, muitas vezes, ir atrás dos próprios parceiros. Isso aumenta o risco de firmar acordos com base em interesses individuais, e não no interesse público.
C5	Acredito que os pontos mais sensíveis são referentes as poucas vagas para discentes que sejam servidores da Esfera Estadual no PROFIAP.	Abrir mais vagas para a sociedade de forma geral, oportunizando a comunidade e servidores para pesquisas extra-universidades.
C6	(...) Apresentamos uma proposta ousada: formalizar convênios remunerados com instituições públicas como forma de sustentar a Rede. A ideia enfrentou resistência, muitos temiam que parcerias com o Judiciário ou órgãos de controle desvirtuassem o programa. Mas, com dados e argumentos, mostramos que era a única saída para evitar o colapso. (...) foi aprovado, como também uma reestruturação completa da governança da Rede, com a criação de diretorias e comissões para profissionalizar sua gestão. Os desafios burocráticos, porém, eram imensos. A lição que fica é clara: inovar exige coragem para questionar o status quo e persistência para transformar ideias em realidade.	Precisamos estar presentes nas discussões dos órgãos públicos, mostrar nossos cases de sucesso e deixar claro o valor que podemos agregar. Uma ideia seria criar um portfólio digital com exemplos concretos de como nossa expertise tem resolvido desafios reais da administração pública. (...) Precisamos desenvolver procedimentos mais enxutos - talvez com modelos padrão de termo de cooperação que possam ser adaptados conforme cada caso, sempre com o acompanhamento de uma equipe dedicada da PROFIAP para mediar as negociações. Por fim, precisamos diversificar nossas fontes de recursos para não ficarmos dependentes da Capes, que nos impôs limites.
C7	As informações são genéricas e sempre apresentadas como "é só seguir a legislação". Pelo que já obtive de informação a diversidade de entendimentos da profundidade da composição de elementos como plano de trabalho, orçamento e mapa de riscos.	Poderia haver um modelo baseado nas diretrizes e elementos prioritários pela rede, onde já estivessem pré-constituído elementos mínimos, com uma planilha orçamentária, com elementos obrigatórios como o percentual da REDE, custos gerenciais e um uma sugestão de mapas de risco.
C8	Informações sobre quais os tipos de parcerias possíveis, quais procedimentos devem ser adotados, o que se faz necessário, etc.	Democratizar as informações por meio de workshops, palestras, treinamentos, etc. Saber as experiências de outras IFES. A Rede precisa de capacitação de professores sobre o assunto.
C9	Ausência de modelo/esboço de termo e assessoramento da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Advocacia Geral da União junto à IFES.	Mapeamento das fragilidades dos mecanismos de gestão administrativa na microrregião econômica.
C10	A contrapartida entre os envolvidos, principalmente a parte financeira e a fiscalização dos convênios/acordos de parcerias.	A obtenção de patrocínios, principalmente financeiros para viabilizar a pesquisa e as publicações ou ainda os recursos de materiais permanentes e de consumos.
C11	Por estar recente na Rede não sei responder essa pergunta.	Pelo conceito dado na questão anterior acredito que possa ser com outras instituições públicas

Id.	Pontos Sensíveis	Oportunidades de Melhorias
C12	Os alunos acharam que já estão aprovados e não se envolverem ativamente. Dado este cenário há uma pressão da parceira em aprovar todos e o nível da produção cai muito.	Garantir que todos os alunos possam reprovar e que nenhum professor será constrangido em reprovar um aluno.
C13	Custos para operacionalização das parcerias.	-
C14	Entender melhor as regras da Rede em relação ao convênio, que as vezes se divergem.	A meu ver seria legal se pudesse ter turmas separadas in company.
C15	Falta de informação para estabelecimento de como fazer convênios.	Expor mais e fomentar mais as possibilidades.
C16	Pouca experiência da Rede para responder esta pergunta.	Pouca experiência da Rede para responder esta pergunta.
C17	Elaboração de Plano de trabalho bem detalhado com condições claras revestida da legalidade que garanta o cumprimento das obrigações pactuadas.	Possibilita identificar os obstáculos e os pontos de melhorias no processo de formalização, garantindo que os resultados sejam eficazes no atendimento aos usuários.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025. (conclusão)

Os depoimentos evidenciam um descompasso entre ambição e capacidade operacional na Rede: de um lado, a percepção de que parcerias ampliam oportunidades e demandam "assumir mais trabalho"; de outro, a carga de mediação e formalização concentrada nos polos, que precisam responder simultaneamente às exigências da Rede e das IES.

É nesse cenário que a atuação em Rede tem a potencialidade de otimizar os investimentos públicos e o próprio arranjo institucional que envolve universidades e parceiros. Nesse contexto, existem casos de formalização de parceria com vistas à integração por meio da oferta de um curso de extensão, sob responsabilidade das universidades associadas, com a participação dos discentes na função de tutores, além da inserção continuada dos produtos educacionais oriundos do mestrado profissional (Malheiros *et al*., 2020).

Assim, de acordo com os relatos apresentados, a aproximação dos atores da rede, via criação de instâncias de governança (diretorias e comissões) é vista como avanço, mas não elimina os gargalos burocráticos nem a heterogeneidade de maturidade institucional, expressa em respostas como "ainda não tivemos experiência". Esse cenário aumenta o risco de decisões pautadas por interesses individuais e de degradação de padrões acadêmicos quando parceiros pressionam por aprovação automática de alunos; por isso, os participantes defendem salvaguardas explícitas: garantir possibilidade real de reprovação e autonomia docente. Em síntese, a capacidade organizacional, relativa a pessoas, processos e clareza de papéis, emerge como o principal limitador para escalar parcerias com qualidade e alinhadas ao interesse público.

No campo normativo, há consenso sobre a insuficiência de orientações, pois muitas vezes são genéricas: "é só seguir a legislação". As falas pedem modelos padronizados e enxutos (termo de cooperação, plano de trabalho, orçamento, "percentual da Rede", custos gerenciais e

mapa de riscos), além de cláusulas específicas para proteção e compartilhamento de dados conforme a legislação. A proposta de democratizar informação por workshops, palestras e trocas entre IFES aponta que a lacuna é menos de norma e mais de capacidade de tradução e difusão. Onde o conhecimento é difuso prevalecem ineficiências e insegurança jurídica, reforçando a necessidade de um repositório vivo de documentos-modelo e FAQ processual da Rede. Assim, Santos (2024) esclarece que, quanto à temática das parcerias de universidades públicas, inexiste norma específica regulamentadora, e sim um conjunto de legislação ordinária com subsunção alinhada ao tipo de objeto verificado - sendo amplamente recomendado que cada instituição possua em vigência sua normativa reguladora da matéria.

Nesse contexto, é importante compreender que a atuação do Estado na consolidação de um sistema de pós-graduação pode ser concebida como um investimento de longo prazo, com potencialidade de promover avanços significativos nesse nível de ensino. Tal sistema se apoia nesse aporte estatal, que implica custos, mas que tem se revelado um elemento fundamental para a qualificação da carreira acadêmica de docentes e pesquisadores (Cury, 2020).

Quanto ao alinhamento público e à *accountability*, os participantes alertam para o risco de captura temática por instituições privadas ou públicas "capturadas", sem instrumentos que mensurem impactos institucionais, formativos e estratégicos do PROFIAP. Em situação análoga, sobre sistema de pós-graduação em educação, Pereira Neto *et al.* (2023) apontam que o temor de uma expansão da pós-graduação por meio de um processo de privatização acentuado, semelhante ao observado na graduação, não se concretizou. Ao contrário, os cursos de natureza profissional, que poderiam se mostrar mais atrativos para o setor privado, tiveram maior crescimento justamente nas instituições públicas. Assim, em 2020, contrariamente às expectativas de alguns críticos, 78,9% dos estudantes de pós-graduação em educação estavam matriculados em IES públicas, percentual que, nos mestrados profissionais, chegou a 84,8%.

Frente a essa expansão, os participantes também propõem uma diretriz da Rede com critérios de escolha de parceiros, regras de contrapartidas e um checklist deliberativo para os colegiados; também um registro público das parcerias para acompanhamento e prestação de contas. A agenda de integridade inclui fiscalização das contrapartidas e mecanismos de monitoramento de resultados (painéis de indicadores e avaliação periódica). Do ponto de vista de acesso e equidade, sugerem ampliar vagas para servidores estaduais e para a sociedade em geral, para que as parcerias não se fechem em círculos restritos. Essas medidas reforçam o foco em interesse público, transparência e manutenção de padrões acadêmicos.

Por fim, a sustentabilidade surge como eixo estratégico. A experiência de aprovar convênios remunerados com órgãos públicos, apesar de resistências iniciais, é lida como

resposta pragmática à restrição orçamentária e à dependência da CAPES, desde que acompanhada de governança profissionalizada. As sugestões de construir um portfólio digital de "cases" e ocupar espaços de debate em órgãos públicos miram fortalecer a proposição de valor da Rede e diversificar fontes de recursos.

2ª Etapa – Validação do Banco de Itens

A análise das respostas dos coordenadores do PROFIAP evidencia uma série de oportunidades e desafios (ameaças) para o fortalecimento de parcerias entre universidades e a sociedade, especialmente por meio de convênios com instituições públicas e privadas. A seguir, apresenta-se uma síntese estruturada em quatro eixos: Principais Oportunidades Identificadas, Área de Oportunidade, Ações Potenciais e Atores Envolvidos, conforme Quadro 2:

Quadro 2 – Validação de Conteúdo do Banco de Itens

(continua)

DIMENSÕES DE AVALIAÇÃO		IVC[1]	IVC[2]	IVC[3]
OPORTUNIDADES				
1	Ampliação das parcerias com órgãos públicos (TJ, TCE, Escolas de Governo)	1	0,8	
2	Criação de modelos e diretrizes claras para convênios e parcerias	0,8		
3	Capacitação e treinamento dos coordenadores e docentes da Rede	0,8		
4	Criação de um portfólio digital com cases de sucesso	0,8		
5	Mapeamento das necessidades dos parceiros institucionais	0,8		
6	Participação da Rede em fóruns públicos e promoção institucional ativa	1		
7	Possibilidade de capacitação e qualificação de servidores públicos	0,5		
8	Democratização do acesso ao PROFIAP para mais servidores e comunidade	0,8		
9	Garantia de qualidade e ética nas parcerias (análise crítica dos contextos)	1		
ÁREAS TEMÁTICAS				
10	Governança e gestão de parcerias - Falta de clareza nos procedimentos, modelos e instrumentos (planos de trabalho, mapas de risco etc.)	0,8	0,7	
11	Capacitação institucional - Necessidade de formar os coordenadores/docentes para lidar com convênios e parcerias	0,5		
12	Comunicação institucional e articulação externa - Ausência de divulgação proativa do PROFIAP e de seus resultados	0,8		
13	Gestão do conhecimento e boas práticas - Ausência de sistematização das experiências e impactos das parcerias	0,8		
14	Avaliação crítica e ética de projetos e impactos sociais - Preocupação com parcerias que só promovem "eficiência" e não enfrentam causas estruturais	1		
15	Infraestrutura normativa e burocrática - Diversidade de interpretações legais e dificuldades com a tramitação de convênios	0,8		
16	Financiamento e sustentabilidade - Identificação de oportunidades para patrocínios, editais e fontes alternativas à CAPES	0,5		
AÇÕES POTENCIAIS				
17	Criar modelo padronizado de convênio com elementos mínimos obrigatórios	0,8	0,8	
18	Desenvolver manual de boas práticas para parcerias (modelos, exemplos, FAQ)	0,8		

19	Promover capacitações periódicas na Rede (workshops, cursos, treinamentos)	0,8		0,8
20	Elaborar e manter um portfólio digital com cases de sucesso	0,8		
21	Implementar pesquisas com instituições públicas para mapear demandas reais	0,8		
22	Criar um comitê/diretoria de parcerias com pessoal qualificado para mediação	0,8		
23	Estabelecer critérios éticos e estratégicos para aprovação de parcerias	0,8		
24	Instituir instrumentos de monitoramento e avaliação de impacto das parcerias	0,8		
25	Incentivar a participação ativa das universidades em redes e fóruns públicos	1		
ATORES E COMPETÊNCIAS				
26	Coordenação Nacional da Rede PROFIAP - Elaboração de diretrizes, suporte técnico, comunicação institucional	0,8	0,8	
27	Coordenadores Locais - Prospecção de parcerias, mediação local, execução	0,8		
28	IFES (Pró-Reitorias, Fundações de Apoio, Procuradorias) - Apoio jurídico, financeiro e administrativo	0,8		
29	Docentes da Rede PROFIAP - Execução dos projetos, orientação e ensino	0,8		
30	Órgãos Públicos Parceiros (TJ, TCE, Escolas de Governo, etc.) - Demandantes das ações de formação, pesquisa e inovação	0,8		
31	CAPES e órgãos de fomento - Avaliação, financiamento e regulação	0,8		
32	Sociedade Civil e Comunidade Local - Beneficiários indiretos	0,8		

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025. (conclusão)
1. Índice Individual; 2. Média do Grupo; e 3. Média Global.

No eixo de oportunidades, os participantes apresentaram, ainda, as seguintes colocações, em campo aberto de manifestação:

Quadro 3 – Relato dos juízes especialistas

OPORTUNIDADES	**J1**	A flexibilização de modelos de convênio/parceria e a possibilidade de ampliação de vagas considerando a formação de servidores públicos externos à IFES.
	J2	Na prática, o processo seletivo permanece baseado exclusivamente no Teste ANPAD, um exame pago, que exige preparação específica e favorece candidatos com maior capital educacional. Não há cotas nem ações afirmativas consolidadas, o que torna o processo fortemente elitista e meritocrático. A seleção ignora aspectos relevantes como a trajetória profissional, a atuação pública ou as desigualdades estruturais de origem dos candidatos.
	J3	O entendimento que os convênios entre instituições públicas de ensino são necessários e que isso não afeta a gratuidade do Ensino.
	J4	Embora convênios entre a Rede PROFIAP e outras instituições possam, em tese, ampliar o acesso, isso só ocorrerá de forma democrática se houver previsão de critérios sociais claros, como reserva de vagas para grupos sub-representados (negros, indígenas, mulheres na gestão pública etc.). (...) Além disso, a expansão sem diretrizes de qualidade pode comprometer a coerência pedagógica e a efetividade formativa do programa. Portanto, para que a afirmação seja representativa da realidade e de uma efetiva democratização, seria necessário revisar profundamente tanto os critérios de seleção quanto os instrumentos de acesso e os parâmetros institucionais dos convênios firmados.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Os relatos revelam que os convênios entre instituições públicas de ensino são percebidos como oportunidades legítimas de fortalecimento do PROFIAP, sem ameaça à gratuidade do ensino, mas também expõem tensões quanto ao real alcance democrático desse instrumento. Embora os convênios possam ampliar o acesso, a prática atual mostra limitações significativas: o processo seletivo segue centrado no Teste ANPAD, exame pago que favorece candidatos com

maior capital educacional e desconsidera trajetórias profissionais, atuação no setor público e desigualdades estruturais.

No mesmo sentido, a ausência de ações afirmativas na pós-graduação reforça o caráter elitista da seleção, restringindo a diversidade do corpo discente. Enquanto a graduação vivenciou embates intensos para a implementação de cotas, com forte oposição baseada em discursos de meritocracia e racismo, no âmbito da pós-graduação a situação mostra-se mais crítica, dado que o debate muitas vezes sequer é considerado pelo corpo docente, dificultando a efetivação da democratização da Educação Superior (Cordeiro, Diallo e Cordeiro, 2019).

Assim, para que as parcerias cumpram um papel inclusivo, os participantes apontam a necessidade de diretrizes mais claras, como reserva de vagas para grupos historicamente sub-representados e flexibilização dos modelos de convênio, especialmente para contemplar servidores públicos externos às IFES. Contudo, também alertam que a expansão sem critérios de qualidade pode fragilizar a coerência pedagógica e a efetividade formativa do programa, exigindo, portanto, revisão profunda dos mecanismos de acesso e dos parâmetros institucionais que regem a formalização das parcerias.

Os participantes apresentaram, ainda, as seguintes colocações, em campo aberto de manifestação:

Quadro 4 – Relatos dos juízes especialistas

ÁREAS TEMÁTICAS	**J1**	As possibilidades de financiamento precisam serem revistas com o intuito de ampliar a disponibilização de vagas para agentes que atuam no sistema do serviço público, inclusive mecanismos de avaliação de ingressantes com a possibilidade de aplicação dos conhecimentos na área de atuação pública.
	J3	Entender que cada instituição mesmo sendo pública e federal tem normativos internos. Dito isso é preciso entender também essas diferenças.
	J4	Capacitação institucional: A afirmativa aborda corretamente a importância da capacitação para a gestão de convênios no âmbito do PROFIAP, mas é parcial ao mencionar apenas coordenadores e docentes, ignorando outros atores institucionais fundamentais para a viabilidade e a governança dos instrumentos celebrados. A formação deve incluir também os servidores técnico-administrativos, especialmente os que atuam nas pró-reitorias, nas procuradorias e nos setores de convênios. São esses profissionais que lidam diretamente com a execução orçamentária, prestação de contas, análise jurídica e formalização dos termos — sem os quais o convênio não se sustenta legalmente nem operacionalmente.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Os depoimentos destacam a necessidade de reconhecer as particularidades normativas de cada instituição, mesmo sendo todas públicas e federais, o que exige sensibilidade e alinhamento para a efetiva implementação de convênios no âmbito do PROFIAP. Nesse sentido, a capacitação institucional é apontada como fator central, mas deve ir além da formação de coordenadores e docentes, incluindo servidores técnico-administrativos das pró-reitorias,

procuradorias e setores de convênios, responsáveis pela execução orçamentária, pela análise jurídica e pela formalização legal dos acordos. A ausência dessa preparação fragiliza a sustentabilidade e a governança das parcerias. Além disso, os participantes ressaltam que dirigentes institucionais precisam ser sensibilizados quanto ao papel estratégico das parcerias, de modo a garantir que sejam pautadas por princípios de equidade e interesse público.

Também emerge a demanda por revisão dos modelos de financiamento, com vistas a ampliar vagas para agentes do serviço público e fortalecer mecanismos de avaliação que valorizem a aplicação prática dos conhecimentos na gestão pública, assegurando maior aderência entre formação acadêmica e demandas sociais. Inclusive, tais demandas preconizam a existência de mecanismos adequados para promover a aproximação e a devida atuação Governamental quando da relação com os usuários do conhecimento e com a comunidade científica (Etzkowitz & Zhou, 2017).

No eixo de ações potenciais, os participantes apresentaram as seguintes colocações, em campo aberto de manifestação:

Quadro 5 – Relatos dos juízes especialistas

AÇÕES POTENCIAIS	**J1**	Estabelecer critérios objetivos para formalização das parcerias e mecanismos de incentivo ao desenvolvimento de servidores externos à IFES.
	J3	Percebo que as fundações de uma instituição para outra muda muito. Com isso se a rede tivesse as regras claras de convênio ficaria mais fácil, pois o avaliador pede coisas que não conseguimos atender porque a regra da minha fundação é diferente e aí fica esse cabo de guerra o avaliador insiste em algo que não consigo atender. Ademais, a rede profiap precisa urgentemente criar regras claras para convênio pois quando tem regras cada um quer aplicar o seu entendimento.
	J4	O modelo deve prever cláusulas obrigatórias sobre critérios sociais, mecanismos de transparência; incluir anexos com checklists ético-jurídicos e cláusulas sobre acessibilidade, metas formativas e contrapartidas sociais. O manual deve ser vivo e revisável anualmente, com contribuições das IFES associadas. Incluir casos de fracasso com aprendizados, não apenas de sucesso. Garantir certificação institucional das capacitações e registro público de quem foi capacitado por IFES. Incluir indicadores objetivos de impacto. Vincular os achados dessas pesquisas ao planejamento trienal da Rede PROFIAP, evitando que fiquem como relatórios que ninguém lê. Criar um banco de dados público com todos os convênios firmados no âmbito da Rede PROFIAP, incluindo seus termos, vigência e resultados. Desenvolver uma política de equidade e inclusão da Rede PROFIAP, prevendo metas e ações afirmativas em seus processos seletivos, convênios e produções.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

As falas destacam a necessidade urgente de padronização e clareza normativa para a formalização de convênios no âmbito da Rede PROFIAP. Os participantes relatam que as diferenças entre fundações geram um verdadeiro “cabo de guerra” entre avaliadores e gestores institucionais, já que cada parte interpreta e aplica regras de forma distinta, dificultando a execução dos acordos. Nesse contexto, surge a proposta de um modelo único de convênio que

inclua cláusulas obrigatórias sobre critérios sociais, transparência, acessibilidade, metas formativas e contrapartidas sociais, acompanhado de anexos com checklists ético-jurídicos e de indicadores objetivos de impacto.

Essa estratégia de direcionamento e padronização em rede pode proporcionar, ademais, a oferta de cursos a partir das necessidades atuais do mundo globalizado, viabilizando investimentos de forma mais consistente na qualificação profissional, o que favorece diretamente o desenvolvimento social e econômico (Rodrigues & Costa, 2022).

Destaca-se, assim, a importância de um manual vivo e revisável, elaborado de forma colaborativa pelas IFES associadas, que registre não apenas casos de sucesso, mas também aprendizados de experiências malsucedidas. Entre as ações sugeridas, estão: criação de um banco de dados público de convênios, certificação institucional das capacitações, vinculação dos resultados ao planejamento estratégico da Rede e adoção de políticas afirmativas para garantir equidade e inclusão. Assim, a consolidação de critérios objetivos e mecanismos de transparência aparece como condição essencial para fortalecer a legitimidade, a eficácia e o impacto social das parcerias estabelecidas.

Por fim, no eixo de atores e competências, os participantes esclareceram:

Quadro 6 – Relatos dos juízes especialistas

ATORES E COMPETÊNCIAS	**J1**	Mecanismos de ampliação de financiamento de parcerias, considerando a disponibilização de vagas e recursos com foco no desenvolvimento da coisa pública.
	J3	Essa parte é de extrema importância porque as pró reitorias e fundações não entendem as regras da Rede PROFIAP em virtude disso tudo fica moroso e estressante haja vista que não há um entendimento. Ademais, vejo que a Rede PROFIAP em alguns momentos não deixa claro talvez por medo dos órgãos de controle.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Os participantes apontam que a falta de clareza e alinhamento quanto às regras da Rede PROFIAP geram entraves significativos na formalização e gestão de parcerias, sobretudo porque Pró-Reitorias e Fundações, atores centrais nesse processo, não dominam plenamente as normativas específicas. Essa lacuna resulta em morosidade, estresse e insegurança institucional, agravada pela percepção de que a própria Rede, em alguns momentos, evita explicitar diretrizes por receio da interpretação dos órgãos de controle. Diante desse cenário, destaca-se a urgência de investir em capacitação direcionada a esses atores estratégicos, bem como em mecanismos de comunicação mais transparentes e assertivos. Além disso, evidencia-se a necessidade de estruturar mecanismos de ampliação de financiamento de parcerias, vinculando-os à oferta de

vagas e recursos voltados ao fortalecimento da administração pública, de forma a garantir que a atuação da Rede seja não apenas operacionalmente eficiente, mas também socialmente relevante.

Considerações Finais

As evidências reunidas ao longo desta pesquisa consolidam a proposta de um Banco de Itens como instrumento técnico-tecnológico capaz de identificar pontos sensíveis e oportunidades de melhoria na formalização de convênios e instrumentos congêneres da Rede PROFIAP. O processo de construção e validação mostrou-se metodologicamente consistente, alinhado à Teoria de Elaboração Instrumental de Pasquali, possibilitando não apenas a produção de um material robusto, mas também a reflexão sobre lacunas e potencialidades das práticas institucionais.

Constatou-se que, apesar da reconhecida relevância social das parcerias entre universidades públicas e usuários do conhecimento, ainda existem barreiras operacionais, burocráticas e normativas que comprometem a efetividade desses processos. A análise das falas dos coordenadores e vice-coordenadores do PROFIAP revelou fragilidades relacionadas à clareza das regras, à falta de modelos padronizados e à insuficiente capacitação dos atores envolvidos. Tais aspectos reforçam a necessidade de avançar para além da formalização documental, promovendo uma cultura institucional de governança, transparência e corresponsabilidade.

Nesse sentido, o Banco de Itens apresenta-se como um recurso estratégico, pois sistematiza percepções práticas dos gestores da Rede e as traduz em parâmetros avaliativos aplicáveis à gestão pública. Sua utilização possibilita mitigar riscos de decisões fragmentadas ou baseadas em interesses individuais, fortalecendo critérios éticos e de interesse público. Além disso, abre espaço para que a Rede PROFIAP adote uma gestão mais ágil e integrada, alinhada aos princípios constitucionais da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Outro ponto relevante diz respeito ao potencial de aplicação prática do instrumento desenvolvido. Ao subsidiar gestores e docentes na tomada de decisões, o Banco de Itens contribui para que os convênios celebrados estejam mais bem estruturados e alinhados às demandas sociais. A partir dele, é possível fomentar maior democratização do acesso, incentivar políticas afirmativas, diversificar fontes de financiamento e ampliar a inserção da Rede em fóruns de debate e cooperação. Dessa forma, o estudo não apenas fortalece o

PROFIAP, mas também projeta efeitos positivos para a formulação e execução de políticas públicas em escala nacional.

Por fim, cabe destacar que esta pesquisa reforça o papel estratégico dos programas de pós-graduação profissionais na criação de soluções inovadoras voltadas à gestão pública. O Banco de Itens desenvolvido constitui um produto incremental, mas com elevado impacto institucional e social, ao conjugar rigor metodológico, aplicabilidade prática e relevância acadêmica. Recomenda-se, portanto, sua contínua atualização e expansão, de modo a assegurar que a Rede PROFIAP mantenha-se como referência na articulação entre universidade, governo e sociedade, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento nacional.

Referências

Azevedo, S. G. V.; Florêncio, R. S.; Cestari, V. R. F.; Moreira, T. M. M. Situação programática na perspectiva da vulnerabilidade em saúde: validação de banco de itens. Escola Anna Nery 26 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0347pt

Bahrom, S., Mat Yaacob, S. N., Happas, A., Saidin, N., Mohd Nawi, M. N., & Shaharom, N. (2024). Construction of an Item Bank Using Rasch Analysis. EDUCATUM Journal of Science, Mathematics and Technology, 12(1), 10–14. https://doi.org/10.37134/ejsmt.vol12.1.2.2025

Bardin, L.; Análise de Conteúdo. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

Barreto, M. A. F.; Negreiros, F. D. S.; Cestari, V. R. F.; Sampaio, H. A. C.; Moreira, T.M.M. Construção e validação de um banco de itens sobre automedicação de risco. Texto Contexto Enferm. 2024. https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2023-0169pt

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 28 jul. 2025.

Buss, P. M.; Chamas, C.; Faid, M.; Morel, C. (2016) Desenvolvimento, saúde e política internacional: a dimensão da pesquisa & inovação. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 32, supl. 2, e00046815. http://dx.doi.org/10.1590/0103-311X00046815

Chen, Q.; Zheng, H.; Fan, H.; Mo, L. (2023) Construction of a reading literacy test item bank for fourth graders based on item response theory. *Front. Psychol.* 14:1103853. https://doi.org/10.3389/fpsyg.2023.1103853

Colucci, M. Z. O.; Alexandre, N. M. C.; Milani, D. (2015) Construção de instrumentos de medida na área da saúde. Ciência e Saúde Coletiva, 20(3):925-936,2015. https://doi.org/10.1590/1413-81232015203.04332013

Cordeiro, M. J. J. A., Diallo, C. S., Cordeiro, A. L. A. (2019) Por que cotas para negros e negras na pós-graduação? Revista Ensaios e Pesquisas em Educação e Cultura. V 4, N 6, ISSN: 2526-2742

Corrêa, L. V. F., & Camargo, F. C. (2024). Parcerias entre universidades públicas e usuários do conhecimento: revisão de escopo. Revista De Gestão e Secretariado, 15(12), e4420. https://doi.org/10.7769/gesec.v15i12.4420

Cury, C. R. J. A Pós-Graduação no Brasil: itinerários e desafios. (2020). Movimento-Revista De educação, 7(14). https://doi.org/10.22409/mov.v7i14.42346

Etzkowitz, H.; Zhou, C. (2017) Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-ndústria-governo. Estudos Avançados 31 (90), 10.1590/s0103-40142017.3190003. https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.3190003

Lenza, P. Direito Constitucional Esquematizado. 22º Edição. Versão eletrônica. São Paulo: Saraiva, 2018.

Malheiros, T. F., Kashiwagi, H. M., Ortêncio Filho, H., Silva, J. G., Martinelli Filho, J. E., Cavalcante, K. V., & Santana, O. A. Desafios e aprendizados do Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais. Revista NUPEM, Campo Mourão, v. 12, n. 27, p. 300-318, set./dez. 2020. https://doi.org/10.33871/nupem.2020.12.27.300-318

Minguelli, M. A nova estrutura normativa de ciência, tecnologia e inovação no Brasil. Revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação. V. 23, n. esp., p. 143-151. Florianópolis, 2018. https://doi.org/10.5007/1518-2924.2018v23nespp143

Ortiz, R. M. (2021). A constitucionalização da inovação tecnológica: análise da EC nº 85/2015 a partir do contexto inovador nacional. Revista da AGU, Brasília-DF, v. 20, n. 01. p. 287-308, jan./mar. 2021. https://doi.org/10.25109/2525-328X.v.20.n.01.2021.2407

Palotti, P. L. M.; Joppert, M. P.; Machado, J. A. (2024) A influência de aspectos organizacionais das instituições de ensino e pesquisa sobre os custos de transação na formação de parcerias com governos locais. Revista de Administração Pública. DOI: https://doi.org/10.1590/0034-761220230344

Pasquali, L. (2010). Instrumentação psicológica - Fundamentos e práticas. Porto Alegre, Brasil: Artmed, ISBN: 978-85-363-2252-0.

Pereira Neto, F. E., Lopes, J. M. R., Nunes, J. B. C., Ferreira Filho, L. N. A expansão da pós-graduação stricto sensu em educação no Brasil. SEÇÃO TEMÁTICA: Educação em contexto

de crise sanitária causada pela Covid-19 • Educ. Pesqui. 49 • 2023 • https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349263111por

Rodrigues, A. P. L.; Costa, D. V. F. (2022) Educação corporativa por meio de convênios entre universidade e empresas parceiras. Revista Valore, Volta Redonda, 7 (edição especial). https://rima.ufrrj.br/jspui/handle/20.500.14407/15273

Santos, E. M. D.; Santos, M. S. (2024) Convênios administrativos em ifes brasileiras: conceituação, estado da arte e desafios. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.04, 2024 ISSN 2178-6925. https://doi.org/10.61164/rmnm.v4i1.2083

Silva, G. A. B.; Silva, S. R. A.; Souza, I. L.; Monteiro, L. S. Parceria entre governo local e universidades: formação do Observatório da Cidade de Macaé no contexto de rede colaborativa interinstitucional e intersetorial. Vértices, Campos dos Goytacazes/RJ, v.22, n.3, p. 412-428, set./dez. 2020. https://doi.org/10.19180/1809-2667.v22n32020p412-428

Yim, L., Lye, C., & Koh, P. (2024). A psychometric evaluation of an item bank for an English reading comprehension tool using Rasch analysis. REID (Research and Evaluation in Education), 10(1), 18-34. https://doi.org/10.21831/reid.v10i1.65284

4.3 PRODUTO TÉCNICO-TECNOLÓGICO - PTT

PROFIAP
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UFTM
Universidade Federal do Triângulo Mineiro



RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO SOBRE A CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE BANCO DE ITENS PARA FORMALIZAÇÃO DE CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES ENTRE A REDE PROFIAP E USUÁRIOS DO CONHECIMENTO

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE BANCO DE ITENS PARA FORMALIZAÇÃO DE CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES ENTRE A REDE PROFIAP E USUÁRIOS DO CONHECIMENTO

Relatório técnico apresentado pelo mestrando Lucas Vieira Fernandes Corrêa ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede, sob orientação da docente Profa. Dra. Fernanda Carolina Camargo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.



SUMÁRIO

Resumo 04

Contexto e/ou organização e/ou setor da proposta 05

Público-alvo da proposta 07

Descrição da situação-problema 08

Objetivos da proposta de intervenção 09

Diagnóstico e análise 12

Proposta de intervenção 18

Responsáveis pela proposta de intervenção e data 20

Referências 21

Protocolo de recebimento 25

RESUMO

Esta pesquisa aborda a integração crescente entre universidade, indústria e governo para atender demandas sociais complexas, destacando a importância da inovação gerada por essa colaboração. Diante de uma lacuna na literatura sobre parcerias, o estudo busca identificar pontos sensíveis e oportunidades para formalização de convênios entre a Rede PROFIAP e usuários do conhecimento, tendo como objetivo construir e validar um banco de itens para esse fim.

O método empregado é um estudo metodológico de construção e validação de banco de itens, envolvendo fases teórica e empírica, com validação de conteúdo por Comitê de Especialistas. A pesquisa foca nos coordenadores das instituições da Rede PROFIAP.

A análise de dados da primeira etapa utiliza PLN (ChatGPT®) para identificar padrões, e a segunda etapa envolve validação por um Comitê de Juízes Especialistas via escala Likert e Índice de Validade de Conteúdo (IVC), considerando validade, clareza, praticabilidade, relevância e interpretabilidade.

O projeto obteve aprovação ética, considerando a aplicação de questionários digitais.

Os resultados incluem uma revisão de escopo sobre parcerias em Universidades Públicas, artigo de análise de pontos sensíveis e oportunidades de melhorias na Rede PROFIAP e artigo com proposta de um Banco de Itens validado por especialistas. O produto final é este Relatório Técnico Conclusivo.



O Banco de Itens, na pretendida pesquisa, se consubstancia como um instrumento que consolida o máximo de elementos para a gestão, sujeitos e profissionais que lidam direta ou indiretamente na formalização de parcerias, a fim de enaltecer a identificação e possibilidade de ação sobre pontos sensíveis e oportunidades de melhorias.

CONTEXTO

A pesquisa ocorre justamente neste Programa de Pós-Graduação *stricto sensu*, sendo que o Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) é um curso oferecido nacionalmente, coordenado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Este programa visa formar profissionais com um claro entendimento do papel do Estado no Brasil, do exercício da cidadania e das questões éticas, sociais e ambientais que influenciam as políticas públicas.

O curso tem como objetivos principais:

1. Capacitar profissionais para a prática administrativa avançada nas organizações públicas.
2. Contribuir para aumentar a produtividade e a efetividade das organizações públicas.
3. Disponibilizar instrumentos, modelos e metodologias que sirvam de referência para a melhoria da gestão pública.

A admissão ao PROFIAP é realizada por meio do teste da ANPAD. O curso oferece uma única área de concentração em Administração Pública, com duas linhas de atuação: Políticas Públicas e Administração Pública e Organizações.

O programa prevê um mínimo de 480 horas de atividades didáticas, correspondentes a 32 créditos, divididos da seguinte forma:

- Disciplinas (obrigatórias e optativas): 24 créditos ou 360 horas.
- Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): 8 créditos ou 120 horas.

Cada Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) que integra a Rede Nacional é denominada Instituição Associada, responsável por disponibilizar corpo docente, infraestrutura e emissão do diploma de Mestre.

O PROFIAP é composto por 40 Universidades Associadas distribuídos pelas 5 regiões no Brasil.



Instituições Associadas

·Universidade Federal de Goiás - UFG;
·Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS;
·Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD;
·Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT;
·Universidade Federal do Rio Grande - FURG;
·Universidade Federal de Pelotas - UFPe;
·Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;
·Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA;
·Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS;
·Universidade Federal de Viçosa - UFV;
·Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL;
·Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF;
·Universidade Federal de São João Del Rei - UFSJ;
·Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM;
·Universidade Federal Fluminense - UFF;
·Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG;
·Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP;
·Universidade Federal de Uberlândia - UFU;
·Universidade Federal de Rondônia - UNIR;
·Universidade Federal do Tocantins - UFT;
·Universidade Federal do Acre - UFAC;
·Universidade Federal do Amazonas - UFAM;
·UNIFESSPA Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA;
·Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA;
·Universidade Federal de Roraima - UFRR;
·Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA;
·Universidade Federal de Sergipe - UFS;
·Universidade Federal de Campina Grande - UFCG;
·Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE;
·Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF;
·Universidade Federal do Piauí - UFPI;
·Universidade Federal do Ceará - UFC;
·Universidade Federal do Cariri - UFCA;
·Universidade Integração Internacional Lusofonia AfroBrasileira-UNILAB;
·Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPar;
·Universidade Federal do Maranhão - UFMA;
·Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN;
·Universidade Federal da Paraíba - UFPB;
·Universidade Federal de Alagoas - UFAL; e
·Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA.

PÚBLICO-ALVO

A presente pesquisa é relevante para os coordenadores locais das instituições associadas, como possíveis responsáveis e/ou interlocutores de parcerias institucionais e, especialmente, à Coordenadoria Geral do PROFIAP, para otimizar as ações e proceder a possíveis ajustes nas estruturas de formalização e execução dos instrumentos de parceria, bem como para outros programas de pós-graduação organizados em rede.
Isso porque o Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP) tem como objetivo capacitar profissionais para o exercício da prática administrativa avançada nas organizações públicas.

Além disso, também objetiva contribuir para aumentar a produtividade e a efetividade das organizações públicas e disponibilizar instrumentos, modelos e metodologias que sirvam de referência para a melhoria da gestão pública.
Essa concepção tem sido referendada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2025), ao elencar, na problematização de seu processo de planejamento estratégico, questões relativas ao compromisso do programa com a geração do conhecimento, à natureza da pesquisa desenvolvida na formação de mestres e doutores, bem como sobre qual o perfil do profissional que o programa deseja formar.

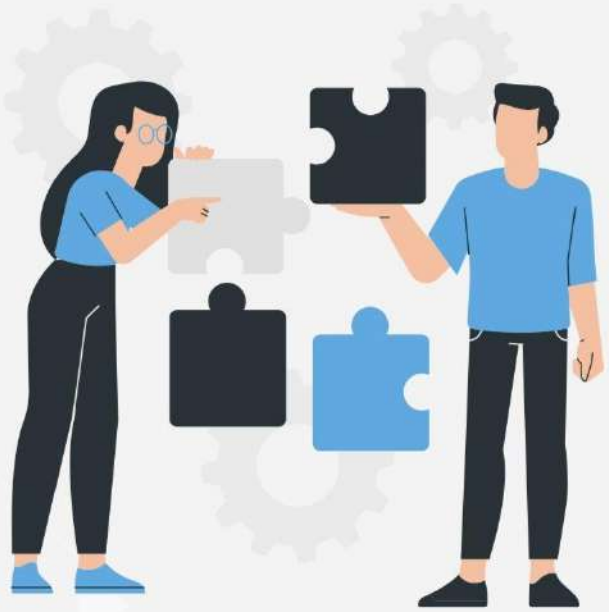
IMPACTO DO PROGRAMA

Finalidade e Política de Impacto do PROFIAP (2021-2024)

- Objetivo do Programa: formação de profissionais qualificados para atuação crítica e estratégica na gestão pública.
- Política de Impacto: cultura de avaliação contínua, baseada em evidências, indicadores de desempenho e inovação.
- Metodologia de Análise: coleta de dados de relatórios institucionais, produções acadêmicas e indicadores, organizados em eixos temáticos.

Resultados e Contribuições do Programa

- Produtos Técnicos e Tecnológicos (PTTs): desenvolvimento de soluções aplicadas à gestão pública com impacto real em instituições.
- Eventos e Disseminação: participação em congressos, seminários e workshops, ampliando o debate sobre inovação em gestão pública.
- Atuação de Docentes, Discentes e Egressos: avanços na qualificação profissional, promoções, implementação de propostas e impacto institucional.



DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

A aproximação, cooperação e a atuação integrada de diversas organizações não ocorrem espontaneamente, sendo necessário repensar a formalização de parcerias entre os mais diversos entes. Ter uma "porta de entrada" nas universidades (uma estrutura ou setor especializado para acolher demandas) afeta o número de experiências no estabelecimento de parcerias. Ter instâncias de aprovação das parcerias negociadas dentro das universidades também gera maior formalidade (Palotti; Joppert; Machado, 2024).

A revisão de escopo atrelada a esta pesquisa demonstrou que o convênio vem sendo considerado o principal instrumento de formalização das parcerias, sendo mais recorrente o objeto de alocação de recursos financeiros, entre participantes nacionais e internacionais, com foco nos programas de pós-graduação stricto sensu. Como pontos sensíveis e oportunidades de melhorias, a revisão apresentou a necessidade de se repensar a burocratização dos processos de formalização de parcerias, bem como investir na sua previsão nos planos institucionais (Corrêa & Camargo, 2024).

Ao se pensar em um programa de Administração Pública, como o PROFIAP, que tem como missão contribuir para o aprimoramento contínuo da administração pública e para o desenvolvimento socioeconômico do país, como a Rede propõe o estabelecimento de tais relações? Existe algum mecanismo específico de avaliação de viabilidade no estabelecimento de parcerias? Como identificar os pontos sensíveis e oportunidades de melhorias em tais pactuações? O que precisa ser melhorado no âmbito desta rede de pós-graduação sobre o tema?

Assim, precisa-se aprofundar na temática a nível de instituições ou áreas específicas, como é o caso da Rede PROFIAP, a fim de compreender os pontos sensíveis e oportunidades de melhorias no estabelecimento de parcerias.

OBJETIVOS DA PROPOSTA

Propor banco de itens para identificar pontos sensíveis e oportunidades de melhorias no estabelecimento de convênios e instrumentos congêneres entre a Rede PROFIAP e usuários do conhecimento.



DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

Primeira etapa

Nesta primeira etapa procedeu-se à construção do Banco de Itens, via aplicação de questionário junto aos Coordenadores e Vice Coordenadores do PROFIAP de cada Instituição Associada. A busca dos Coordenadores e Vice Coordenadores foi realizada no sítio eletrônico da Rede PROFIAP, cujo programa de pós-graduação é oferecido por 40 Universidades Associadas em todo o Brasil, após sua expansão ocorrida em 2024.

Assim, a participação se deu via Coordenador ou Vice Coordenador, para obtenção da maior representatividade possível. Foram incluídos Coordenadores e Vice Coordenadores do PROFIAP com mandato vigente de representação de cada instituição associada, conforme listagem disponível em sítio eletrônico da Rede PROFIAP e das respectivas universidades, por se tratar de informação de domínio público.

O formulário foi enviado inicialmente através de e-mail, bem como via contato individual no Whats App, para os que não responderam na primeira chamada do correio eletrônico, constando no questionário as seções: 1. Boas-vindas, carta convite e perfil profissiográfico e sociodemográfico; 2. Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE); 3. Roteiro de instrução; 4. Formulário para preenchimento.

O rol das variáveis profissiográficas presentes no formulário compõe-se de: nome; sexo; cor da pele/raça/etnia autodeclarada; estado civil; instituição; função no PROFIAP; tempo de atuação na Rede PROFIAP; tempo de atuação na coordenadoria do PROFIAP; formação principal; maior titulação concluída e se possui experiência na formalização de parcerias. E, em especial, às perguntas centrais: "Na sua opinião, quais são os pontos sensíveis no contexto da formalização de parcerias entre a Rede PROFIAP e os usuários do conhecimento?" e "Na sua opinião, quais são as oportunidades de melhorias no processo de formalização de parcerias entre a Rede PROFIAP e os usuários do conhecimento?".

Quanto à análise e interpretação dos dados, os constructos foram elaborados conforme leitura profunda das respostas e organização dos núcleos de sentido e categorias temáticas em convergência ao método de análise temática proposta por Bardin (2016), isto é, realizar uma análise sistemática e objetiva do conteúdo de um conjunto de dados, buscando compreender o seu significado e identificar padrões ou tendências presentes nos dados, com o apoio do Processamento de Linguagem Natural da Inteligência Artificial (ChatGPT®).



DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

Segunda etapa

A segunda etapa consistiu na validação do Banco de Itens, com aplicação de questionário junto ao Comitê de Juízes Especialistas. Os participantes foram incluídos conforme respostas do questionário de caracterização sociodemográfica aplicado junto à população na fase teórica – primeira etapa, em especial quanto aos Coordenadores e Vice Coordenadores que sinalizaram ter experiência na formalização de Convênios e instrumentos congêneres. Assim, seis participantes da primeira etapa responderam positivamente àquela questão – de experiência, e receberam o Banco de Itens para validação, dos quais retornaram quatro respostas, uma abstenção e uma negativa de participação.

O formulário foi enviado inicialmente através de e-mail, bem como via contato individual no Whats App, para os que não responderam na primeira chamada do correio eletrônico, constando no questionário as seções: 1. Boas-vindas, carta convite e perfil profissiográfico e sociodemográfico; 2. Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE); 3. Roteiro de instrução; 4. Formulário para preenchimento.

Por se tratar de validação de conteúdo por Comitê de Juízes Especialistas, foram considerados os seguintes aspectos: validade, clareza, praticabilidade, relevância, interpretabilidade.

A avaliação foi realizada mediante escala Likert, de acordo com a seguinte valoração: 1. Não representativo; 2. Necessita de grande revisão para ser representativo; 3. Necessita de pequena revisão para ser representativo; 4. Item representativo.

Para viabilizar a validação do conteúdo, foi calculado o escore do Índice de Validade de Conteúdo (IVC), que mensura a proporção de concordância entre juízes especialistas quanto à adequação dos aspectos analisados. A Validade de Conteúdo dos Itens Individuais (I-VCI) é calculada mediante a soma de concordância dos itens marcados em 3 e 4, divididos pelo número de juízes especialistas, trazendo a proporção de especialistas que concordaram sobre a relevância ou não de determinados aspectos do conteúdo do Banco de Itens.

Para atestar a validade do banco de itens, a taxa de concordância aceitável entre os juízes para avaliação dos itens individualmente deve ser superior a 0,78, e para confirmação da validade do instrumento, de forma global, deve haver concordância de pelo menos 0,80, escores recomendados em estudo de Colucci, Alexandre & Milani (2015).

ASPECTOS ÉTICOS

A divulgação e o envio de link para resposta aos questionários foram precedidos de submissão do Projeto de Pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital de Clínicas da UFTM, com emissão de parecer favorável, em 08 de abril de 2025 (CAAE 86943425.0.0000.8667). Todos os docentes que aceitaram participar da pesquisa responderam virtualmente que concordavam com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, bem como sobre o caráter voluntário da pesquisa.

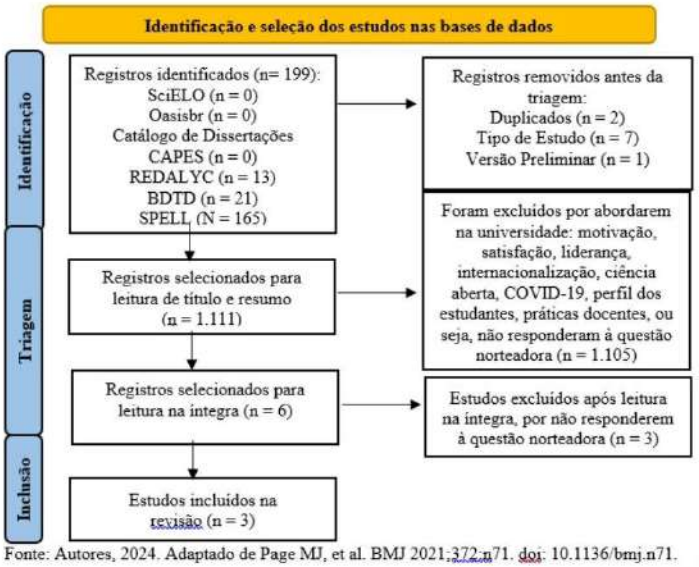
DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

Revisão de Escopo

Realizou-se revisão de escopo, de modo a elucidar as principais estratégias, pontos sensíveis e oportunidades de melhoria na formalização de parcerias de Universidades Públicas e eventual lacuna de conhecimento sobre o tema, de acordo com o protocolo PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses). O protocolo desta revisão ocorreu em setembro de 2024, no Open Framework (OSF): https://doi.org/10.17605/OSF.IO/7C5PQ

Na etapa de planejamento foram definidos os descritores: ("Universidades públicas" OR "public universities" OR "public college") AND (Parcerias OR contratos OR acordos OR tratados OR convênios OR Contracts OR agreements OR covenant OR convention OR pact OR Partnerships OR deal OR accord OR pactos OR Asociaciones OR acuerdos OR alianzas).
A estratégia de pesquisa foi delimitada no período dos últimos dez anos - 2014 a 2024, com artigos publicados na língua portuguesa, nas bases de dados: EMBASE, Web of Science, SciELO, Oasisbr, Scopus e Pubmed.

Fluxograma PRIMSA/



Fonte: Autores, 2024. Adaptado de Page MJ, et al. BMJ 2021;372:n71. doi: 10.1136/bmj.n71.

Link da publicação da Revisão de Escopo: https://doi.org/10.7769/gesec.v15i12.4420

Conforme quadro abaixo, os pontos levantados estão relacionados ao macroprocesso da gestão pública das universidades, com vistas à tomada de decisão sobre determinada parceria. Foram considerados os elementos estratégicos e estrutura dedicada para acompanhamento efetivo das obrigações assumidas nos instrumentos, desde a avaliação inicial de viabilidade até as fases finais de execução e prestação de contas. Assim, é necessário, portanto, injetar uma carga extra de investimento em:

- Força de trabalho capacitada
- Eficiência na arrecadação e utilização de recursos financeiros
- Otimização de processos burocráticos
- Existência de estrutura dedicada
- Previsão de parcerias nos planos diretores institucionais

Pontos sensíveis e oportunidades de melhoria

Item	Artigo 1	Artigo 2	Artigo 3
Pontos Sensíveis	Necessidade de aumento na alocação de força de trabalho e recursos financeiros	Ineficiência na obtenção e irregularidade quanto ao repasse de recursos financeiros	Burocratização excessiva dos processos de transferência de tecnologia
Oportunidades de Melhoria	Previsão das parcerias nos Planos Estratégicos Institucionais	Criação de instrumento de captação de recursos junto à iniciativa privada	Criação de estrutura dedicada, com recursos humanos exclusivos, para efetivação das demandas de transferência de tecnologia

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

Primeira etapa - Perfil Profissiográfico

Participaram da pesquisa 17 docentes, dentre Coordenadores (70,6%) e Vice Coordenadores (29,4%), de Instituições Associadas da Rede PROFIAP. Quase metade dos participantes (47%) informou possuir pelo menos um ano de atuação na Rede PROFIAP, com área de formação principal em Administração (41,2%), seguida por Economia (17,6%), Ciências Contábeis (17,6%) e demais com 5,9 % cada uma: Administração Pública; Direito; Ciências Ambientais e Enfermagem. Quanto à maior titulação concluída, 94,1% dos participantes informaram possuir o Doutorado e 5,9% o Pós-Doutorado. A maioria dos participantes (64,7%) afirmou não possuir experiência na formalização de parcerias. E, no mesmo sentido, a maioria das instituições ali representadas (82,4%) não possui qualquer Convênio e/ou Acordo de Cooperação estabelecido, conforme quadro a seguir:

Código	Área de formação profissional	Tempo na Coordenação do PROFIAP (em anos)	Experiência na formalização de parcerias	Se há na instituição parceria vigente	Região da Instituição
C1	Economia	1	Não	Não	Sul
C2	Administração	1	Não	Não	Sul
C3	Ciências Contábeis	0,5	Não	Não	Sul
C4	Enfermagem	0,5	Sim	Sim	Sudeste
C5	Administração	0,5	Não	Não	Nordeste
C6	Administração	3,5	Sim	Sim	Centro-Oeste
C7	Administração Pública	1	Sim	Não	Nordeste
C8	Administração	0,5	Não	Não	Nordeste
C9	Direito	1	Não	Não	Nordeste
C10	Ciências Ambientais	2,5	Sim	Não	Centro-Oeste
C11	Economia	0,7	Não	Não	Norte
C12	Administração	2	Não	Não	Norte
C13	Ciências Contábeis	0	Não	Não	Nordeste
C14	Administração	4	Sim	Sim	Nordeste
C15	Administração	1	Não	Não	Sul
C16	Economia	1	Não	Não	Centro-Oeste
C17	Ciências Contábeis	1	Sim	Não	Norte

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

Primeira etapa - Manifestação aberta dos participantes

A análise das respostas dos coordenadores revela uma série de pontos sensíveis e ameaças que dificultam ou limitam o estabelecimento de parcerias entre universidades (via PROFIAP) e a sociedade. Além disso, também revela um conjunto diverso de percepções, experiências e sugestões, que apontam para várias oportunidades concretas de fortalecimento das parcerias entre universidades e a sociedade. Destacam-se a seguir, as principais contribuições, *ipsis litteris*, dos participantes nos campos abertos de manifestação:

Id.	Pontos Sensíveis	Oportunidades de Melhorias
C1	Capacidade de assumir mais trabalho na Instituição.	Ampliar oportunidades para a Rede.
C2	Atender as exigências da Rede e da IES ao mesmo tempo.	Ainda não tivemos experiência então não tenho como opinar.
C3	Os dados disponibilizados e utilização pelas instituições de forma que atendem a legislação.	Estabelecer cláusulas que resguardem os dados disponibilizados em atendimento a legislação
C4	No caso de instituições privadas, ou mesmo públicas, mas capturadas por interesses privados e individuais, há o risco de os temas de pesquisa serem direcionados para atender a agendas específicas, em vez de promover o bem público. (...) Não identifiquei um instrumento que permita mensurar, de forma sistemática, os impactos das parcerias no desenvolvimento institucional, na formação discente e nos objetivos estratégicos do PROFIAP. Não identifiquei o registro público das parcerias para acompanhamento e prestação de contas.	Talvez seja necessário que a rede PROFIAP elabore uma diretriz com critérios mais claros para a escolha de parceiros, regras sobre contrapartidas e um conjunto de perguntas para o colegiado refletir antes de aprovar uma parceria. (...) Apesar da rede oferecer modelos e indicar o fluxo, a responsabilidade pela formalização parece cair mesmo sobre os polos. Acaba sobrando para o polo fazer a mediação, pressionar por respostas e, muitas vezes, ir atrás dos próprios parceiros. Isso aumenta o risco de firmar acordos com base em interesses individuais, e não no interesse público.
C5	Acredito que os pontos mais sensíveis são referentes as poucas vagas para discentes que sejam servidores da Esfera Estadual no PROFIAP.	Abrir mais vagas para a sociedade de forma geral, oportunizando a comunidade e servidores para pesquisas extra-universidades.
C6	(...) Apresentamos uma proposta ousada: formalizar convênios remunerados com instituições públicas como forma de sustentar a Rede. A ideia enfrentou resistência, muitos temiam que parcerias com o Judiciário ou órgãos de controle desvirtuassem o programa. Mas, com dados e argumentos, mostramos que era a única saída para evitar o colapso. (...) foi aprovado, como também uma reestruturação completa da governança da Rede, com a criação de diretorias e comissões para profissionalizar sua gestão. Os desafios burocráticos, porém, eram imensos. A lição que fica é clara: inovar exige coragem para questionar o status quo e persistência para transformar ideias em realidade.	Precisamos estar presentes nas discussões dos órgãos públicos, mostrar nossos cases de sucesso e deixar claro o valor que podemos agregar. Uma ideia seria criar um portfólio digital com exemplos concretos de como nossa expertise tem resolvido desafios reais da administração pública. (...) Precisamos desenvolver procedimentos mais enxutos - talvez com modelos padrão de termo de cooperação que possam ser adaptados conforme cada caso, sempre com o acompanhamento de uma equipe dedicada da PROFIAP para mediar as negociações. Por fim, precisamos diversificar nossas fontes de recursos para não ficarmos dependentes da Capes, que nos impôs limites.

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

Primeira etapa - Manifestação aberta dos participantes

(CONTINUAÇÃO)

Id.	Pontos Sensíveis	Oportunidades de Melhorias
C7	As informações são genéricas e sempre apresentadas como "é só seguir a legislação". Pelo que já obtive de informação a diversidade de entendimentos da profundidade da composição de elementos como plano de trabalho, orçamento e mapa de riscos.	Poderia haver um modelo baseado nas diretrizes e elementos prioritários pela rede, onde já estivessem pré-constituído elementos mínimos, com uma planilha orçamentária, com elementos obrigatórios como o percentual da REDE, custos gerenciais e um uma sugestão de mapas de risco.
C8	Informações sobre quais os tipos de parcerias possíveis, quais procedimentos devem ser adotados, o que se faz necessário, etc.	Democratizar as informações por meio de workshops, palestras, treinamentos, etc. Saber as experiências de outras IFES. A Rede precisa de capacitação de professores sobre o assunto.
C9	Ausência de modelo/esboço de termo e assessoramento da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Advocacia Geral da União junto à IFES.	Mapeamento das fragilidades dos mecanismos de gestão administrativa na microrregião econômica.
C10	A contrapartida entre os envolvidos, principalmente a parte financeira e a fiscalização dos convênios/acordos de parcerias.	A obtenção de patrocínios, principalmente financeiros para viabilizar a pesquisa e as publicações ou ainda os recursos de materiais permanentes e de consumos.
C11	Por estar recente na Rede não sei responder essa pergunta.	Pelo conceito dado na questão anterior acredito que possa ser com outras instituições públicas
C12	Os alunos acharam que já estão aprovados e não se envolverem ativamente. Dado este cenário há uma pressão da parceira em aprovar todos e o nível da produção cai muito.	Garantir que todos os alunos possam reprovar e que nenhum professor será constrangido em reprovar um aluno.
C13	Custos para operacionalização das parcerias.	-
C14	Entender melhor as regras da Rede em relação ao convênio, que as vezes se divergem.	A meu ver seria legal se pudesse ter turmas separadas in company.
C15	Falta de informação para estabelecimento de como fazer convênios.	Expor mais e fomentar mais as possibilidades.
C16	Pouca experiência da Rede para responder esta pergunta.	Pouca experiência da Rede para responder esta pergunta.
C17	Elaboração de Plano de trabalho bem detalhado com condições claras revestida da legalidade que garanta o cumprimento das obrigações pactuadas.	Possibilita identificar os obstáculos e os pontos de melhorias no processo de formalização, garantindo que os resultados sejam eficazes no atendimento aos usuários.

Segunda etapa - IVC



Validação do Banco de Itens

Comitê de Juízes Especialistas



MANIFESTAÇÃO ABERTA DOS PARTICIPANTES

A análise das respostas dos coordenadores do PROFIAP evidencia uma série de oportunidades e desafios (ameaças) para o fortalecimento de parcerias entre universidades e a sociedade, especialmente por meio de convênios com instituições públicas e privadas. Os depoimentos destacam a necessidade de reconhecer as particularidades normativas de cada instituição, mesmo sendo todas públicas e federais, o que exige sensibilidade e alinhamento para a efetiva implementação de convênios no âmbito do PROFIAP. Nesse sentido, a capacitação institucional é apontada como fator central, mas deve ir além da formação de coordenadores e docentes, incluindo servidores técnico-administrativos das pró-reitorias, procuradorias e setores de convênios, responsáveis pela execução orçamentária, pela análise jurídica e pela formalização legal dos acordos.

A ausência dessa preparação fragiliza a sustentabilidade e a governança das parcerias. Além disso, os participantes ressaltam que dirigentes institucionais precisam ser sensibilizados quanto ao papel estratégico das parcerias, de modo a garantir que sejam pautadas por princípios de equidade e interesse público. Também emerge a demanda por revisão dos modelos de financiamento, com vistas a ampliar vagas para agentes do serviço público e fortalecer mecanismos de avaliação que valorizem a aplicação prática dos conhecimentos na gestão pública, assegurando maior aderência entre formação acadêmica e demandas sociais. Inclusive, tais demandas preconizam a existência de mecanismos adequados para promover a aproximação e a devida atuação Governamental quando da relação com os usuários do conhecimento e com a comunidade científica.



PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A construção de um Banco de Itens, concebido como produto técnico-tecnológico de natureza não patenteável, representa uma inovação incremental pautada na modificação e reorganização de conhecimentos já estabelecidos. Sua baixa complexidade técnica decorre da combinação de saberes previamente existentes, articulados por diferentes atores, o que amplia a aplicabilidade e favorece sua utilização em múltiplos contextos. Espera-se que este produto apresente elevado grau de facilidade de emprego, permitindo alcançar seus objetivos específicos de forma prática e eficiente, sobretudo ao subsidiar processos de tomada de decisão no âmbito da gestão pública.

Nesse sentido, a pesquisa contribui diretamente para a formação profissional e para o aprimoramento de serviços e organizações públicas, ao oferecer instrumentos que auxiliem gestores e coordenadores na prevenção e mitigação de riscos inerentes à formalização e execução de parcerias institucionais. O Banco de Itens poderá servir como referência metodológica, fornecendo subsídios concretos para a alta gestão, ao mesmo tempo em que reforça a capacidade de atuação das instituições na formulação e implementação de políticas públicas. Dessa forma, consolida-se um elo entre conhecimento acadêmico e aplicabilidade prática, com reflexos positivos para a sociedade.

Banco de Itens

na formalização de parcerias

OPORTUNIDADES

- Ampliação das parcerias com órgãos públicos
- Criação de modelos e diretrizes claras para convênios e parcerias
- Capacitação e treinamento dos coordenadores e docentes da Rede
- Criação de um portfólio digital com cases de sucesso
- Mapeamento das necessidades dos parceiros institucionais
- Participação da Rede em fóruns públicos e promoção institucional ativa
- Possibilidade de capacitação e qualificação de servidores públicos
- Democratização do acesso ao PROFIAP para mais servidores e comunidade
- Garantia de qualidade e ética nas parcerias (análise crítica dos contextos)

ÁREAS TEMÁTICAS

- Governança e gestão de parcerias - Falta de clareza nos procedimentos, modelos e instrumentos
- Capacitação institucional - Necessidade de formar os coordenadores/docentes para lidar com parcerias
- Comunicação institucional e articulação externa - Ausência de divulgação proativa do PROFIAP e de seus resultados
- Gestão do conhecimento e boas práticas - Ausência de sistematização das experiências e impactos das parcerias
- Avaliação crítica e ética de projetos e impactos sociais - Preocupação com parcerias que só promovem "eficiência" e não enfrentam causas estruturais
- Infraestrutura normativa/burocrática - Diversidade de interpretações legais e dificuldades na tramitação
- Financiamento e sustentabilidade - Identificação de oportunidades para fontes alternativas à CAPES

AÇÕES POTENCIAIS

- Criar modelo padronizado de convênio com elementos obrigatórios
- Desenvolver manual de boas práticas para parcerias
- Promover capacitações periódicas na Rede (workshops, cursos, treinamentos)
- Elaborar e manter um portfólio digital com cases de sucesso
- Implementar pesquisas com instituições públicas para mapear demandas reais
- Criar um comitê/diretoria de parcerias com pessoal qualificado para mediação
- Estabelecer critérios éticos e estratégicos para aprovação de parcerias
- Instituir instrumentos de monitoramento e avaliação de impacto das parcerias
- Incentivar a participação ativa das universidades em redes e fóruns públicos

ATORES E COMPETÊNCIAS

- Coordenação Nacional da Rede PROFIAP - Elaboração de diretrizes, suporte técnico, comunicação institucional
- Coordenadores Locais - Prospecção de parcerias, mediação local, execução
- IFES (Pró-Reitorias, Fundações de Apoio, Procuradorias) - Apoio jurídico, financeiro e administrativo
- Docentes da Rede PROFIAP - Execução dos projetos, orientação e ensino
- Órgãos Públicos Parceiros (TJ, TCE, Escolas de Governo, etc.) - Demandantes das ações de formação, pesquisa e inovação
- CAPES e órgãos de fomento - Avaliação, financiamento e regulação
- Sociedade Civil e Comunidade Local - Beneficiários indiretos

RESPONSÁVEIS PELA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Lucas Vieira Fernandes Corrêa
Mestrando
lucas.correa@uftm.edu.br

Realização
Outubro/2025

Fernanda Carolina Camargo
Orientadora
fernandaccamargo@yahoo.com.br



REFERÊNCIAS

AZEVEDO, S. G. V.; FLORÊNCIO, R. S.; CESTARI, V. R. F.; MOREIRA, T. M. M. Situação programática na perspectiva da vulnerabilidade em saúde: validação de banco de itens. Escola Anna Nery 26 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0347pt;

BAHROM, S., MAT YAACOB, S. N., HAPPAS, A., SAIDIN, N., MOHD NAWI, M. N., & SHAHAROM, N. (2024). Construction of an Item Bank Using Rasch Analysis. EDUCATUM Journal of Science, Mathematics and Technology, 12(1), 10–14. https://doi.org/10.37134/ejsmt.vol12.1.2.2025

BARDIN, L.; Análise de Conteúdo. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARRETO, M. A. F.; NEGREIROS, F. D. S.; CESTARI, V. R. F.; SAMPAIO, H. A. C.; MOREIRA, T.M.M. Construção e validação de um banco de itens sobre automedicação de risco. Texto Contexto Enferm [Internet]. 2024 https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2023-0169pt;

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 27 ago. 2024;

CHEN, Q.; ZHENG, H.; FAN, H.; MO, L. (2023) Construction of a reading literacy test item bank for fourth graders based on item response theory. Front Psychol. 14:1103853. https://doi.org/10.3389/fpsyg.2023.1103853

COLUCCI, M. Z. O.; ALEXANDRE, N. M. C.; MILANI, D. (2015) Construção de instrumentos de medida na área da saúde. Ciência e Saúde Coletiva, 20(3):925-936,2015;

CORRÊA, L. V. F., & CAMARGO, F. C. (2024). Parcerias entre universidades públicas e usuários do conhecimento: revisão de escopo. Revista De Gestão e Secretariado, 15(12), e4420. https://doi.org/10.7769/gesec.v15i12.4420;

DA ROSA, C., ALLEBRANDT, S. L., & KNEBEL B. D. (2023). A governança colaborativa no enfrentamento da pandemia de covid-19: um estudo a partir do modelo Hélice Quádrupla. Gestão & Regionalidade;

ETZKOWITZ, H.; ZHOU, C. (2017) Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. Estudos Avançados 31 (90), 10.1590/s0103-40142017.3190003;

FILHO, J. S. C. (2010) Manual de Direito Administrativo. Editora Lumen Juris. Rio de Janeiro, 2011. 24ª edição. Revista, ampliada e atualizada até 31.12.2010;

FREITAS, C. C. G.; SEGATTO, A. P. (2014) Ciência, tecnologia e sociedade pelo olhar da Tecnologia Social: um estudo a partir da Teoria Crítica da Tecnologia. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 302-20;

GRIMALDI, Rosa, MARTIN, Kenney, and ANDREA Piccaluga. 2020. University technology transfer, regional specialization and local dynamics: Lessons from Italy. Journal of Technology Transfer 46: 855–65

LENZA. Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 22º Edição. Versão eletrônica. São Paulo: Saraiva, 2018

REFERÊNCIAS

LIS, M. (2021) Higher Education Institutions as Partners in Growing Innovation of Local Economy. Social Sciences 10: 316. https://doi.org/10.3390/socsci10080316;

MALMEGRIN, M. L. (2010) Redes Públicas de Cooperação Local. Florianópolis. Departamento de Ciências da Administração. UFSC – CAPES – UAB. ISBN: 978-85-7988-062-2;

MAMEDE, W. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: uma possibilidade metodológica para programas de pós-graduação. CAPES - Cadernos Técnicos v. 1, n. 1, Ano 2025.

MINGUELLI, Marcelo. A nova estrutura normativa de ciência, tecnologia e inovação no Brasil. Revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação. V. 23, n. esp., p. 143-151. Florianópolis, 2018;

MOREIRA, L. F., & MACKE, J. (2023). Proposta de um framework conceitual baseado na hélice tripla de inovação para cidades inteligentes: um estudo no sul do Brasil. Rev. Gest. Amb. e Sust. – GeAS, 12(1), 1-28, e22796. https://doi.org/10.5585/2023.22796;

ORTIZ, R. M. (2021). A constitucionalização da inovação tecnológica: análise da EC nº 85/2015 a partir do contexto inovador nacional. Revista da AGU, Brasília-DF, v. 20, n. 01. p. 287-308, jan./mar. 2021;

PALOTTI, P. L. M.; JOPPERT, M. P.; MACHADO, J. A. (2024) A influência de aspectos organizacionais das instituições de ensino e pesquisa sobre os custos de transação na formação de parcerias com governos locais. Revista de Administração Pública. DOI: https://doi.org/10.1590/0034-761220230344;

PASQUALI, L. (2010). Instrumentação psicológica - Fundamentos e práticas. Porto Alegre, Brasil: Artmed, ISBN: 978-85-363-2252-0;

PIETRO, M. S. Z. D. (2023) Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559646784. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646784/. Acesso em: 30 jul. 2024;

SAKASHITA, C. N.; CAMPOS, A. S.; SANDOVAL, S. A. M.; GRECO, L. F. (2019) Convênios como mecanismo de relacionamento entre universidade e sociedade no brasil: o caso da universidade estadual de campinas. Educ. Soc., Campinas, v.40, e0188572, 2019;

SILVA, C. R. M. D. A.; CRISÓSTOMO, V.L. Gestão Fiscal, eficiência da gestão pública e desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses. Revista de Administração Pública, v. 53, n. 4, p. 791-801, jul. 2019.

SILVA, G. A. B.; SILVA, S. R. A.; SOUZA, I. L.; MONTEIRO, L. S. Parceria entre governo local e universidades: formação do Observatório da Cidade de Macaé no contexto de rede colaborativa interinstitucional e intersetorial. Vértices, Campos dos Goytacazes/RJ, v.22, n.3, p. 412-428, set./dez. 2020;

STUSS, M. M., SZCZEPAŃSKA-WOSZCZYNA, K., & MAKIEŁA, Z. J. (2019). COMPETENCES OF GRADUATES OF HIGHER EDUCATION BUSINESS STUDIES IN LABOR MARKET I (RESULTS OF PILOT CROSS-BORDER RESEARCH PROJECT IN POLAND AND SLOVAKIA). SUSTAINABILITY, 11(18), 4988. HTTPS://DOI.ORG/10.3390/SU11184988

REFERÊNCIAS

VIPIEVSKI JÚNIOR, J. M., & TOMPOROSKI, A. A. (2023). Administração pública brasileira atual: a coexistência do patrimonialismo, burocracia, gerencialismo e governança pública. Profanações, 10, 501–532. https://doi.org/10.24302/prof.v10.4726;

WEBER, M. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília/DF: UnB. 2015. v. 1.

YIM, L., LYE, C., & KOH, P. (2024). A psychometric evaluation of an item bank for an English reading comprehension tool using Rasch analysis. REID (Research and Evaluation in Education), 10(1), 18-34. https://doi.org/10.21831/reid.v10i1.65284

YUN, J. J., & LIU, Z. (2019). Micro- and Macro-Dynamics of Open Innovation with a Quadruple-Helix Model. Sustainability, 11(12), 3301. https://doi.org/10.3390/su11123301.

YUZHUO, C., Neo-Triple Helix Model of Innovation Ecosystems: Integrating Triple, Quadruple and Quintuple Helix Models, Triple Helix, Volume 9, Issue 1, 2022, ISSN 2197-1927, https://doi.org/10.1163/21971927-bja10029.

Apêndice A - APROVAÇÃO CEP

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO (HC/UFTM)

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE BANCO DE ITENS PARA FORMALIZAÇÃO DE CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES ENTRE A REDE PROFIAP E USUÁRIOS DO CONHECIMENTO

Pesquisador: Fernanda Carolina Camargo

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 86943425.0.0000.8667

Instituição Proponente: Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.492.781

Apresentação do Projeto:

Segundo os documentos que compõem o protocolo apresentado pelos pesquisadores, é possível identificar que:

Há uma relação tríade na contemporaneidade que visa cada vez mais integrar universidade, indústria e governo, para que as pesquisas científicas sejam propositivas a responder as complexas demandas sociais atuais. Essa colaboração evidencia o poder de inovação que surge da conexão entre esses três elementos. Os desafios no estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino e pesquisa e a sociedade é comum em diferentes localidades mundiais.

E isso está intimamente relacionado ao novo desafio dos países em desenvolvimento, eis que políticas e práticas de pesquisa e inovação tecnológica são elementos estruturais, donde surgem batalhas políticas e econômicas, nas quais participam os países mais desenvolvidos - produtores, e aqueles em desenvolvimento - os que, normalmente, são mais dependentes de novas tecnologias (Freitas; Segatto, 2014; Buss et al., 2016). Assim, emerge o questionamento: como aproximar a comunidade científica dos usuários do conhecimento?

Uma alternativa é o estabelecimento de parcerias entre a tríade universidade, indústria e governo, haja vista a potencialidade de expansão que esta conexão pode proporcionar, além de fortalecer o desenvolvimento de pesquisas mais propositivas.

Endereço: Antiga Santa Casa - 2º andar (Acesso pela portaria principal do HC-UFTM) - Av. Getúlio Guaritá, 130
Bairro: Nossa Srª da Abadia **CEP:** 38.025-440
UF: MG **Município:** UBERABA
Telefone: (34)3318-5319 **E-mail:** cep.hctm@ebserh.gov.br

Ausência	TCLE.pdf	11/03/2025 10:00:28	Fernanda Carolina Camargo	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto.pdf	11/03/2025 09:59:31	Fernanda Carolina Camargo	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

UBERABA, 08 de Abril de 2025

Assinado por:
Karoline Faria de Oliveira
(Coordenador(a))

Protocolo de recebimento do produto técnico-tecnológico

Universidade Federal do Triângulo Mineiro
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Rua Conde Prados, 155 - Bairro Abadia Uberaba/MG - Cep: 38025-260
E-mail: sec.profiap@uftm.edu.br - Telefone: (34) 3700-6664

PROTOCOLO DE PTT - PROFIAP/UFTM

À

Profa. Dra. Teresa Cristina Janes Carneiro

Presidente Comitê Gestor do PROFIAP

Pelo presente, encaminhamos o **produto técnico-tecnológico** intitulado CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE BANCO DE ITENS PARA FORMALIZAÇÃO DE CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES ENTRE A REDE PROFIAP E USUÁRIOS DO CONHECIMENTO, derivado de dissertação de mestrado de autoria de Lucas Vieira Fernandes Corrêa.

Os documentos citados foram desenvolvidos no âmbito do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap), instituição associada Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

A solução técnico-tecnológica é apresentada sob a forma de um Relatório Técnico Conclusivo e seu propósito é propor Banco de Itens para identificar pontos sensíveis e oportunidades de melhorias no estabelecimento de convênios e instrumentos congêneres entre a Rede PROFIAP e usuários do conhecimento.

Solicitamos, por gentileza, que ações voltadas à implementação desta proposição sejam informadas à Coordenação Local do Profiap, por meio do endereço "sec.profiap@uftm.edu.br".

Favor acusar o recebimento do presente protocolo, via resposta ao e-mail de envio.

gov.br Documento assinado digitalmente
LUCAS VIEIRA FERNANDES CORREA
Data: 10/10/2025 09:28:54-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Lucas Vieira Fernandes Corrêa

Mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública da UFTM

gov.br Documento assinado digitalmente
FERNANDA CAROLINA CAMARGO
Data: 10/10/2025 09:03:50-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Enfa. Dra. Fernanda Carolina Camargo

Docente permanente do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública UFTM

COORDENADORA DO PROJETO DE PESQUISA

Protocolo de recebimento do produto técnico-tecnológico

LUCAS VIEIRA FERNANDES CORREA <lucas.correa@uftm.edu.br>

PROFIAP - Relatório Técnico Conclusivo
2 mensagens

LUCAS VIEIRA FERNANDES CORREA <lucas.correa@uftm.edu.br> 10 de outubro de 2025 às 10:20
Para: carneiro.teresa@gmail.com
Cc: fernandaccamargo@yahoo.com.br

Prezada **Profa. Dra. Teresa Cristina Janes Carneiro**
Presidente do Comitê Gestor do PROFIAP

Pelo presente, encaminhamos o produto técnico-tecnológico intitulado CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE BANCO DE ITENS PARA FORMALIZAÇÃO DE CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES ENTRE A REDE PROFIAP E USUÁRIOS DO CONHECIMENTO, derivado de dissertação de mestrado de autoria de Lucas Vieira Fernandes Corrêa.

Os documentos citados foram desenvolvidos no âmbito do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap), instituição associada Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

A solução técnico-tecnológica é apresentada sob a forma de um **Relatório Técnico Conclusivo** e seu propósito é propor Banco de Itens para identificar pontos sensíveis e oportunidades de melhorias no estabelecimento de convênios e instrumentos congêneres entre a Rede PROFIAP e usuários do conhecimento.

Gentileza **acusar o recebimento** do protocolo e Relatório Técnico Conclusivo anexos.

Agradecemos a disponibilidade e atenção.

Fernanda Carolina Camargo – Pesquisadora Responsável
Doutora em Atenção à Saúde. Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Uberaba, Minas Gerais, Brasil.
E-mail fernanda.camargo@ebserh.gov.br

Lucas Vieira Fernandes Corrêa – Pesquisador Assistente
Mestrando pelo Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP). Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Uberaba, Minas Gerais, Brasil.
E-mail: lucas.correa@uftm.edu.br

2 anexos

Protocolo de PTT - PROFIAP.pdf
367K

RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO - PTT.pdf
8333K

Teresa Carneiro <carneiro.teresa@gmail.com> 10 de outubro de 2025 às 15:54
Para: LUCAS VIEIRA FERNANDES CORREA <lucas.correa@uftm.edu.br>
Cc: fernandaccamargo@yahoo.com.br

Prezados Fernanda e Lucas,

Confirmamos o recebimento do PTT: *Construção e Validação de Banco de Itens para Formalização de Convênios e Instrumentos Congêneres entre a Rede Profiap e Usuários do Conhecimento* e do Protocolo de entrega.

Parabenizamos os autores pela escolha relevante do tema e pelo trabalho de pesquisa e divulgação dos resultados.

Att.

Teresa Cristina Janes Carneiro
Presidente do Comitê Gestor
Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP
+55 (27) 99925-9795

Discente: Lucas Vieira Fernandes Corrêa, Mestrando

Orientadora: Fernanda Carolina Camargo, Profa. Dra.

Universidade Federal do Triângulo Mineiro

6 de outubro de 2025

PROFIAP

MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas evidenciaram que o estabelecimento de parcerias entre programas de pós-graduação em rede e a sociedade constitui-se em processo complexo, permeado por desafios institucionais, jurídicos e organizacionais. Apesar dos avanços normativos e das possibilidades de integração universidade-governo-sociedade, ainda persistem fragilidades estruturais e operacionais que dificultam a consolidação de práticas colaborativas mais consistentes. Assim, torna-se indispensável que as instituições direcionem atenção estratégica para alinhar suas potencialidades às demandas sociais contemporâneas, reforçando a missão pública da universidade.

Observou-se que a atuação em rede, exemplificada pelo PROFIAP, amplia o potencial de inovação e de impacto social, sobretudo quando associada a mecanismos de comunicação transparente, monitoramento de resultados e maior apoio institucional. A diversidade de experiências relatadas por coordenadores e vice-coordenadores revelou tanto a necessidade de padronização de instrumentos de formalização quanto de fortalecimento da segurança jurídica e do alinhamento de interesses públicos. Nesse contexto, a construção de núcleos regionais de apoio, o desenvolvimento de indicadores de impacto e a disseminação de boas práticas emergem como estratégias promissoras para reduzir desigualdades entre instituições e ampliar a legitimidade das ações.

A pesquisa também consolidou a proposta de um Banco de Itens como instrumento técnico-tecnológico capaz de identificar fragilidades e oportunidades de melhoria na formalização de convênios, como um recurso metodologicamente robusto, capaz de subsidiar gestores e docentes na tomada de decisões. A sistematização das percepções práticas dos gestores da Rede PROFIAP fortalece a governança institucional, promove maior transparência e contribui para a mitigação de riscos, reforçando critérios éticos e de interesse público.

Por fim, destaca-se o papel estratégico dos programas de pós-graduação profissionais na criação de soluções inovadoras voltadas à gestão pública. O Banco de Itens desenvolvido neste estudo representa um produto incremental, mas de elevado impacto social e institucional, ao conjugar rigor metodológico, aplicabilidade prática e relevância acadêmica. Recomenda-se sua atualização contínua, bem como o aprofundamento de pesquisas sobre a realidade das universidades públicas, de modo que a Rede PROFIAP mantenha-se como referência nacional na articulação entre universidade, governo e sociedade, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento social, econômico e ambiental sustentável.

Além da aplicabilidade direta ao PROFIAP, o Banco de Itens tem potencial de ser replicado em outras redes acadêmicas e instituições públicas que enfrentam desafios semelhantes na formalização de instrumentos de cooperação. Sua natureza técnica e flexível permite adaptações conforme contextos locais, contribuindo para o aprimoramento da gestão pública em escala mais ampla.

Para pesquisas futuras, recomenda-se ampliar a aplicação do Banco de Itens em estudos comparativos entre diferentes redes de pós-graduação e instituições públicas, avaliando sua eficácia na melhoria dos processos de formalização e gestão de parcerias. Sugere-se também o desenvolvimento de versões digitais e dinâmicas do instrumento, integradas a sistemas de informação e inteligência artificial, de modo a permitir atualizações contínuas e análises preditivas. Investigações longitudinais poderão verificar o impacto do uso do Banco de Itens na qualidade das parcerias e na democratização do acesso às ações do PROFIAP, consolidando evidências sobre sua contribuição para o fortalecimento da governança e da inovação no setor público.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, S. G. V.; FLORÊNCIO, R. S.; CESTARI, V. R. F.; MOREIRA, T. M. M. Situação programática na perspectiva da vulnerabilidade em saúde: validação de banco de itens. **Escola Anna Nery** 26 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0347pt;

BAHROM, S., MAT YAACOB, S. N., HAPPAS, A., SAIDIN, N., MOHD NAWI, M. N., & SHAHAROM, N. (2024). Construction of an Item Bank Using Rasch Analysis. EDUCATUM **Journal of Science, Mathematics and Technology**, 12(1), 10–14. https://doi.org/10.37134/ejsmt.vol12.1.2.2025

BARDIN, L.; Análise de Conteúdo. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. **São Paulo: Edições** 70, 2016.

BARRETO, M. A. F.; NEGREIROS, F. D. S.; CESTARI, V. R. F.; SAMPAIO, H. A. C.; MOREIRA, T.M.M. Construção e validação de um banco de itens sobre automedicação de risco. **Texto Contexto Enferm** [Internet]. 2024 https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2023-0169pt;

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 27 ago. 2024;

CHEN, Q.; ZHENG, H.; FAN, H.; MO, L. (2023) Construction of a reading literacy test item bank for fourth graders based on item response theory. **Front Psychol**. 14:1103853. https://doi.org/10.3389/fpsyg.2023.1103853

COLUCCI, M. Z. O.; ALEXANDRE, N. M. C.; MILANI, D. (2015) Construção de instrumentos de medida na área da saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, 20(3):925-936,2015;

CORRÊA, L. V. F., & CAMARGO, F. C. (2024). Parcerias entre universidades públicas e usuários do conhecimento: revisão de escopo. **Revista De Gestão e Secretariado**, 15(12), e4420. https://doi.org/10.7769/gesec.v15i12.4420;

DA ROSA, C., ALLEBRANDT, S. L., & KNEBEL B. D. (2023). A governança colaborativa no enfrentamento da pandemia de covid-19: um estudo a partir do modelo Hélice Quádrupla. Gestão & Regionalidade;

ETZKOWITZ, H.; ZHOU, C. (2017) Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. **Estudos Avançados** 31 (90), 10.1590/s0103-40142017.3190003;

FILHO, J. S. C. (2010) **Manual de Direito Administrativo**. Editora Lumen Juris. Rio de Janeiro, 2011. 24ª edição. Revista, ampliada e atualizada até 31.12.2010;

FREITAS, C. C. G.; SEGATTO, A. P. (2014) Ciência, tecnologia e sociedade pelo olhar da Tecnologia Social: um estudo a partir da Teoria Crítica da Tecnologia. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 302-20;

GRIMALDI, Rosa, MARTIN, Kenney, and ANDREA Piccaluga. 2020. University technology transfer, regional specialization and local dynamics: Lessons from Italy. **Journal of Technology Transfer** 46: 855–65

LENZA. Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 22º Edição. Versão eletrônica. São Paulo: Saraiva, 2018

LIS, M. (2021) Higher Education Institutions as Partners in Growing Innovation of Local Economy. **Social Sciences** 10: 316. https://doi.org/10.3390/socsci10080316;

MALMEGRIN, M. L. (2010) Redes Públicas de Cooperação Local. Florianópolis. **Departamento de Ciências da Administração**. UFSC – CAPES – UAB. ISBN: 978-85-7988-062-2;

MAMEDE, W. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: uma possibilidade metodológica para programas de pós-graduação. **CAPES - Cadernos Técnicos** v. 1, n. 1, Ano 2025.

MINGUELLI, Marcelo. A nova estrutura normativa de ciência, tecnologia e inovação no Brasil. Revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação. V. 23, n. esp., p. 143-151. Florianópolis, 2018;

MOREIRA, L. F., & MACKE, J. (2023). Proposta de um framework conceitual baseado na hélice tripla de inovação para cidades inteligentes: um estudo no sul do Brasil. **Rev. Gest. Amb. e Sust. – GeAS**, 12(1), 1-28, e22796. https://doi.org/10.5585/2023.22796;

ORTIZ, R. M. (2021). A constitucionalização da inovação tecnológica: análise da EC nº 85/2015 a partir do contexto inovador nacional. **Revista da AGU**, Brasília-DF, v. 20, n. 01. p. 287-308, jan./mar. 2021;

PALOTTI, P. L. M.; JOPPERT, M. P.; MACHADO, J. A. (2024) A influência de aspectos organizacionais das instituições de ensino e pesquisa sobre os custos de transação na formação de parcerias com governos locais. **Revista de Administração Pública**. DOI: https://doi.org/10.1590/0034-761220230344;

PASQUALI, L. (2010). Instrumentação psicológica - **Fundamentos e práticas**. Porto Alegre, Brasil: Artmed, ISBN: 978-85-363-2252-0;

PIETRO, M. S. Z. D. (2023) **Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559646784. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646784/. Acesso em: 30 jul. 2024;

SAKASHITA, C. N.; CAMPOS, A. S.; SANDOVAL, S. A. M.; GRECO, L. F. (2019) Convênios como mecanismo de relacionamento entre universidade e sociedade no brasil: o caso da universidade estadual de campinas. **Educ. Soc., Campinas**, v.40, e0188572, 2019;

SILVA, C. R. M. D. A.; CRISÓSTOMO, V.L. Gestão Fiscal, eficiência da gestão pública e desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses. **Revista de Administração Pública**, v. 53, n. 4, p. 791-801, jul. 2019.

SILVA, G. A. B.; SILVA, S. R. A.; SOUZA, I. L.; MONTEIRO, L. S. Parceria entre governo local e universidades: formação do Observatório da Cidade de Macaé no contexto de rede

colaborativa interinstitucional e intersetorial. **Vértices**, Campos dos Goytacazes/RJ, v.22, n.3, p. 412-428, set./dez. 2020;

STUSS, M. M., Szczepańska-Woszczyna, K., & Makieła, Z. J. (2019). Competences of Graduates of Higher Education Business Studies in Labor Market I (Results of Pilot Cross-Border Research Project in Poland and Slovakia). Sustainability, 11(18), 4988. https://doi.org/10.3390/su11184988

VIPIEVSKI JÚNIOR, J. M., & TOMPOROSKI, A. A. (2023). Administração pública brasileira atual: a coexistência do patrimonialismo, burocracia, gerencialismo e governança pública. **Profanações**, 10, 501–532. https://doi.org/10.24302/prof.v10.4726;

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília/DF: UnB. 2015. v. 1.

YIM, L., LYE, C., & KOH, P. (2024). A psychometric evaluation of an item bank for an English reading comprehension tool using Rasch analysis. REID (**Research and Evaluation in Education**), 10(1), 18-34. https://doi.org/10.21831/reid.v10i1.65284

YUN, J. J., & LIU, Z. (2019). Micro- and Macro-Dynamics of Open Innovation with a Quadruple-Helix Model. **Sustainability**, 11(12), 3301. https://doi.org/10.3390/su11123301.

YUZHUO, C., Neo-Triple Helix Model of Innovation Ecosystems: Integrating Triple, Quadruple and Quintuple Helix Models, **Triple Helix**, Volume 9, Issue 1, 2022, ISSN 2197-1927, https://doi.org/10.1163/21971927-bja10029.

APÊNDICE A - Formulário Sucupira - Produto Técnico Tecnológico

1 – Tipo de Produção
Técnica
2 – Subtipo de Produção
Serviços Técnicos
3 – Natureza
Relatório Técnico
4 – Duração do desenvolvimento do produto técnico (em meses)
5 meses
5 – Número de páginas
26
6 – Disponibilidade do documento (PTT). (Marcar apenas uma opção)

	Restrita
X	Irrestrita

7 – Instituição financiadora
Modelo: Essa pesquisa foi autofinanciada pelo pesquisador, realizada fora do horário de trabalho e envolveu custos de energia elétrica e material de escritório (como impressão) em torno de R$ 2.700,00.
8 – Cidade que realizou o produto técnico
Uberaba-MG
9 – País
Brasil

10 – Qual a forma de divulgação do seu PTT? (Marcar apenas uma opção)	
X	Meio digital – disponibilização do texto em um repositório ou site de acesso público, via internet.
	Vários – disponibilização em uma combinação de, pelo menos, duas modalidades.
11 – Idioma no qual foi redigido o texto original para divulgação	
Português	

12– Título do seu PTT em inglês (Todas as iniciais de palavras em maiúsculas, exceto as conjunções)	
Construction and Validation of an Item Bank for Formalization of Agreements and Similar Instruments Between the Profiap Network and Knowledge Users	
13 – Número do DOI (se houver)	
Não se aplica.	
14 – URL do DOI (se houver)	
Não se aplica.	
15 –<u>S</u>ubtipos – produtos técnicos/tecnológicos. (Marcar apenas uma opção)	
X	Relatório técnico conclusivo – Relatório técnico conclusivo per se
	Relatório técnico conclusivo – Processo de gestão elaborado
	Relatório técnico conclusivo – Pesquisa de mercado elaborada
	Relatório técnico conclusivo – Simulações, cenarização e jogos aplicados
	Relatório técnico conclusivo – Valoração de tecnologia elaborado
	Relatório técnico conclusivo – Modelo de negócio inovador elaborado
	Relatório técnico conclusivo – Ferramenta gerencial elaborada
	Relatório técnico conclusivo – Pareceres e/ou notas técnicas sobre vigência, aplicação ou interpretação de normas elaboradas
	Manual/Protocolo – Protocolo tecnológico experimental/aplicação ou adequação tecnológica
	Manual/Protocolo – Manual de operação técnica elaborado
16 – Finalidade do seu PTT	
Propor banco de itens para identificar pontos sensíveis e oportunidades de melhorias no estabelecimento de convênios e instrumentos congêneres entre a Rede PROFIAP e usuários do conhecimento.	
17 – Qual o nível de impacto do seu PTT? (Marcar apenas uma opção) **Impacto consiste na <u>transformação causada</u> pelo produto técnico/tecnológico no ambiente (organização, comunidade, localidade, etc.) ao qual se destina.**	
X	Alto
	Médio
	Baixo
18 – Qual o tipo de demanda do seu PTT? (Marcar apenas uma opção)	
X	Espontânea (Identificou o problema e desenvolveu a pesquisa e o PTT)

	Por concorrência (Venceu a concorrência)
	Contratada (Solicitação da instituição, sendo ou não remunerado)
19 – Qual o impacto do objetivo do seu PTT? (Marcar apenas uma opção)	
	Experimental
X	Solução de um problema previamente identificado
	Sem um foco de aplicação previamente definido
20 – Qual a área impactada pelo seu PTT? (Marcar apenas uma opção)	
	Econômica
	Saúde
X	Ensino
	Social
	Cultural
	Ambiental
	Científica
	Aprendizagem
21 – Qual o tipo de impacto do seu PTT neste momento?	
X	Potencial (Quando ainda não foi implementado/adotado pela instituição)
	Real (Quando já foi implementado/ adotado pela instituição)
22 – Descreva o tipo de impacto do seu PTT (255 caracteres com espaço)	
A construção de um Banco de Itens representa inovação incremental pautada na modificação e reorganização de conhecimentos já estabelecidos, com elevado grau de facilidade de emprego, sobretudo ao subsidiar processos de tomada de decisão no âmbito da gestão pública. O Banco de Itens poderá servir como referência metodológica, fornecendo subsídios concretos para a alta gestão, ao mesmo tempo em que reforça a capacidade de atuação das instituições na formulação e implementação de políticas públicas. Dessa forma, consolida-se um elo entre conhecimento acadêmico e aplicabilidade prática, com reflexos positivos para a sociedade.	
23 – Seu PTT é passível de replicabilidade?	
X	SIM (Quando o PTT apresenta características encontradas em outras instituições, podendo ser replicado e/ou a metodologia está descrita de forma clara, podendo ser utilizada facilmente por outro pesquisador).
	NÃO (Quando o PTT apresenta características tão específicas, que não permite ser realizado por outro pesquisador, em outra instituição e/ou a metodologia é complexa e sua descrição no texto não é suficiente para que outro pesquisador replique a pesquisa.

24 – Qual a abrangência territorial do seu PTT? Marque a maior abrangência de acordo com a possibilidade de utilização do seu PTT. (Marcar apenas uma opção)	
	Local (Só pode ser aplicado/utilizado na instituição estudada e em outras na mesma localidade).
	Regional (Pode ser aplicado/utilizado em instituições semelhantes em nível regional dentro do estado).
X	Nacional (Pode ser aplicado/utilizado em qualquer instituição semelhante, em todo o território nacional).
	Internacional (Pode ser aplicado/utilizado por qualquer instituição semelhante em outros países).
25 – Qual o grau de complexidade do seu PTT? (Marcar apenas uma opção)	
Complexidade é o grau de interação dos atores, relações e conhecimentos necessários à elaboração e ao desenvolvimento de produtos técnico-tecnológicos.	
X	Alta (Quando o PTT contemplou a associação de diferentes novos conhecimentos e atores/empresas para a solução de problemas).
	Média (Quando o PTT contemplou a alteração/adaptação de conhecimentos pré-estabelecidos por atores/empresas diferentes para a solução de problemas).
	Baixa (Quando o PTT utilizou a combinação de conhecimentos pré-estabelecidos por atores/empresas diferentes ou não).
26 – Qual o grau de inovação do seu PTT? (Marcar apenas uma opção)	
Intensidade do conhecimento inédito na criação e desenvolvimento do produto.	
	Alto teor inovativo – Inovação radical, mudança de paradigma.
X	Médio teor inovativo – Inovação incremental, com a modificação de conhecimentos pré-estabelecidos.
	Baixo teor inovativo – Inovação adaptativa, com a utilização de conhecimento pré-existente.
	Sem inovação aparente – Quando o PTT é uma replicação de outro trabalho já existente, desenvolvido para instituições diferentes, usando a mesma metodologia, tecnologia, autores.

27 – Qual o setor da sociedade beneficiado por seu PTT? (Marcar apenas uma opção)	
	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura
	Indústria da transformação
	Água, esgoto, atividade de gestão de resíduos e descontaminação
	Construção

	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas
	Transporte, armazenagem e correio
	Alojamento e alimentação
	Informação e comunicação
	Atividades imobiliárias
	Atividades profissionais, científicas e técnicas
	Atividades administrativas e serviços complementares
	Administração pública, Defesa e seguridade social
X	Educação
	Saúde humana e serviços sociais
	Artes, cultura, esporte e recreação
	Outras atividades de serviços
	Serviços domésticos
	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais
	Indústrias extrativas
	Eletricidade e gás
28 – Há declaração de vínculo do seu PTT com o PDI da instituição na qual foi desenvolvido?	
	SIM
X	NÃO
29 – Houve fomento para o desenvolvimento do seu PTT?	
	Financiamento
	Cooperação
X	Não houve
30 – Há registro de propriedade intelectual do seu PTT?	
	SIM
X	NÃO
31 – Qual o estágio atual da tecnologia do seu PTT?	
	Piloto ou protótipo

X	Finalizado ou implantado (o PTT pode estar finalizado enquanto proposta, foi realizado diagnóstico de uma situação e apresenta sugestões para a solução de problemas).
	Em teste
32 – Há transferência de tecnologia ou conhecimento no seu PTT?	
X	SIM (recomendações de melhorias de processos/políticas públicas que serão analisadas e acatadas total ou parcialmente por servidores da instituição pública).
	NÃO
33 – URL do seu PTT (colocar o link que o PTT pode ser encontrado)	
Não preencher.	
34 – Observação – utilize até 255 caracteres para descrever algo que destaca o seu PTT e que não foi contemplado nos itens anteriores.	
O ineditismo desse tipo de pesquisa no âmbito da Rede PROFIAP, de Construção e Validação de Banco de Itens, considerando o potencial de retorno para essa organização como um todo.	
35 – Seu PTT está alinhado com qual eixo temático?	
	Atuação do Estado e sua Relação com Mercado e Sociedade
	Práticas de Gestão Sustentáveis
	Políticas Públicas: Formulação e Gestão
X	Transformação e Inovação Organizacional

APÊNDICE B: Capacitação em Mapa de Evidências



APÊNDICE C - Folha de rosto do artigo publicado na Revista de Gestão e Secretariado

REVISTA DE GESTÃO E SECRETARIADO

Clarivate Analytics

ISSN: 2178-9010

(cc) BY

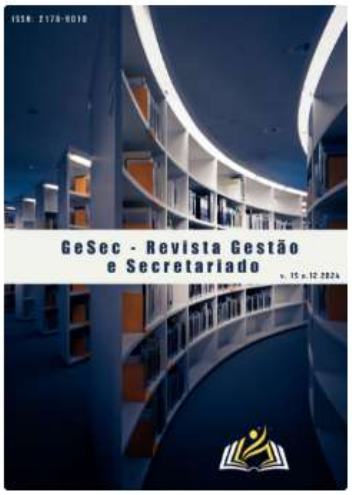
Parcerias entre universidades públicas e usuários do conhecimento: revisão de escopo

Lucas Vieira Fernandes Corrêa
https://orcid.org/0009-0008-7659-8746

Fernanda Carolina Camargo
https://orcid.org/0000-0002-1048-960X

DOI: https://doi.org/10.7769/gesec.v15i12.4420

Palavras-chave: Parcerias, Cooperação, Universidades Públicas, Instituições de Ensino e Pesquisa



PDF

PUBLICADO

2024-12-09

RESUMO

Objetiva-se entender como o tema das parcerias de universidades públicas está sendo abordado no âmbito científico e identificar eventuais pontos sensíveis e oportunidades de melhoria. Utilizou-se como referencial a teoria da Hélice Tríplice (universidade-indústria-governo), que prospecta a aproximação das instituições criadoras de conhecimento para com o processo de inovação e desenvolvimento socioeconômico. Trata-se de uma revisão de escopo,

https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/4420

APÊNDICE D: Aprovação do CEP

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO (HC/UFTM)

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE BANCO DE ITENS PARA FORMALIZAÇÃO DE CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES ENTRE A REDE PROFIAP E USUÁRIOS DO CONHECIMENTO

Pesquisador: Fernanda Carolina Camargo

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 86943425.0.0000.8667

Instituição Proponente: Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.492.781

Apresentação do Projeto:

Segundo os documentos que compõem o protocolo apresentado pelos pesquisadores, é possível identificar que:

Há uma relação tríade na contemporaneidade que visa cada vez mais integrar universidade, indústria e governo, para que as pesquisas científicas sejam propositivas a responder as complexas demandas sociais atuais. Essa colaboração evidencia o poder de inovação que surge da conexão entre esses três elementos. Os desafios no estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino e pesquisa e a sociedade é comum em diferentes localidades mundiais.

E isso está intimamente relacionado ao novo desafio dos países em desenvolvimento, eis que políticas e práticas de pesquisa e inovação tecnológica são elementos estruturais, donde surgem batalhas políticas e econômicas, nas quais participam os países mais desenvolvidos - produtores, e aqueles em desenvolvimento - os que, normalmente, são mais dependentes de novas tecnologias (Freitas; Segatto, 2014; Buss et al., 2016). Assim, emerge o questionamento: como aproximar a comunidade científica dos usuários do conhecimento?

Uma alternativa é o estabelecimento de parcerias entre a tríade universidade, indústria e governo, haja vista a potencialidade de expansão que esta conexão pode proporcionar, além de fortalecer o desenvolvimento de pesquisas mais propositivas.

Endereço: Antiga Santa Casa - 2º andar (Acesso pela portaria principal do HC-UFTM) - Av. Getúlio Guaritá, 130
Bairro: Nossa Srª da Abadia **CEP:** 38.025-440
UF: MG **Município:** UBERABA
Telefone: (34)3318-5319 **E-mail:** cep.hctm@ebserh.gov.br

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO (HC/UFTM)

Continuação do Parecer: 7.492.781

Ausência	TCLE.pdf	11/03/2025 10:00:28	Fernanda Carolina Camargo	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto.pdf	11/03/2025 09:59:31	Fernanda Carolina Camargo	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

UBERABA, 08 de Abril de 2025

Assinado por:
Karoline Faria de Oliveira
(Coordenador(a))

Endereço: Antiga Santa Casa - 2º andar (Acesso pela portaria principal do HC-UFTM) - Av. Getúlio Guaritá, 130
Bairro: Nossa Srª da Abadia **CEP:** 38.025-440
UF: MG **Município:** UBERABA
Telefone: (34)3318-5319 **E-mail:** cep.hctm@ebserh.gov.br

APÊNDICE E - Comprovação de submissão e aceite em *desk review* de artigo à Revista Inovação, Projetos e Tecnologias



30/09/2025, 15:43 E-mail de UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro - [IPTEC] Avaliação inicial - Submissão Aprovada | #29469

LUCAS VIEIRA FERNANDES CORREA <lucas.correa@uftm.edu.br>

[IPTEC] Avaliação inicial - Submissão Aprovada | #29469

1 mensagem

Ricardo Yanase via Portal de Periódicos Uninove (PPU) <uninove-pen-bounces@emnuvens.com.br> 30 de setembro de 2025 às 14:19
Responder a: Ricardo Yanase <ricardomy@uninove.br>
Para: Lucas Vieira Fernandes Corrêa <lucas.correa@uftm.edu.br>

Lucas Vieira Fernandes Corrêa,

Sua submissão "Proposta de Banco de Itens para formalização de convênios e instrumentos congêneres entre a Rede Profiap e usuários do conhecimento" | ID #29469, foi aceita na avaliação inicial, atendendo às **Diretrizes para Autores** e **Política de Integridade Acadêmica**

O relato seguirá agora para o *desk review* pelos editores. Será avaliada a pertinência ao escopo da revista e potencial para contribuir, significativamente, para o conhecimento nos campos da inovação, gerenciamento de projetos, desenvolvimento de tecnologias e sustentabilidade.

Quando o trabalho submetido não for adequado às políticas da revista os autores são comunicados sobre a decisão.

Se estiver de acordo será encaminhado para o **Processo de Avaliação por Pares**, conforme descrito no site da revista.

Atenciosamente
Ricardo Yanase
Universidade Nove de Julho (UNINOVE)
ricardomy@uninove.br

Estagiário Editorial

Revista Inovação, Projetos e Tecnologias – IPTEC

https://periodicos.uninove.br

APÊNDICE F - Artigo publicado como pré-requisito da qualificação do Projeto de Pesquisa

Revista FACTHUS de Administração e Gestão

ISSN: 2526-2629
Artigo Original

A participação da assistência farmacêutica no nível micro da governança de um hospital público de ensino do SUS

Giuliano César Silveira[a]
giulianosilveira2@hotmail.com

Lucas Vieira Fernandes Corrêa[a]
lucas.correa@uftm.edu.br

Caroline Santos Capitelli Fuzaro[b]
caroline.fuzaro@ebserh.gov.br

Liliane Barreto Teixeira[b]
liliane.teixeira@ebserh.gov.br

Daniela de Castro Melo[a]
daniela.melo@uftm.edu.br

Fernanda Carolina Camargo[a]
fernandaccamargo@yahoo.com.br

RESUMO
Objetiva-se identificar como ocorre a participação da Assistência Farmacêutica no nível micro da governança de um hospital público de ensino do Sistema Único de Saúde. Trata-se de estudo de caso único, exploratório-descritivo, composto por múltiplas unidades de análise. Foi realizado no primeiro semestre de 2024, no âmbito do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Foram investigadas: as características do cenário, o serviço de assistência farmacêutica e sua participação na governança por meio da análise de documentos disponíveis no sítio eletrônico oficial do hospital. E, os resultados apresentados de forma qualiquantitativa. Conforme a descrição do caso, trata-se de um hospital de referência macrorregional em alta complexidade em saúde. Nele, a assistência farmacêutica se insere na governança ao compor o organograma institucional por um setor específico - Setor de Farmácia Hospitalar e duas unidades de apoio - Unidade de Farmácia Clínica e Unidade de Dispensação Farmacêutica. Conta com representação do setor em: 60% do total de comitês vigentes no hospital, 39% das Comissões e 24% dos grupos técnicos de trabalho - que são espaços consultivos e deliberativos da governança organizacional. Assim, a assistência farmacêutica está inserida na legitimação das ações da gestão hospitalar, no controle de custos, na redução de erros, na promoção a qualidade assistencial e segurança do paciente. Integrando, principalmente, gestão estratégica, gestão de riscos e controle interno. Orienta-se pesquisas futuras que avaliem os impactos desta participação na governança do hospital público.
Palavras-Chave: Assistência Farmacêutica; Governança em Saúde; Governança Hospitalar; Hospitais de Ensino.

ABSTRACT
The objective is to identify how the participation of Pharmaceutical Assistance occurs at the micro level of governance in a public teaching hospital of the Unified Health System. This is a single, exploratory-descriptive case study, composed of multiple units of analysis. It was carried out in the first half of 2024, within the scope of the Clinical Hospital of the Federal University of Triângulo Mineiro of the Brazilian Hospital Services Company. The following were investigated: the characteristics of the scenario, the pharmaceutical assistance service and its participation in governance through the analysis of documents available on the hospital's official website. And, the results presented in a qualitative and quantitative way. According to the case description, it is a macro-regional reference hospital with high health complexity. In it, pharmaceutical assistance is included in governance by composing the institutional organization chart by a specific sector - Hospital Pharmacy Sector and two support units - Clinical Pharmacy Unit and Pharmaceutical Dispensing Unit. It has representation from the sector in: 60% of the total committees in force at the hospital, 39% of the Commissions and 24% of the technical working groups - which are consultative and deliberative spaces for organizational governance. Thus, pharmaceutical assistance is part of legitimizing hospital management actions, controlling costs, reducing errors, promoting quality of care and patient safety. Mainly integrating strategic management, risk management and internal control. Future research is recommended to evaluate the impacts of this participation on public hospital governance.
Keywords: Pharmaceutical Assistance; Health Governance; Hospital Governance; Hospitals, Teaching.